

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**ENTRE ABELHAS E GENTE: ORGANIZAÇÃO COLETIVA E
ECONOMIA SOLIDÁRIA NA CONSERVAÇÃO DO CERRADO EM SÃO
JOÃO d`ALIANÇA – GO**

Ana Carolina Caçado Teixeira

Orientadora: Leila Chalub Martins

Dissertação de Mestrado

Brasília – DF. Dezembro / 2008

UNIVERSIDADE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**ENTRE ABELHAS E GENTE: ORGANIZAÇÃO COLETIVA E
ECONOMIA SOLIDÁRIA NA CONSERVAÇÃO DO CERRADO EM SÃO
JOÃO d' ALIANÇA – GO**

Ana Carolina Cançado Teixeira

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Educação e Gestão Ambiental, opção Acadêmica.

Aprovado por:

Leila Chalub Martins, Doutora, UnB
(Orientadora)

Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti, Dra., Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) - UnB
(Examinador Interno)

Newton Narciso Gomes Junior, Dr., Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária – FAV (UnB)
(Examinador Externo)

Brasília-DF, 11 de Dezembro de 2008.

TEIXEIRA, ANA CAROLINA CANÇADO

Entre Abelhas e Gente: Organização Coletiva e Economia Solidária na Conservação do Cerrado em São João d`Aliança – GO. 140 p., (UnB-CDS, Mestre, Educação e Gestão Ambiental, 2008).

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

- | | |
|-----------------------------------|-------------------------|
| 1. Economia Solidária | 2. Organização Coletiva |
| 3. Educação para Gestão Ambiental | 4. Apicultura |

I. UnB-CDS

II. Título (série)

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Ana Carolina Cançado Teixeira

*Dedico este trabalho ao Grupo de Apicultores
formado em de São João d`Aliança - GO.*

Agradecimentos

Agradeço primeiramente, aos meus pais, Cléo e João Luiz, por todo apoio, atenção e dedicação que eles têm por mim. Tenho um imenso orgulho deles e felicidade de tê-los ao meu lado todos os dias. Acompanharam com incentivo e compreensão toda essa etapa, trazendo conforto para o meu coração e força para seguir adiante.

A minha irmã e meu cunhado, Juliana e Marquinhos, pelo incentivo e amizade. E também ao Davi, sobrinho e afilhado, que nasce junto com a dissertação, suscitando sentimento de renovação, esperança e felicidade.

Ao meu namorado, Gabriel Magno, pessoa que, dentre tantas coisas, me ensina a cada dia que vale a pena acreditar nos nossos sonhos e na sua realização. Seus carinhos, suas palavras e nossas risadas foram fundamentais para tudo ficar mais tranquilo. Além das discussões sobre Marx e da situação atual do mundo...esse papo rendia...

A minha orientadora, Leila Chalub Martins, por me incentivar a concorrer à vaga no mestrado, acreditando sempre no meu potencial. Apresentou-me o inesquecível caminho para São João. Pela construção da dissertação, com sugestões que sempre respeitaram a minha individualidade e liberdade como pesquisadora e pessoa.

Ao grupo de apicultores formado em São João d'Aliança – GO que, apesar dos obstáculos e dificuldades, seguiram em frente, sendo um incentivo para a continuidade do trabalho. Nila, Oscar, Simone, Lourivaldo, Esther, José, Luzia, Donald e Valdete, pela paciência e perseverança, agradeço. Não esqueço também da Elvina e Francisca que nos recepcionaram com uma comida gostosa trazendo mais energia para o trabalho.

Ao professor Donald Sawyer pelas suas aulas esclarecedoras e instigantes no seu ensinamento como professor, pelas contribuições na qualificação e pelo aceite em compor a banca de defesa.

Ao professor Newton Junior pelas sugestões de leituras acerca da Economia Capitalista e Economia Solidária e pelo aceite em compor a banca de defesa.

A professora Izabel Zaneti pelo aprendizado nas disciplinas e pelo aceite em compor a banca de defesa.

A Fabiana Moreira Vicentim pelas idas a São João e leituras dos capítulos. Pela amizade que se inicia. Posso afirmar, por tudo, que é uma companheira nata.

A Thais Coser, pela amizade de tantos anos e por, mais uma vez, me ajudar com o inglês.

A Nádia Bandeira pela amiga e pessoa iluminada que é. Saudade da troca de experiências nas nossas longas conversas e caminhadas.

A Jaqueline Fernandes pelas contribuições sempre pertinentes, aos ensinamentos e ajuda com a tecnologia nos momentos de apuro.

Ao Webson Alencar Dias pela diagramação da cartilha e paciência durante esse processo.

Aos professores e funcionários do CDS pelo aprendizado, atenção e apoio nesses quase dois anos de mestrado.

A Capes pelo apoio indispensável para a realização do trabalho, com a bolsa de mestrado.

Ao Programa Pesca do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e toda sua equipe, pelo apoio, não só financeiro, mas também pela atenção e diálogo.

Ao Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS) e ao Global Environment Facility (GEF) como fonte de financiamento do PESCO.

Às abelhas. Sem elas tudo ficaria menos doce, menos florido.

Ao Cerrado, paisagem bonita de se ver e viver.

Sem ele tudo ficaria muito reto, tudo muito certo.

Resumo

A Educação para Gestão Ambiental pode contribuir para a organização coletiva com vistas à geração de renda e, sobretudo, à conservação do cerrado? O presente estudo buscou responder a essa questão, com a implementação de processo produtivo de mel com base na Economia Solidária, junto a um grupo formado em São João d'Aliança (Goiás). Esse grupo buscou na apicultura uma alternativa de renda e no mel, um alimento para subsistência de suas famílias. O ponto de partida foi a convicção de que a Economia Solidária pode ser um instrumento de organização coletiva, conservação da natureza e alternativa econômica. A Economia Solidária no contexto da educação ambiental visou contribuir para que os indivíduos se posicionassem criticamente diante da sua realidade, buscando, por meio do trabalho coletivo, alternativas econômicas que englobem aspectos sociais e ambientais sustentáveis. Como resultados obtidos, observou-se que, ao longo do trabalho, os temas relativos à importância da conservação do Cerrado foram amadurecidos e incorporados pelos participantes. Foi possível verificar que o grupo constituído por assentados, produtores rurais tradicionais e agricultores permaneceu unido durante todo o período da pesquisa. E que, a Economia Solidária com o uso de alguns princípios do microcrédito pode contribuir para a autogestão do grupo. A educação ambiental crítica e a Educação para Gestão Ambiental representam ferramentas importantes que contribuem para o fortalecimento da sua organização. Embora ainda caracterizado como um grupo em construção que precisa ser fortalecido foi percebido a busca de parcerias com a prefeitura e outras instituições. O referencial metodológico para a realização desta pesquisa é qualitativo e contempla os princípios da pesquisa-ação a partir da consolidação de um grupo pesquisador-coletivo cujo objetivo foi a organização do processo de apicultura a partir da mobilização das pessoas, capacitação, planejamento em relação à compra dos equipamentos, materiais e manejo das caixas. Essa participação coletiva em todas as decisões do processo valorizou a fala e as ações dos sujeitos envolvidos como protagonistas de sua experiência. A cartilha “Grupo de Apicultura de São João d'Aliança – GO” construída coletivamente permitiu refletir sobre a importância de cada um dentro do grupo, ressaltando o respeito às individualidades e habilidades, apontando os direitos e deveres dos participantes e do grupo como um todo. Foi possível concluir que a Economia Solidária pode vir a ser um instrumento de organização coletiva, alternativa de renda e conservação do Cerrado. No entanto, observamos a necessidade de um fator externo como agente mobilizador e de necessidade de estudos específicos em relação à criação de abelhas exóticas na região. A construção coletiva da cartilha representou um material bastante eficiente para fortalecer a autonomia do grupo envolvido, podendo servir como exemplo para outros que se formarem.

Palavras chaves: *economia solidária, organização coletiva, educação para gestão ambiental, apicultura.*

Abstract

Can education on environmental management contribute to community organization and promote income generation and *cerrado* conservation? In order to answer the previous question, this study aimed at implementing a honey production process based on solidarity economy applied to a community group from *São João d'Aliança (Goiás)*. This community group used apiculture and the production of honey as an alternative for income generation and as a complementary food for their families. The study derived from the conviction that Solidarity Economy could be a tool to achieve collective organization, nature conservation and economic alternative. The Solidarity Economy in the context of environmental education aims at contributing to increase individuals' critical awareness about their community context. It also looks for collective efforts and economic alternatives, which could result in sustainable social and environmental achievements. The study results showed that the community group learned about the importance of protecting the Cerrado. It was possible to observe that the group, which was constituted of settlers, traditional farmers and agriculturists, worked together alongside the overall research period. The Solidarity Economy, which was complemented with microcredit principles, could contribute towards the community self-sustainability. The education on critical and environmental management represents important tool to the strengthening of a community organization. Although this group is still under construction and needs empowerment, it was observed that they searched for collaborations with the local government and other institutions. For this study a qualitative methodology was adopted, which contemplates the principles of action research from the consolidation of a collective researcher's group. This group aimed at organizing an apiculture process that resulted in people mobilization, training, development of plans, acquisition of equipments and materials, and bee boxes' management. The collective participation in all decision-making processes valued opinions and the participants were agents of their own experience. The guidelines "Apiculture Group from São João d'Aliança – GO", which the group collectively developed, allowed some reflection on the role of each participant. These created feelings of respect for the individuals and their skills, pointing out the rights and duties of each the members. Concluding, Solidarity Economy can become an instrument for collective organization, an alternative for income generation and a way to protect the Cerrado. However, there is a need for an external mobilizing agent, and for studying exotic type of bee to be kept in the region. The development process of the guidelines was very efficient, as it resulted in greater group autonomy. This could be used as an example for future community groups.

Key words: *solidarity economy, collective organization, environmental management education, apiculture.*

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, GRÁFICOS E TABELAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INTRODUÇÃO.....	13
1. CAMINHO PERCORRIDO.....	16
2 IGUALDADE, SOLIDARIEDADE E RECIPROCIDADE NO CONTEXTO DA MODERNIDADE.....	19
2.1A ECONOMIA CAPITALISTA E SUAS MAZELAS.....	19
2.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA: SOBREVIVENDO NO SISTEMA CAPITALISTA....	36
2.3 PARTICIPAÇÃO, ORGANIZAÇÃO COLETIVA E COOPERATIVISMO: MECANISMOS DE SUPERAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL?.....	45
2.4 EM BUSCA DE UMA NOVA ALIANÇA: A EDUCAÇÃO PARA GESTÃO AMBIENTAL E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA.....	48
2.5 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NESSE CONTEXTO.....	53
3 QUATRO VISÕES DO CERRADO.....	58
3.1O CENÁRIO.....	58
3.2 A REGIÃO.....	64
3.3 O MUNICÍPIO.....	70
3.4 A ATIVIDADE PRODUTIVA.....	74
3.4.1 A apicultura.....	75
3.4.2 As abelhas: biologia e ecologia.....	78
4 A PESQUISA.....	83
4.1MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO GRUPO SOLIDÁRIO.....	88
4.2 CAPACITAÇÃO: APRENDIZADO COLETIVO.....	90
4.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O MICROCRÉDITO.....	93
4.4 PLANEJAMENTO INICIAL.....	96
4.5 LIDANDO COM AS INCERTEZAS.....	98
4.6 SUPERAÇÃO E REORGANIZAÇÃO.....	101
4.7 CONSTRUÇÃO DA CARTILHA.....	106
4.8 AVALIAÇÃO DO PROCESSO.....	108

4.9 CASA DO MEL.....	116
CONCLUSÃO.....	119
REFERÊNCIAS.....	123
APÊNDICE A	
APÊNDICE B	
APÊNDICE C	

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 - Número de Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil.....	15
Figura 1 - União dos saberes.....	50
Figura 2 - Distribuição do Bioma Cerrado.....	59
Tabela 1 - Área, produção e produtividade da soja, por Região Geográfica – safra 2004/2005.....	64
Gráfico 2 - Produto Interno Bruto de Goiás entre 1999 e 2004.....	66
Gráfico 3 – Dimensões do IDH do Estado de Goiás.....	67
Figura 3 - Municípios de Goiás que compõe a Chapada dos Veadeiros.....	68
Figura 4 - Área do Corredor Ecológico do Cerrado Paraná-Pireneus.....	69
Figura 5 - Localização do município de São João d`Aliança no Estado de Goiás.....	70
Gráfico 4 - Lavoura temporária em 2003 – Extensão de Área Plantada.....	72
Gráfico 5 – Dimensões do IDH do Município de São João d`Aliança.....	72
Gráfico 6 - Número de pessoas por Setor Econômico.....	73
Gráfico 7 - Produção de mel de abelhas em quilogramas no Brasil e Regiões nos anos de 2001 e a 2005.....	77
Figura 6 - Produção de mel no Estado de Goiás.....	78
Figura 7 - Grupo de Apicultura.....	89
Figura 8 - Observação dos quadros.....	91
Figura 9 – Colagem da cera nos quadros.....	91
Figura 10 – Caminhada para chegar ao local da caixa.....	91
Figura 11 – Participantes com os EPIs.....	92
Figura 12 – Caixa com abelhas.....	92
Figura 13 - Uso do fumegador.....	92
Figura 14 – Favo extraído da caixa.....	92
Figura 15 - Pasto apícola.....	98
Figura 16 - Assa-peixe.....	100
Figura 17 - Amor-agarradinho.....	100
Figura 18 – Boldo.....	100
Figura 19 – Murici.....	100
Figura 20 – Centrífuga com a colocação dos quadros para teste.....	104
Figura 21 - Observação do Favo.....	104
Figura 22 – Manejo dos quadros.....	104
Figura 23 – Abertura da caixa.....	104
Figura 24 – Cobertura para proteção.....	104
Figura 25 - Parte de cima favo operculado e não operculado abaixo.....	105
Figura 26 - Invasão de formigas em uma das caixas.....	105
Figura 27 - Limpeza dos quadros.....	106
Figura 28 – Grupo reunido para a construção da cartilha.....	108
Figura 29 – Pausa para lanche.....	113
Figura 30 - Grupo reunido para avaliação do trabalho.....	116
Figura 31 - Casa do Mel em construção.....	117
Figura 32 – Técnica de Superadobe.....	118
Figura 33 - Mutirão para a construção.....	118

LISTA DE ABREVIATURAS

AGDR – Agência Goiana de Desenvolvimento Regional
ALSO – Alternativas a Soja no Cerrado
CAMARÁ – Centro de Apoio para Sociedades Sustentáveis
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica
CDS – Centro de Desenvolvimento Sustentável
CI – Conservação Internacional do Brasil
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
EES – Empreendimentos de Economia Solidária
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPI – Equipamento de Proteção Individual
GEF – Global Environment Facility
GF – Grupo Focal
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil
ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza
JICA – Agência de Cooperação Internacional do Japão
MMA – Ministério do Meio Ambiente
ONG – Organização Não Governamental
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PESCO – Programa de Pesquisas Ecosociais no Cerrado
PIB – Produto Interno Bruto
PNCV – Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP – Programa de Pequenos Projetos
PPP-ECOS – Programa de Pequenos Projetos Ecosociais
SCM – Sociedade de Crédito ao Microempreendedor
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAN – Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás
SIAD - Sistema Integrado de Desmatamento
SPC - Serviço de Proteção ao Crédito
UnB – Universidade de Brasília
UNESP – Universidade Estadual Paulista

INTRODUÇÃO

Atualmente, vivemos num mundo onde de um lado temos o avanço da tecnologia e informação alcançada por alguns, mas por outra faceta temos a exclusão e desigualdade experimentada por uma grande parcela da população. A partir do final dos anos 1980, os termos exclusão e desigualdade social adquiriram grande visibilidade no debate político e teórico internacional. Isto pode ter se dado pela necessidade de explicar e entender o fenômeno geral de empobrecimento e carências.

De acordo com Santos (2005), o processo de exclusão social que marca o capitalismo na sua fase atual não avança sem encontrar resistência. Os excluídos resistem por intermédio de ações individuais e coletivas diversas, que vão desde estratégias de sobrevivência a projetos nacionais e globais de oposição, passando por um grande número de iniciativas locais.

Nesse cenário, Lages (1998, p. 31) destaca que, na atual conjuntura de crise com a redução das oportunidades de inserção social e econômica, o trabalho vai se escasseando e em seu lugar, cresce o desemprego e a desocupação em massa.

Uma perspectiva, denominada por Santos (2005) como “hermenêutica das emergências” interpreta como as organizações, movimentos e comunidades resistem a hegemonia do capitalismo e aderem a alternativas econômicas baseadas em princípios não capitalistas.

Segundo Singer (2002) a reação dos que foram excluídos pelo modo de produção capitalista não é um episódio recente. Como resposta ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção, nasceu pouco depois do capitalismo industrial, a Economia Solidária, um arranjo baseado numa gramática econômica e social onde prevaleciam relações solidárias em substituição à exploração de poucos sobre muitos. Sobre a Economia Solidária, Santos (2005) destaca que esta, sempre cresceu na esteira

das atrocidades sociais que a competição cega dos capitais privados deixa periodicamente onde estão instaladas.

Para Mance (2002) a Economia Solidária está associada a práticas de consumo, comercialização, produção e serviços, entre eles, o de financiamento, em que se defendem a participação coletiva, autogestão, democracia, cooperação, desenvolvimento humano, responsabilidade social e equilíbrio do meio ambiente.

Em relação à conjuntura nacional instaurada em 2003, nas esferas de governo e nas articulações da sociedade civil, situa a Economia Solidária diante de novos horizontes, nos quais se apresentam novas escolhas e formas de atuação. Estruturam-se redes de formação, federações cooperativas, sistemas de troca e uniões diversas entre os empreendimentos – cuja maior expressão é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária instaurado no ano de 2003 (GAIGER, 2004).

A construção do modo de produção alternativo ao capitalismo no Brasil ainda é principiante, mas passos importantes já foram dados e etapas foram vencidas. Suas dimensões ainda são modestas diante do tamanho do país e de sua população (SINGER, 2008).

Considerando a distribuição territorial brasileira, há uma maior concentração dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) na região Nordeste, com 44%. Os restantes 56% estão distribuídos nas demais regiões: 13% na região Norte, 14% na região Sudeste, 12% na região Centro-oeste e 17% na região Sul (ATLAS, 2006). No momento em que consideramos os tipos de formação de EES no Brasil temos a crescente organização de todas as categorias, mas principalmente dos grupos informais (Gráfico 1).

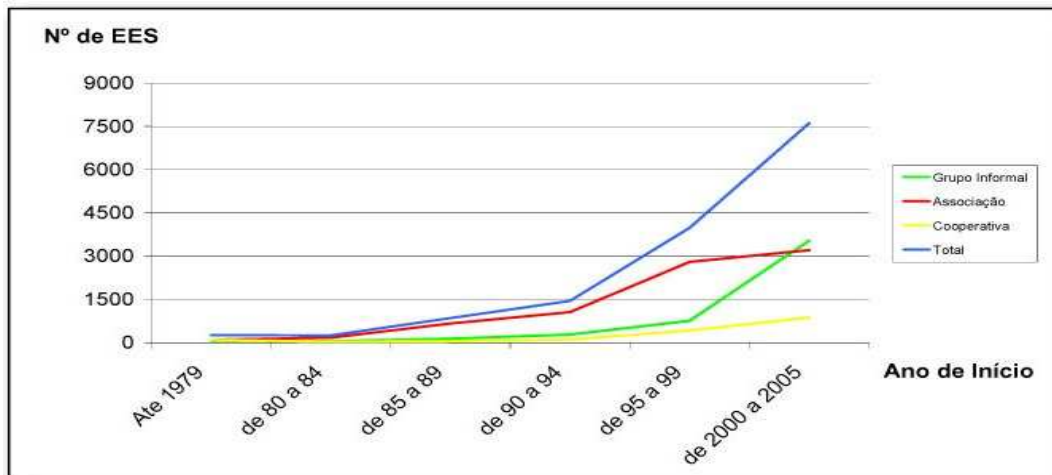


Gráfico 1 – Número de Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil
 Fonte: Atlas da Economia Solidária/SENAES, 2006

Em São João d'Aliança, município brasileiro do estado de Goiás, localizado a 150 Km de Brasília, alguns dos processos descritos até o momento, como a presença da desigualdade social, êxodo rural e desemprego foram observados, configurando um possível lugar onde as teorias da Economia Solidária poderiam ser difundidas.

Nesse sentido, o presente estudo tem como tema a participação popular por meio da Educação para a Gestão Ambiental com base nos princípios da Economia Solidária. O foco do trabalho é um arranjo de produção de mel que envolve um grupo de moradores de São João d'Aliança, o qual demonstrou interesse e vivência nessa atividade, tendo iniciado em janeiro de 2008 uma experiência de desenvolver seu mister sob um arranjo econômico solidário.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundarmos e ampliarmos a discussão em torno dos projetos relativos à Economia Solidária, com intuito de identificar seus desafios e os seus limites juntamente à necessidade de pensarmos o desenvolvimento de estudos socioambientais em diálogo com as próprias comunidades envolvidas. Além disso, a relevância deste estudo está na busca por uma alternativa de renda do grupo formado e na intensa procura por mel pelos habitantes para a produção de remédios e para o consumo interno.

O presente estudo apresenta como objeto de pesquisa a mobilização e organização de um grupo para a produção de mel, como alternativa viável de geração de renda compatível com a conservação do Cerrado e motiva-se pela necessidade de construção de novos processos educativos criativos, participativos, democráticos e emancipatórios que considerem as especificidades dos sujeitos envolvidos. O trabalho desenvolvido apresenta associação das questões econômicas, sociais e ambientais, as quais vêm ao encontro dos princípios sustentabilidade e da interdisciplinaridade.

A proposta partiu do pressuposto de que a experiência das pessoas envolvidas com processos produtivos no Cerrado, aliada ao estudo e à cuidadosa observação da pesquisadora, em um trabalho planejado, articulado, e bem monitorado, seria capaz de constituir processo produtivo eficiente e eficaz por meio da Economia Solidária, que favoreça economicamente o grupo, contribua com a conservação do Cerrado local, e constitua uma forma de organização coletiva das pessoas envolvidas.

1. CAMINHO PERCORRIDO

Alguns fatores e acontecimentos da vida levaram-me a uma aproximação com a cidade de São João d'Aliança e à discussão acerca de um tema tão controverso e fascinante quanto o recurso financeiro e a questão da conservação do Cerrado, bioma que não apresenta enfoque na mídia, mas que tem em seu histórico e, até os dias atuais, a expansão agrícola como cenário predominante, trazendo como consequência grandes áreas desmatadas e a redução da sua área original.

Tenho formação de graduação em Ecologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp / Rio Claro, SP. A opção pela graduação em Ecologia em uma Universidade Estadual bem conceituada e onde estão excelentes pesquisadores cujos estudos em Ecologia são referência em todo o Brasil foi um desafio e incentivo para uma jovem que queria se envolver com as questões ambientais. Após concluir o curso e retornar a minha cidade de origem, Brasília, já com um novo olhar de pesquisadora e com o desejo de continuar a minha trajetória

acadêmica envolvendo questões socioambientais, fui aceita como aluna especial no ano em 2005, no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) na Universidade de Brasília (UnB).

A minha aproximação com a cidade de São João d'Aliança começou em dezembro de 2006 com o meu ingresso na Organização Não Governamental *Centro de Apoio para Sociedades Sustentáveis - CAMARÁ* atuante no município. Essa vivência e oportunidade me despertaram a vontade de realizar um trabalho com Economia Solidária usando alguns princípios do microcrédito, assunto este, muito debatido já nos dez anos de trabalho que foram realizados no município junto ao Projeto *Mulheres das Águas: Promovendo a Integração e Participação pelo Ecoturismo no Cerrado* apoiado pela Ong CAMARÁ.

Já mestranda do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), no ano de 2007, envolvi-me com o curso de artesanato para a produção de bolsas utilizando como matéria prima a palha do milho, um subprojeto do Projeto *Mulheres das Águas: Promovendo a Integração e Participação pelo Ecoturismo no Cerrado* que aconteceu do período de 17 a 21 de setembro de 2007. Esse curso reuniu as pessoas que tinham interesse em aprender as técnicas com palha de milho. Essa foi uma oportunidade de aproximação com as pessoas e o artesanato local foi um ponto de partida para conhecimento e troca de saberes e de vivências entre a comunidade e a pesquisadora. O curso foi pensado e desenvolvido por uma moradora de São João d'Aliança, Maria Nila Crisóstomo. Essa viria, futuramente, a ser ativa participante do presente estudo.

O início do pensar sobre o possível desenvolvimento da apicultura aconteceu durante o curso de condutores de trilhas em 03 de novembro de 2007, quando conversei durante um longo período com Maria Nila sobre essa possibilidade. Durante essa conversa, a moradora expôs o interesse de algumas pessoas de diferentes comunidades, assentamentos e agricultores familiares em se envolverem no processo produtivo.

Diante disso, o trabalho desenvolvido tem como objetivo principal discutir, consolidar e avaliar coletivamente a implementação do processo produtivo de mel com base na Economia Solidária, a fim de promover uma alternativa de rendas dos participantes, buscando a conservação

de uma área de Cerrado em São João d`Aliança - GO. Tem-se como premissa o entendimento de que a Economia Solidária pode vir a ser um instrumento de organização coletiva, conservação da natureza e alternativa econômica para o grupo formado.

Como forma de apresentar os resultados alcançados pela nossa investigação, organizamos a presente dissertação em três capítulos além da Introdução e da conclusão:

O primeiro capítulo dedica-se a um diálogo com autores envolvidos com temas relativos à Economia Capitalista, trazendo uma breve descrição do seu desenvolvimento até os dias atuais, buscando na Economia Solidária uma visão de alternativa ao sistema atual vigente, mas também apontando as controvérsias que essa discussão apresenta. Seguido por um debate acerca da importância da participação, organização coletiva e cooperativismo nesse cenário de mudanças. Por fim, tratamos do surgimento do Desenvolvimento Sustentável nesse contexto e a Educação Ambiental junto a Educação para Gestão Ambiental como ferramentas inclusivas de participação e organização.

O segundo capítulo descreve o bioma Cerrado, ressaltando os aspectos geográficos, físicos, econômicos, sociais e ambientais e o processo de ocupação por meio do desenvolvimento da agropecuária e expansão das cidades. Ademais, apresenta-se a caracterização da região Centro-Oeste localizando o Estado de Goiás e o município de São João d`Aliança – GO. Após esse panorama desenvolve-se um debate acerca da atividade de Apicultura e da importância das abelhas apresentando brevemente seus aspectos biológicos e ecológicos.

O terceiro capítulo descreve a pesquisa desenvolvida, as atividades realizadas junto ao grupo formado, os obstáculos encontrados no caminho e as formas de superação encontradas e desenvolvidas pelo grupo.

Por último é apresentada a conclusão do trabalho, seguida das referências bibliográficas e anexos.

2 IGUALDADE, SOLIDARIEDADE E RECIPROCIDADE NO CONTEXTO DA MODERNIDADE

2.1 A ECONOMIA CAPITALISTA E SUAS MAZELAS

Para compreendermos a situação atual de busca por alternativas de organizações econômicas que visem a uma maior igualdade, solidariedade e reciprocidade faremos, inicialmente, uma breve incursão histórica dos primórdios do desenvolvimento do capitalismo e sua evolução até nossos dias.

A revolução industrial iniciou-se na Inglaterra em meados do século XVIII e expandiu-se pelo mundo no século XIX. Sob a égide desse evento as relações de produção e sociais passaram a obedecer a uma nova lógica onde vilas tornaram-se cidades e camponeses e servos se converteram em trabalhadores livres, apartados de seus meios de produção e sujeitos a venda da força de trabalho para garantir sua sobrevivência.

Hobsbawm (1981) refere-se à Revolução Industrial, marco de partida do desenvolvimento do capitalismo com precisão:

O que significa a frase “a revolução industrial explodiu” ? Significa que a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços. (HOBSBAWM, 1981, p.45).

O sistema fabril, com sua organização eficiente em grande escala e sua divisão de trabalho, representou um aumento tremendo na produção. As mercadorias saíam das fábricas num ritmo intenso e esse aumento da produção foi em parte provocado pelo capital, abrindo caminho na direção dos lucros (HUBERMAN, 1984).

Sobre a natureza da categoria mercadoria, Marx (1984) a apresenta como:

Mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia (MARX, 1984, p.41).

A base de cada sociedade humana é o processo de trabalho, seres humanos cooperando entre si para fazer uso das forças da natureza e, portanto, para satisfazer suas necessidades. O produto do trabalho deve, antes de tudo, responder a algumas necessidades humanas, as necessidades básicas, ou seja, o conjunto de requerimentos que sustentam a noção de uma vida plena (GOUGH, 1998). No momento em que a mercadoria tem uma utilidade ou consumo faz-se dela um valor-de-uso. No entanto, uma coisa pode ser valor-de-uso sem ser valor. Isso ocorre quando sua utilidade para o ser humano não decorre do trabalho, como por exemplo, o ar, a terra virgem, os pastos naturais, entre outros (MARX, 1984).

O autor, em O Capital (1984) prossegue argumentando que:

Quem, com o seu produto, satisfaz a própria necessidade gera valor-de-uso, mas não mercadoria. Para criar mercadoria, é mister não só produzir valor-de-uso, mas produzi-lo para outros darem origem a valor-de-uso social (MARX, 1984, p.48).

No momento em que os valores-de-uso se trocam, essa relação consiste no valor-de-troca, sendo este algo relativo que se manifesta de acordo com a relação social em que uma mercadoria se troca por outra (MARX, 1984).

Para Huberman (1984) o crescimento da indústria trouxe modificações na agricultura trazendo melhores ferramentas, aumentando a produção o que resultou em mais e melhores

alimentos e, melhorou as condições de acesso das pessoas à comida. Assim, conseqüentemente, a população cresceu. A revolução na indústria e agricultura foi acompanhada pela revolução nos transportes, já que esses alimentos e produtos tinham que ser levados para as diversas cidades que surgiram.

O crescimento da população, as revoluções nos transportes, agricultura e indústria — tudo isso estava correlacionado. Agiam e reagiam mutuamente. Eram forças abrindo um mundo novo (...) Os ricos ficaram mais ricos e os pobres, desligados dos meios de produção, mais pobres. (HUBERMAN, 1984, p.188 e 191).

Sobre o desenvolvimento do capitalismo, Mandel (1982) destaca que existem duas fases: a fase do capitalismo de livre concorrência, que vai desde a Revolução Industrial (aproximadamente 1760) até os anos 1880 e a fase do imperialismo, que se estende de 1880 até os nossos dias.

Para Marx (1984, p.41): a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em “imensa acumulação de mercadorias”. Logo, na fase pré-capitalista se comprava para uso próprio e na fase capitalista se compra para vender com objetivo de ganhar (HUBERMAN, 1984).

Nesse contexto, aquele que não possui matéria-prima para vender ou não é dono das grandes indústrias vende a força de trabalho. O valor da força de trabalho é determinado como qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário para a sua reprodução.

Marx (1984) relata que:

Ao deixar a esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, à qual o livre-cambista vulgar toma de empréstimo no capital e no trabalho assalariado, parece-nos que algo se transforma na fisionomia dos personagens do nosso drama. O antigo dono do dinheiro marcha agora à frente como capitalista; segue-o o proprietário da força do trabalho como seu trabalhador. O primeiro com um ar importante, sorriso velhaco e ávido de negócios; o segundo tímido,

contrafeito, como alguém que vendeu sua própria pele e apenas espera ser esfolado (MARX, 1984, p.197).

A divisão social do trabalho seja ela processada ou não através da troca de mercadorias é inerente às mais diversas formações econômicas de sociedade. Durkheim (1999) aponta que a lei da divisão do trabalho se aplica tanto aos organismos como às sociedades; pode-se inclusive dizer que um organismo ocupa uma posição tanto mais elevada na escala animal quanto mais as suas funções forem especializadas. O autor explora a relação de solidariedade com a divisão do trabalho e atribuía a divisão do trabalho a um fenômeno social (indivíduo e sociedade).

O mesmo autor enfatiza:

Será nosso dever procurar tornar-nos um ser acabado e completo, um todo auto-suficiente, ou, ao contrário, não ser mais que a parte de um todo, o órgão de um organismo? (DURKHEIM, 1999, p.4).

Para Marx, a primeira divisão do trabalho se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. Engels (1980) acrescenta ainda que:

o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino (ENGELS, 1980, p.70).

Marx e Engels, na obra *A Ideologia Alemã* (1987), apontam que:

Esta divisão do trabalho (...) dá portanto origem à propriedade, cuja primeira forma, o seu germe, reside na família, onde a mulher e as crianças são escravas do homem. A escravatura, decerto ainda muito rudimentar e latente na família, é a primeira propriedade (...) De resto, divisão de trabalho e propriedade privada são expressões idênticas – na primeira, enuncia-se relativamente à atividade o que na segunda se enuncia relativamente a produto desta atividade. (MARX e ENGELS, 1987, p. 38 e 39).

Marx e Engels (1987) destacam que:

A divisão do trabalho implica ainda em contradição entre o interesse do indivíduo singular ou da família singular e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionam entre si (...) é precisamente esta contradição entre o interesse particular e coletivo que faz com que o interesse coletivo adquira, na qualidade de Estado, uma forma independente. (MARX e ENGELS, 1987, p.39).

A divisão do trabalho, tal como é entendida pelo estudo em questão é aquela que se expressa nas relações entre forças produtivas e relações de produção. Na manufatura, a divisão do trabalho é uma criação específica do modo de produção capitalista (MARX, 1984). É marcada pela estratificação de diferentes segmentos sociais, dando ênfase às relações entre proletariado (classe trabalhista) e burguesia (classe dominante). Esse fator limita as atividades realizadas pelo trabalhador em função das suas atribuições impostas e não das suas limitações ou habilidades.

Marx e Engels (1987) alertam que a divisão do trabalho só surge efetivamente a partir do momento em que se opera uma divisão entre o trabalho material e intelectual. Nesse contexto, foi que a burguesia submeteu o campo à cidade. Criou cidades enormes, aumentou tremendamente a população urbana em relação à rural, arrancando assim contingentes consideráveis da população da vida rural. Aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos.

A consequência inevitável desse processo foi a centralização política. Províncias independentes, ligadas apenas por laços federativos, com interesses, leis, Governos e tarifas diferentes, foram reunidas em uma só nação, com um só Governo, um só código de leis, um só interesse internacional de classe, uma só barreira alfandegária. Assim como subordinou o campo à cidade, os países bárbaros e semibárbaros aos civilizados, subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente (MARX e ENGELS, 2003).

Os autores destacam que:

Aqui aparece, pois, a diferença entre instrumentos de produção naturais e instrumentos de produção criados pela civilização. O campo cultivado (a água etc.) pode ser considerado como um instrumento de produção natural. No primeiro caso, para o instrumento de produção natural, os indivíduos são subordinados à natureza; no segundo caso, eles se subordinam a um produto do trabalho. No primeiro caso, a propriedade, aqui a propriedade fundiária, aparece portanto também como uma dominação imediata e natural; no segundo caso, essa propriedade aparece como uma dominação do trabalho e, no caso, trabalho acumulado, do capital. O primeiro caso, pressupõe que os indivíduos estejam unidos por um laço qualquer, seja a família, a tribo, ou o próprio solo etc. O segundo caso pressupõe que sejam indivíduos independentes uns dos outros e só estejam juntos em virtude do intercâmbio (MARX e ENGELS, 2002, p.78 e 79).

E acrescentam que:

A burguesia rasgou o véu do sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-as a meras relações monetárias...impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte (MARX e ENGELS, 2003, p.42 e 43).

Engles (1980) enfatiza que ao transformar tudo em mercadoria, a produção capitalista destruiu as antigas relações tradicionais e substituiu os costumes herdados e os direitos históricos pela compra e venda, pelo “livre” contrato.

Na mesma proporção em que a burguesia se desenvolve, desenvolve - se também o proletariado, a classe dos trabalhadores modernos, que só podem viver se encontrarem trabalho, e só encontram trabalho na medida em que se aumenta o capital. Esses trabalhadores que são obrigados a vender diariamente uma mercadoria, um artigo de comércio, sujeitos, portanto, às vicissitudes da concorrência, às flutuações do mercado (MARX e ENGELS, 2003).

As camadas inferiores da classe média — os pequenos industriais, pequenos comerciantes e pessoas que possuem rendas, artesãos e camponeses — se vêm empurradas para o proletariado, em parte devido ao seu capital diminuto que não está à altura da indústria moderna, sucumbindo à

concorrência, em parte porque sua habilidade profissional é desvalorizada pelos novos métodos de produção. Assim, o proletariado é recrutado em todas as classes da população (MARX e ENGELS, 2003).

Para Mandel (1982), a divisão da sociedade em classes e dos meios de produção não é um produto da “natureza humana”. É sim, produto de uma evolução da sociedade e das instituições econômicas e sociais.

O capitalismo industrial foi então, marcado pela deterioração das relações de trabalho, trazendo como conseqüências a violação dos direitos das pessoas, como os direitos trabalhistas por meio do emprego formal com a exploração da classe trabalhadora, que acabava recebendo baixos salários, trabalhando por longos períodos e vivendo em condições precárias. Além desses fatores, usavam o trabalho infantil inicialmente com a busca por crianças pobres em orfanatos e depois com crianças que iniciavam o trabalho nas fábricas, já que o que os pais recebiam era insuficiente para a sobrevivência da família.

Nessa situação surgiram diversas formas de distorção de comportamento social, a fim de tentar escapar do destino de ser um trabalhador pobre, ou pelo menos, aceitar ou esquecer a pobreza e a humilhação. Logo, seguiram nos cortiços casos de alcoolismo, prostituição, suicídio relacionados ao cataclismo econômico e social (HOBSBAWM, 1981).

Como enfatiza Marx e Engels (2003) com o desenvolvimento industrial, o proletariado não cresce unicamente em número; concentra-se em massas cada vez maiores, fortalece-se e toma consciência disso. Os vários interesses e as condições de existência dos proletários se igualam, à medida em que a máquina aniquila todas as distinções de trabalho, reduzindo todos os salários a um único nível igualmente baixo.

Os mesmos autores no Manifesto Comunista (2003) apontam que:

O operário torna-se um simples apêndice da máquina e dele só se requer o manejo mais simples, mais monótono, mais fácil de aprender. Desse modo, o custo do operário se reduz, quase exclusivamente, aos meios de subsistência que lhe são necessários para viver e perpetuar sua espécie (MARX e ENGELS, 2003, p.46).

A reação dos trabalhadores contra as máquinas foi intensa, muitas delas foram destruídas e condenadas, como se fossem as culpadas pelo cenário que se travava e não os seus donos. Os trabalhadores perceberam isso e lutaram valendo-se de métodos como petições e leis a fim de conseguir seus direitos, mas perceberam também que as leis na teoria são diferentes que na prática e que uma possível saída seria a luta pelo direito a voto e organizações em sindicatos, sendo que estas já existiam nas antigas formas de associações de jornaleiros. Em outros termos, a luta dos trabalhadores nesse momento deixava de lado o voluntarismo e ingressava no campo da política (HUBERMAN, 1984).

Nesse momento, só a burguesia tinha direito a voto e podia recusar a admissão de trabalhadores livremente. Caso entrassem em greve e se recusassem a vender a sua força de trabalho, a polícia ou exército agiria com violência. Esse panorama avançou com a existência de partidos operários participantes de governos com coligação com a burguesia e a ocorrência de sucessivas greves. O movimento operário esteve no auge nos séculos XIX e XX sendo a classe mais numerosa da sociedade contemporânea e através das liberdades democráticas, permitiu uma maior organização, exercendo cada vez mais um maior peso na balança das relações de força (MANDEL, 1982).

A organização da classe trabalhadora cresceu com o capitalismo, que produziu a classe, o sentimento de classe e o meio físico de cooperação e comunicação. O sindicalismo é mais forte nos países mais industrializados, onde o sistema fabril levou ao desenvolvimento de grandes cidades (HUBERMAN, 1984, p.204).

Os trabalhadores triunfam ocasionalmente, mas por pouco tempo. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a reunião cada vez mais ampla dos trabalhadores. Essa união é facilitada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação criados pela indústria moderna, possibilitando o contato dos operários de localidades diferentes (MARX e ENGELS,

2003). O proletariado adquire através da sua luta as qualidades de solidariedade, de cooperação e de disciplina (MANDEL, 1982).

Nas grandes cidades, além do monopólio na indústria, houve o monopólio dos bancos. A indústria se fazia principalmente a crédito, de modo que os financistas que controlavam o sistema de crédito tinham o poder. O capitalismo da livre concorrência tornou-se o capitalismo dos monopólios e os que acumulavam o capital não o gastava, uma vez que não é o objetivo do sistema elevar o padrão de vida das massas. O excedente foi então utilizado em empréstimos para os países atrasados, as colônias (HUBERMAN, 1984).

O papel dos bancos nesse cenário de regime capitalista é conceder crédito às empresas, sendo que um pequeno número de banqueiros detém um monopólio e se comportam como emprestadores passivos, embolsando os juros sobre os capitais adiantados enquanto aguardam o reembolso do crédito no vencimento fixado (MANDEL, 1982).

Nesse contexto de monopólios, crescimento sem controle da produção, aumento da população e exclusão dos “não donos” do capital na organização econômica trazem as relações de flexibilização no trabalho, o processo de terceirização, redução do quadro de funcionários e forma avulsa de prestação de serviços. Surge a parcela da população afetada pelo desemprego, provocando fator ainda mais grave do que ele, a desocupação.

Todo esse processo, a expropriação do capitalismo, não foi nunca um movimento sem resistência. A resistência política de extração socialista começou na Grã-Bretanha com as instituições anti-capitalistas, como sindicatos, legislação trabalhista, além das cooperativas (SINGER, 1998).

Robert Owen, por exemplo, grande proprietário de um complexo têxtil em New Lanark buscou a reorganização da sociedade com base em cooperativas a partir de esforços solidários dos seus membros, sendo ele o precursor do Socialismo Utópico. Em 1825 criou em New Harmony, Estado de Indiana uma aldeia cooperativa modelo, que somente durou até 1829.

Conforme Pires (2004), Owen teve grande importância no movimento sindical por meio da sua participação nas *Trade-Unions* (sindicatos que agrupavam os trabalhadores), com objetivo de transformá-los em agrupamentos produtivos e auto-administrados.

Segundo Singer (2002), visitantes de todos os locais do mundo iam visitar New Lanark a fim de observar e tentar decifrar de perto como o dinheiro gasto com o bem-estar dos trabalhadores era recuperado sob a forma de lucro, ao findar cada trabalho.

Na mesma época, os ditos “Pioneiros de Rochdale” fundaram uma sociedade cooperativa. Segundo Pires (2004), a diversificação e o volume de negócios realizados garantiram o êxito do empreendimento. A cooperativa surgiu em Rochdale, um importante centro têxtil no norte da Inglaterra, fundada por 28 operários, metade deles owenistas (SINGER, 2002) e até os dias atuais ainda inspira as iniciativas de cooperação por todo o mundo.

Charles Fourier, teórico da mesma fase, que teve maior experimentação prática nos Estados Unidos, apoiava a vida comunitária, desde as refeições, passando pela cultura, trabalho e educação. Para ele, cada associado da sua sociedade ideal participaria de uma “série” de trabalho de sua preferência, em função do tipo de trabalho e da companhia que mais lhe despertasse interesse. No entanto, buscava pessoas (empreendedores capitalistas) que financiassem seus sonhos e não a construção de uma sociedade com essas características. Além disso, suas idéias eram vistas como loucas e extremamente eróticas (PIRES, 2004).

Já para o socialista utópico Saint-Simon, o trabalho industrial está no centro das suas preocupações. A sociedade industrial seria administrada segundo uma hierarquia de competências e não pelos detentores de capital (PIRES, 2004).

Para Marx (2003) embora os fundadores desses sistemas compreendam bem o antagonismo das classes, assim como a ação dos elementos dissolventes na própria sociedade dominante, aponta a ausência de ação política e revolucionária, procurando atingir seu fim por meios

pacíficos, abrindo um caminho ao novo evangelho social pela força do exemplo, por experiências em pequena escala que, naturalmente, sempre fracassam.

Conforme Huberman (1984):

Há pobres por toda parte — na Utopia elimina-se a pobreza; há desperdício na produção e distribuição de mercadorias — na Utopia, formula-se um método de produção e distribuição 100% eficiente. Há injustiça por toda parte — na Utopia, estabelecem-se tribunais honestos, presididos por juizes honestos (ou organizam-se as coisas de tal modo que tribunais e juizes sejam totalmente desnecessários). Há miséria, doença, infelicidade — na Utopia, há saúde, riqueza e felicidade para todos (HUBERMAN, 1984, p.227).

Mandel (1982) aponta dois aspectos que enfraquecem esse sistema:

a) a sociedade ideal que imaginam (daí o termo: socialismo utópico) se apresenta como um ideal a construir, a atingir de uma vez só por um esforço de compreensão e de boa vontade dos homens, sem relação com a evolução histórica, mais ou menos determinada, da própria sociedade capitalista;

b) as condições do aparecimento da desigualdade social, e daquelas em que pode desaparecer, são cientificamente insuficientes por se basearem em fatos secundários (violência, moral, dinheiro, psicologia, ignorância etc.), não partindo dos problemas de estrutura econômica e social, da interação entre as relações de produção e o nível de desenvolvimento das forças produtivas. (MANDEL, 1982, p.60).

O socialismo utópico não resistiu às críticas de Marx, mas permitiu que se consolidassem as críticas ao capitalismo: a produção transformada num ato social, a troca e, com ela, a apropriação permanecem atos individuais – o produto social é agora apropriado pelo capitalista individual.

Essa é a contradição fundamental, da qual derivam todas as contradições em que se move a sociedade atual, como o divórcio entre o produtor e os meios de produção. O operário passa ser assalariado por toda a vida mostrando um antagonismo de classes e o destaque para as leis que presidem à produção de mercadorias, gerando uma concorrência desenfreada.

Além disso, o aperfeiçoamento da maquinaria, que a concorrência transforma num preceito imperativo para cada fabricante e que impõe a um afastamento cada dia maior de operários: exército industrial de reserva.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, excesso da oferta sobre a procura, superprodução, abarrotamento dos mercados, crises periódicas, círculo vicioso: superabundância, por um lado, de meios de produção e de produtos e, por outro, de operários sem trabalho e sem meios de vida. Mas esses dois impulsos da produção e do bem-estar social não podem combinar-se, porque a forma capitalista da produção impede que as forças produtivas atuem e os produtos circulem, a não ser convertidos em capital, o que lhes é vedado precisamente pela sua própria superabundância. A contradição aguça-se até se converter em contra-senso: o modo de produção revolta-se contra a forma de troca. A burguesia revela-se incapaz para continuar a dirigir as suas próprias forças sociais produtivas.

Além desses fatores, o reconhecimento parcial do caráter social das forças produtivas. Apropriação dos grandes organismos de produção e de transporte, primeiro por sociedades anônimas, em seguida pelos trustes, e mais tarde pelo Estado. A burguesia revela-se uma classe supérflua; todas as suas funções sociais são executadas agora por empregados assalariados. (ENGELS, 1892).

A alta produção, com o acúmulo de mercadorias prosseguiu por mais de um século quando depois da Grande Depressão (Crise de 1929) e da II Guerra Mundial (1939 –1 945) o poder e a renda da classe capitalista foram diminuídos com altas taxas de desemprego, quedas drásticas do produto interno bruto de diversos países, bem como quedas drásticas na produção industrial e preços de ações. No entanto, com o fim da II Guerra Mundial houve um crescimento econômico considerável, desenvolvimento do estado de bem estar social e conquistas de remuneração e proteção social em lei para os trabalhadores. Esse fato acabou por esvaziar a proposta de cooperativismo (SOUZA, 2003).

Também após a II Guerra Mundial, nasce na região da Europa e da América do Norte, o neoliberalismo, sendo uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Com a fundação da Sociedade de Mont Pèlerin, neoliberal, dedicada e organizada com a proposta de combater o keynesianismo¹ e o solidarismo e preparar para o capitalismo duro e livres de regras para o futuro. Dentre as medidas neoliberais estão a prioridade para a estabilidade monetária, contenção do orçamento, concessões fiscais aos donos do capital e abandono do pleno emprego (ANDERSON, 1995).

Em 1979 uma decisão tomada pela Reserva Federal dos Estados Unidos de aumentar as taxas de juros até onde fosse necessário para acabar com a inflação, pode ser considerada como um acontecimento que testemunhou uma mudança maior na dinâmica do capitalismo. Trata-se do ato político chamado de o golpe de 1979. Logo depois, e durante mais de 25 anos, o neoliberalismo definiu um novo curso para o capitalismo, no Centro e na Periferia (DUMÉNIL e LÉVY, 2007).

O neoliberalismo é, tanto na América Latina, quanto na Europa, consequência da crise fiscal do Estado, do esgotamento do Estado de bem-estar social (SADER, 1995).

Duménil e Lévy (2007) definem neoliberalismo como:

uma configuração de poder particular dentro do capitalismo, na qual o poder e a renda da classe capitalista foram restabelecidos depois de um período de retrocesso. Considerando o crescimento da renda financeira e o novo progresso das instituições financeiras, esse período pode ser descrito como uma nova hegemonia financeira, que faz lembrar as primeiras décadas do século XX nos EUA (DUMÉNIL e LÉVY, 2007, p.2).

¹Keynesianismo é a teoria econômica que consiste numa organização político-econômica, oposta às concepções neoliberalistas, fundamentada na afirmação do Estado como agente indispensável de controle da economia, com objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego. Foi consolidada pelo economista inglês John Maynard Keynes e é conhecido também como "Estado de Bem-Estar Social".

Em 1979, na Inglaterra foi eleito o primeiro governo a por em prática o programa neoliberal, o governo Thatcher. Em 1980 Reagan chega à presidência dos Estados Unidos, seguido pela Alemanha, com Kohl. Quase todos os países do norte da Europa ocidental, exceto a Suécia e a Áustria também viraram à direita (ANDERSON, 1995).

Esses acontecimentos fizeram com que nos anos 1980 o neoliberalismo se tornasse hegemônico no mundo capitalista, o desemprego em massa retornou gradativamente. Hoje, na maioria dos países, de um décimo a um quinto da população economicamente ativa está inativa. O desemprego atual resulta de políticas macroeconômicas que visam unicamente conter preventivamente a inflação, sacrificando a este objetivo o desenvolvimento mediante crédito escasso, juros altos e corte selvagem do gasto público (SINGER, 2004).

Salama (1995) enfatiza:

Mas se hoje a abertura econômica é uma necessidade em nível global, nada nos obriga a aceitar que a única forma de abertura é a que propõem os neoliberais: sem a intervenção do Estado e sem proteção (SALAMA, 1995, p.53).

Gorostiaga (2001) enfatiza que:

A revolução das telecomunicações, transportes e informática produziu inovações na gestão e no *management*, que têm facilitado ainda mais as fusões de capital e tecnologia (*mergers*), pelas quais as empresas privadas da América latina têm sido cada vez mais incorporadas e inseridas em forma dependente à lógica do capital central. A empresa nacional, tanto privada como estatal, fica cada vez mais marginalizada e em posição assimétrica diante da empresa multinacional, crescentemente isolada da lógica do mercado interno e da lógica de sobrevivência das grandes maiorias pauperizadas (GOROSTIAGA, 2001, p.65).

A economia global e neoliberal continuou produzindo claramente sociedades cada vez mais desiguais (SANTOS, 2001). A globalização é o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista (SANTOS, M., 2008).

Para Gonçalves (1998):

A vida concreta dos indivíduos inseridos nas relações sociais capitalistas passou cada vez mais a ser controlada pelo relógio, esse mecanismo regular por excelência, cuja função é sincronizar os movimentos de cada um: para que a fábrica funcione é necessário que todos estejam a postos, à mesma hora, no mesmo lugar; a fábrica exige que as matérias-primas cheguem ao tempo certo; os comerciantes devem estar a postos para comprar e vender na hora certa; as demais fábricas devem fornecer em tempo hábil os insumos; enfim, tudo deve ser sincronizado através de uma rede de transportes e comunicações com o máximo de precisão horária possível. Afinal “*time is money*” (GONÇALVES, 1998, p.101).

Santos M. (2008) traça um paralelo entre três diferentes formas de ver o mundo no que tange a globalização. A globalização como fábula, que é aquela como o mundo nos faz enxergar, a globalização perversa, que é a que realmente existe e uma nova globalização. A primeira nos faz crer que todos têm alcance igualitário das condições de acesso e informação. Tem-se a ilusão de que o mundo é homogêneo. A segunda mostra o desemprego, a pobreza, onde o egoísmo impera. E a última visão, de um mundo como pode ser é a busca por uma globalização mais humana.

Em relação a uma nova visão, Santos (2005) julga que há um novo imaginário anticapitalista, que não se contrapõe somente ao capitalismo, mas também à proposta de nacionalização da economia como realmente alternativa ao capitalismo.

O consumo tornou-se um objetivo comum para os indivíduos, atribuindo ao dinheiro um papel central, aparecendo como reguladores da vida individual. Podendo levar a acumulação para alguns e endividamento para a maioria. O dinheiro e a informação estão intimamente relacionados influenciando no caráter das pessoas. As novas condições técnicas deviam ampliar o conhecimento do planeta, das sociedades, mas as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um grupo de pessoas em função de seus próprios objetivos (SANTOS, M.; 2008).

Para Morin (2000):

O conhecimento do mundo como mundo é necessidade ao mesmo tempo intelectual e vital. É o problema universal de todo cidadão do novo milênio: como ter acesso às informações sobre o mundo e como ter a possibilidade de articulá-las e organizá-las? Como perceber e conceber o Contexto, o Global (a relação todo/partes), o Multidimensional, o Complexo? Para articular e organizar os conhecimentos e assim reconhecer e conhecer os problemas do mundo, é necessária a reforma do pensamento. Entretanto, esta reforma é paradigmática e, não, programática: é a questão fundamental da educação, já que se refere à nossa aptidão para organizar o conhecimento (MORIN, 2000, p.35).

O autor destaca que a mundialização é unificadora, mas é preciso acrescentar imediatamente que é também conflituosa em sua essência. A onda técnico-industrial sobre o globo tende a suprimir muitas das diversidades humanas, étnicas e culturais.

O mesmo sistema ideológico que justifica o processo de globalização, considerando-o o único caminho histórico a ser seguido, acaba impondo uma determinada visão da crise. Em virtude disso, os países, lugares e pessoas passam a se comportar como se tal “crise” fosse a mesma para todos e como se a receita para afastá-la devesse ser a mesma. Na realidade, a crise que os responsáveis querem afastar é a financeira e não qualquer outra. Mas a causa para mais aprofundamento da crise real - econômica, social, política e moral – que caracterizam o nosso tempo (SANTOS, M, 2008). Isso porque a globalização para a parcela da população com acesso a informação e oportunidades significa liberdade, mas para a maior parte é a progressiva separação e exclusão.

A separação dos movimentos da informação em relação aos movimentos dos seus portadores e objetos permitiu a diferenciação de suas velocidades, o movimento da informação ganha ritmo mais rápido que a viagem dos corpos ou a mudança da situação sobre a qual se informava (BAUMAN, 1999).

O professor Milton Santos (2008) nos remete ao mito do espaço e do tempo em relação à velocidade:

A velocidade está ao alcance de um número limitado de pessoas, de tal forma que, segundo as possibilidades de cada um, as distâncias têm significações e efeitos diversos e o uso do mesmo relógio não permite igual economia do tempo (...) no mercado global regulador. Será, todavia, esse mercado regulador? Será ele global? O fato é que apenas três praças, Nova Iorque, Londres e Tóquio concentram mais de metade de todas as transações e ações (MILTON S, 2008, p.41).

As elites escolheram o isolamento e pagam por ele de boa vontade e o resto da população se vê afastado e forçado a pagar o preço cultural, psicológico e político do seu isolamento (BAUMAN, 1999).

Bauman (1999, p.8) diz que “ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social” e ressalta que o significado profundo de globalização é o caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais.

Logo temos que, “...as novas forças econômicas têm como efeito secundário destruir ou enfraquecer todos os “coletivos”, da família aos sindicatos, dissolver todos os laços de solidariedade, especialmente aqueles construídos contra a lógica bárbara do lucro puro, como as associações de ajuda mútua etc.” (BOURDIEU, 2002).

Mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede que outros modos de produção se desenvolvam, uma vez que é incapaz de inserir toda a população economicamente ativa (SANTOS, 2005).

A cooperação é a forma fundamental do modo de produção capitalista (MARX, 1984). O autor explica esse dizer ao adotar que a cooperação é entendida por indivíduos que trabalham juntos nos mesmos processos de produção ou processos que se ligam de alguma maneira.

Para Marx (1984):

Se os trabalhadores não podem cooperar diretamente sem estar juntos, se sua aglomeração em determinado local é condição da sua cooperação, não podem os assalariados cooperar sem que o mesmo capital, o mesmo capitalista empregue-os simultaneamente, compre ao mesmo tempo suas forças de trabalho (MARX, 1984, p.378).

Entretanto, segundo Barreto (2003), não há cooperação em empresa capitalista na medida em que os empregados estão na condição de subordinados aos interesses da empresa. Diante do toyotismo² pode-se falar em trabalho coletivo, participação, mas não de cooperação.

Em O Capital (1984) quando elucida a organização em cooperativas, Marx aponta que mesmo com possibilidades de reprodução capitalista, uma vez que estão dentro do sistema, as cooperativas haviam superado positivamente a contradição entre capital e trabalho.

Para Barreto (2003):

Cooperar implica em alta capacidade de comunicação e diálogo, liderança e trabalho compartilhado, respeito à ação alheia, responsabilidade, participação dentre outras tantas coisas, e tudo isso se liga à nossa história subjetiva, isto é, a nossos desejos, ambições, medos, inseguranças, fraquezas, forças etc. (BARRETO, 2003, p.289).

Nesse contexto de trabalho coletivo, respeito e participação está a Economia Solidária com a finalidade colocá-los em prática, e como reação ao sistema capitalista.

2.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA: SOBREVIVENDO NO SISTEMA CAPITALISTA

² O Toyotismo é um modo de organização da produção capitalista originário do Japão após a Segunda Guerra Mundial Foi criado na fábrica da Toyota no Japão após a Segunda Guerra Mundial, sendo elaborado por Taiichi Ohno e caracterizado como filosofia orgânica da produção industrial (modelo japonês), adquirindo uma projeção global.

A Economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. Enquanto o capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito de propriedade individual, a economia solidária é outro modo de produção individual cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (SINGER, 2002).

Segundo Santos (2005):

a economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão “desregulamentada” das máquinas-ferramentas e do motor a vapor do século XIX (SANTOS, 2005, p.83).

Para alguns autores como Cunha (2003) e Singer (2003), a Economia Solidária deve muito às contribuições teóricas dos socialistas utópicos, principalmente às experiências de associação desenvolvidas na prática pelos trabalhadores, desde a época dos Pioneiros de Rochdale.

O termo Economia Solidária engloba inúmeras práticas econômicas e não há um consenso sobre o seu significado e nomenclaturas.

Conforme Singer (1998):

a economia solidária é um projeto de organização sócio-econômica com princípios opostos ao do laissez-faire: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação – não a eliminação! – destes mecanismos pela construção de relações econômicas solidárias entre produtores e consumidores (SINGER, 1998, p.9).

Essa visão toma como pressuposto a Economia Solidária como uma economia alternativa ao capitalismo. Segundo Cunha (2003) a economia solidária é vista não só uma necessidade material, mas também como uma ferramenta de transformação social e opção ideológica.

Para Drummond e Carvalho (2001):

O termo Economia Solidária identifica uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade. Estas novas formas de solidariedade fazem alusão à iniciativa cidadã em oposição, ao mesmo tempo, às formas abstratas de solidariedade praticadas historicamente pelo Estado, de um lado, e às formas tradicionais de solidariedade marcadas pelo caráter comunitário (DRUMMOND e CARVALHO, 2001, p.247).

Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) compreendem as organizações:

- a) coletivas - organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc;
- b) cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
- d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal e;
- e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário (BRASIL, 2005, p.13).

A economia solidária é chamada também de economia social, que segundo Cunha (2003) é um termo comum em países da Europa com tradições cooperativistas. Dentre essas economias sociais dependendo do estatuto elas podem se dividir em associações, cooperativas, sociedades laborais, entre outras nomenclaturas. Existe mais a distinção entre as duas na França, onde a Economia Social surgiu para a população de baixa renda e a Economia Solidária com aspectos voltados para os movimentos sociais.

Outra corrente é a Economia da Dádiva inspirada em Mauss (1974) que envolvendo os aspectos de liberdade e obrigação nas trocas sociais, as expectativas humanas envolvidas nas atividades de dar, receber e retribuir. Mostrando como os interesses pessoais agem de maneiras diferentes quando se tratam de trocas “puras”, nas suas mais diversas expressões e quando se tratam de trocas econômicas.

Na América Latina, como o contexto é focado na exclusão social, a discussão gira em torno da Economia Popular. Conforme Razeto (2001) existem diversos tipos de economia popular. Dentre elas, podemos citar as microempresas e pequenas oficinas de negócios; as iniciativas individuais e informais; as atividades ilegais; as soluções assistenciais e inserção em sistemas de beneficiência pública ou privada. Logo, é importante destacar que nem toda economia popular é uma economia solidária.

Na definição de Razeto (2001, p.36) a economia popular é “o caminho que seguem aqueles grupos para buscar em conjunto e solidariamente a forma de encarar seus problemas econômicos, sociais e culturais mais imediatos”.

A economia popular é aquela que atende às demandas imediatas da população e possui giro local (ARROYO, 2006). O autor cita ainda o tripé metodológico crédito-organização-formação como uma síntese para o trabalho coletivo, uma vez que não somente o crédito é necessário, mas também a capacitação e o planejamento para as ações. É necessário que tomemos a economia popular como uma economia aplicada à maioria ou vivida pela maioria. Por esse motivo sustenta a aplicação do termo crédito popular ou invés de microcrédito, já que este retoma a idéia de pequeno monte, sem ter a visão de que pode e deve existir uma economia popular de grande valor e por uma gama de pessoas.

A Economia Popular significa uma opção, um modo de vida, com um modo de produção, o que acarreta em um projeto de sociedade e novos valores. Ela não se baseia nos critérios de rentabilidade e de lucro do sistema. Com isso, aponta algo diferente do capitalismo, embora nasça nesse universo (GADOTTI, 2001).

Entretanto, para Quijano, como a Economia Popular existiria dentro desse panorama capitalista, alternando entre padrões de reciprocidade e de capital, sendo este predominante, isso é suficiente para admitir que não é uma economia “alternativa” ao capital.

Gutiérrez (2001) ainda nos alerta que:

Com abundância dessas proposições, devemos considerar que esses “modelos de produção” (comunitária, grupal, familiar...), embora vistos por seus impulsionadores como contribuições à democratização econômica e à geração de emprego, que, é preciso salientar, quando não nascem dos próprios setores populares, mas que são promovidos por interesses externos, advêm, com muita frequência, em formas de apaziguamento político, de geração de emprego a baixo custo, de ocupação de mão-de-obra ociosa em terras de baixa produtividade, de transferência de custos de infra-estrutura e manutenção, bem como liberação de custos das cargas sociais.

Na economia popular, não se trata sempre, ou necessária e explicitamente, da auto-identificação ideológica e política dos seus agentes, nem da sua visão revolucionária do mundo, mas sim que as relações de trabalho e de distribuição de recursos e do produto são fundamentalmente organizadas em torno da reciprocidade e da vida social, das práticas sociais quotidianas (SANTOS, 2005).

Segundo Arroyo (2006) a economia popular solidária está centrada na comunhão, tanto entre indivíduos para a constituição de empreendimentos coletivos como entre empreendimentos para obter saltos de competitividade, em estruturas em rede que também podem ser compreendidas como empreendimentos coletivos. É o diálogo com valores que a economia tradicional não dialogava. Neste contexto, é inserido o crédito popular, também denominado como microcrédito, enfrentando o desafio da inclusão social, da democracia substantiva e do desenvolvimento sustentável.

Conforme Razeto (2001) a economia de solidariedade seria:

uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitárias, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas (RAZETO, 2001, p.40).

A Economia Solidária é por vezes também denominada como terceiro setor. Isso se dá em virtude do seu caráter não-governamental e de não acumulação de capital.

No entanto, Cunha (2003) aponta que:

a economia solidária se reconhece como setor econômico, portanto formado por empresas – empresas onde a dimensão social importa tanto quanto a dimensão econômica, empresas orientadas por valores distintos do capitalismo, mais ainda assim empresas (CUNHA, 2003, p.64).

Dois dimensões principais integram as formas de Economia Solidária. Uma traduzida, como garantia dos meios de vida dos seus integrantes e outra de natureza política, na qual as organizações coletivas incorporam as práticas democráticas, cooperativas e autogestacionárias entre os integrantes. Sendo política ela exige um marco regulatório e redefinição de normas tributárias, quando em forma de cooperativas (CUNHA, 2003). Outro fator é que não há ainda uma designação jurídica clara para membros de empreendimentos solidários, sendo que a Justiça brasileira define cooperativa não pelo seu modelo de gestão, mas sim do ponto de vista de propriedade (SOUZA, 2003).

Conforme Souza (2003) grande número de associações não se transformam em cooperativas, pois a lei brasileira impõe essa formação a um número mínimo de 20 pessoas. Muitas delas são hoje grupos de igreja, grupos informais, alguns se vinculam a alguma instituição e produzem alimentos caseiros, artesanatos, entre outras atividades em pequena escala.

Os projetos organizados por comunidades pobres assumem quase sempre a forma da economia solidária. A alternativa seria alguns membros da comunidade assumir o papel de

capitalista e assalariar os demais, como ninguém tem dinheiro, essa hipótese não ocorre. Além disso, a ajuda mútua é essencial para os grupos desprovidos de capital para melhorar sua situação social e econômica. O desenvolvimento que combate a pobreza é solidário e isso já vem sendo comprovado na prática em diversos lugares (SINGER, 2004).

Nos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) o exercício da autonomia deve ser visto a partir da forma como se dá a gestão das diversas áreas do empreendimento, compreendendo tanto os aspectos objetivos e subjetivos no que tange à administração, organização do trabalho e as definições dos valores e metas da empresa (DRUMMOND e CARVALHO, 2001).

Drummond e Carvalho (2001) enfatizam:

O fator humano é fundamental para que essas empresas consigam se estruturar enquanto empresas autogestionárias e possibilitar um espaço de mudança social e mudança da organização do trabalho (DRUMMOND e CARVALHO, 2001, p.179).

Singer (2003), ainda destaca que:

Para pessoas humildes, que sempre foram estigmatizadas por serem pobres – sobretudo mulheres e negros, vítimas da discriminação por gênero e raça – a experiência cooperativa enseja verdadeiro resgate da cidadania. Ao integrar a cooperativa, muitos experimentam pela primeira vez em suas vidas o gozo de direitos iguais para todos, o prazer de poderem se exprimir livremente e de serem escutados e o orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no destino do coletivo (SINGER, 2003, p.28).

Para Gaiger (2006), a ausência de uma análise interna desses empreendimentos solidários desde a sua origem, passando pela sua evolução, dificulta a identificação, seja material, social ou cultural que impulsionam os participantes desses grupos a permanecerem no trabalho coletivo.

Para os grupos informais a burocracia para a concessão do crédito para iniciar e manter as suas atividades de produção é um dos principais motivos de afastamento do interessado no crédito e no dinheiro propriamente dito.

Nos serviços de crédito tradicional, a concessão ou não de um empréstimo é decidida a partir de três critérios, capacidade e disposição de pagamento do futuro cliente, garantias reais e pessoais, sendo avaliados através da análise de documentos contábeis, declarações de renda e bens e de uma consulta a órgãos de informações bancárias e comerciais do tipo Serviço de Proteção ao Crédito – SPC (NITSCH e SANTOS, 2001).

Em relação ao microcrédito Yunus (2001) elucida que existem hoje várias espécies de microcrédito, que se divide basicamente em dois tipos principais: o tipo original, tal como concebido por Yunus, o qual se destina a reduzir a pobreza, e o tipo comercial, que é o modelo adotado pelo Brasil. Este último é um instrumento de financiamento para microempresas e empresários informais. Como em outros países da América Latina, o microcrédito no Brasil se encontra em fase embrionária e tem sido liderado por iniciativas de Organizações Não-Governamentais (ONGs), em geral de atuação internacional.

Yunus (2006) protesta contra o uso indiscriminado da palavra "microcrédito" quando aponta que a palavra tem sido usada para significar qualquer coisa para qualquer pessoa. Esse comportamento vem criando muitos mal-entendidos e confusões na discussão sobre microcrédito. O autor indica que se dêem títulos distintos para os diferentes tipos de microcrédito.

Conforme Barone (2002):

Microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica (BARONE, 2002, p.1).

Para Paim (2002):

Embora chamado de microcrédito, trata-se de uma idéia macro e constitui-se hoje em uma nova tendência mundial. Esse movimento é de tal magnitude que chega a configurar uma política de desenvolvimento abrangendo questões de natureza social, econômica, legal, financeira e institucional, na medida em que possibilita o acesso ao crédito a empreendedores de baixa renda, sem as exigências e burocracias do sistema financeiro convencional que terminam por excluí-los do processo (PAIM , 2002, p.149).

O microcrédito tem como princípios, a sustentabilidade e o enfoque na população produtiva pobre, valores compatíveis com a real necessidade, capacidade de pagamento do público-alvo e pouca burocracia, servindo como ferramenta de transformação da pessoa e comunidade envolvidas (PAIM, 2002).

Uma iniciativa que difundiu o sistema de microcrédito no mundo foi a experiência vivida em Bangladesh, no ano de 1976, iniciada pelo professor de economia Muhamad Yunus. O professor conheceu uma artesã que estava fazendo bancos de bambu para sobrevivência de sua família. Ele emprestou US\$ 27 de seu próprio bolso a ela e a vários outros aldeões, permitindo que comprassem matéria prima para seu trabalho. Eles eram moradores das aldeias próximas à universidade onde ele lecionava. Yunus ficou surpreso quando viu que aqueles que pegaram dinheiro emprestado, na maioria mulheres, pagaram seus empréstimos na totalidade e no prazo. A experiência foi tão bem sucedida, que em 1978 foi criado o Grameen Bank (Banco da Aldeia) determinando a provar que emprestar aos pobres não era uma "proposta impossível" (YUNUS, 2006).

Segundo Parente (2002), a idéia de operar com empréstimos de pequena monta, adotando o princípio da confiança, dispensando a burocracia, foi inicialmente muito criticada pelo Banco Mundial, que logo depois reviu sua posição e passou a apoiar a idéia. O Banco Grameen tornou-se um modelo e passou a ser utilizado como referência em dezenas de países, introduzindo em todo o mundo os conceitos de microfinanças e microcrédito.

Conforme Yunus (2006):

O empréstimo do Grameen não é apenas dinheiro; é uma espécie de passaporte para a autodescoberta e a auto-exploração. Quem o recebe começa a explorar seu potencial e a perceber sua criatividade oculta (YUNUS, 2006, p.139).

A característica principal do Grameen é a utilização do crédito em grupo, também conhecido como “crédito solidário”. O fato de pertencer a um grupo traz a segurança, uma vez que quando sozinho a pessoa que necessita de ajuda se sente exposto a todos os tipos de perigo, tendendo mais a imprevisibilidade e indecisão (YUNUS, 2006).

Entretanto, para Toscano (2002) possibilitar o acesso ao microcrédito pode viabilizar pequenos empreendimentos individuais, mas nunca será suficiente para desencadear um processo de desenvolvimento socioeconômico local: falta-lhe a necessária articulação com políticas públicas voltadas à promoção do resgate político de imensa parcela da população que vive na informalidade, excluídos, portanto, do mercado capitalista tradicional, quer como produtores, quer como trabalhadores e consumidores.

Constanzi (2002) acrescenta que:

A dificuldade de atingir o núcleo duro da pobreza torna patente que o microcrédito não pode ser considerado um instrumento isolado no combate à pobreza, mas ao contrário, deve estar integrado a outros elementos ou ações, como educação, capacitação, qualificação profissional, assistência social, saúde. Portanto, o microcrédito não deve ser visto como instrumento único e onipotente de combate à pobreza, mas sim como um importante elemento adicional nessa missão (CONSTANZI, 2002, p.23).

É relevante destacar que além das iniciativas do setor público, pode ser destacado o surgimento, em várias cidades brasileiras, de organizações de pequeno porte, como as Organizações não-governamentais (ONG), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCM) e Cooperativas de Crédito que

operam com microcrédito. Normalmente, seu raio de atuação é pequeno, abrangendo apenas a cidade onde estão localizadas (CARNEIRO, M. 2005).

O desenvolvimento desses grupos com o apoio externo almeja a participação, a organização coletiva e o desenvolvimento comunitário. Singer (2004) elucida que o desenvolvimento comunitário é aquele que todos seus membros conjuntamente estão unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de certos meios essenciais de produção ou distribuição. Conforme a preferência dos membros, muitos ou todos podem preservar a autonomia de produtores individuais ou familiares. Mas, os grandes meios de produção – silos ou armazéns, frotas de veículos, edificações e equipamentos para processamento industrial, redes de distribuição de energia etc. – têm de ser coletivos, pois se forem privados a comunidade se dividirá em classes sociais distintas e a classe proprietária explorará a não proprietária.

2.3 PARTICIPAÇÃO, ORGANIZAÇÃO COLETIVA E COOPERATIVISMO: MECANISMOS DE SUPERAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL?

A participação, mais do que uma ação mecânica de escolha de representante, significa partilhar “um lugar no mapa”, criar uma identidade coletiva que “envolva a crença de que, quando as pessoas se abrem umas com as outras, cria-se um tecido que as mantém unidas” (SAYAGO, 2000). Podemos entender que a aprendizagem é a maneira pela qual cada um se relaciona com o mundo, com a realidade, exterior e interior a si mesmo (MARTINS, 2005).

Loureiro (2004) afirma que:

Participar trata-se de um processo que gera a interação entre diferentes atores sociais na definição do espaço comum e do destino coletivo. Em tais interações, ocorrem relações de poder que incidem e se manifestam em níveis distintos em função dos interesses, valores e percepções dos envolvidos. Participar, aqui, é promover a cidadania, entendida como realização do “sujeito histórico” oprimido (LOUREIRO, 2004, p.71).

Segundo Martins (2005), a melhor organização capaz de permitir vivências educativas é, sem dúvida, o grupo. Formar-se em grupo consiste em aprender a aprender. O respeito, a crítica ética mútua e a auto-avaliação são fundamentais na construção desse processo, muitas vezes dolorido, mas validado sob a racionalidade apaixonada da construção de um espaço cívico comum (SATO, 1999).

A isso, Gadotti (2001) ajunta que quando a participação existe, ela é *per si*, educativa, uma vez que gera níveis cada vez mais elevados de consciência e organicidade. A participação nos grupos conduz à gestão pelos próprios associados, tanto no processo de produção como os de organização.

A organização coletiva existe se houver ação própria do(s) grupo(s) populare(s). A participação nesse sentido ocorre quando existe situação concreta de experiência coletiva; práticas sócio-produtivas; intencionalidade educativa por meio da consciência crítica; surgimento de novos comportamentos e desenvolvimento de melhores formas organizativas (CARNEIRO M.A., 1988).

Mance (2002) esclarece que a Gestão Democrática envolve, dentre outros aspectos, a Gestão Participativa, onde todos os trabalhadores e consumidores – exercendo a autogestão – participam nas decisões sobre o que deve ser produzido, o reinvestimento e outros passos para a gestão.

Segundo Vargas (1999) negociar é uma atividade que coloca a frente dois ou mais atores, que, unidos por uma interdependência, engajam-se voluntariamente para enfrentar as divergências existentes, em busca de um caminho satisfatório, não-violento, que leve em conta a realidade do outro. Nesse sentido Random (2006), elucida que cada sujeito apresenta o território da sua realidade, que engloba a o cérebro (conceitos, criações), a cultura, o sentido (ver, investigar, interpretar) e variáveis que nos compõem. O território do olhar mostra ou, em certos casos, oculta a nossa subjetividade. Cada sujeito possui seu tempo específico para elaborar e

assimilar, ou rejeitar, novos conhecimentos e assim ver de outra forma. Esse é o desafio de construção de uma cultura da cooperação.

Lidar com a expectativa do Outro é compreender que teremos que lidar com a causalidade, imprevisibilidade, relatividade e descontinuidade, uma vez que segundo Nicolescu (2000), a descontinuidade manifesta-se também na estrutura dos níveis de Realidade. Dentro dos níveis de realidade destacamos o campo político e presença dos sujeitos envolvidos; a complexidade se reflete, na união das partes e a visão do todo mostrando uma complexa teia de relações e o Terceiro Incluído com o *Olhar a novidade*.

Em relação ao trabalho Gaiger (2006) aponta que:

A necessidade de manter as pessoas ocupadas e respeitar as suas expectativas impõe restrições, pois obriga a descartar alternativas que seriam normais em empresas privadas, como eliminar postos de trabalho em tempos de crise, elevar os padrões mínimos de produtividade ou escalonar os níveis salariais, a fim de estimular a competição entre os trabalhadores. Ao mesmo tempo, garantir trabalho para todos torna necessário e razoável, portanto, objetivamente e subjetivamente lógico, adotar ou preservar certo conjunto de medidas que fundamentam a política de gestão e de desenvolvimento do empreendimento (GAIGER, 2006, p.520).

Segundo Barreto (2003) não é o homem que muda, mas a compreensão sobre ele e os meios pelos quais ele aprende e transforma o mundo em que vive. Sendo a cooperação o processo e não o fim em si. A partir do momento que o homem compreende a sua realidade tem a capacidade de olhar as hipóteses de desafios sobre a realidade que está inserida. Deste modo, pode transformá-la, criar o seu mundo (FREIRE, 2006).

Alguns fatores importantes devem ser analisados e debatidos nos grupos autogestionários, como por exemplo, as desigualdades nas atribuições dos participantes, as quais podem ser de cunho político, técnico, econômico e/ou de linguagem, como são os casos mencionados por Esteves (2003) em relação às cooperativas.

Como o autor elucida, o poder de convencimento dos indivíduos dentro do grupo faz com que algumas pessoas adquiram maior legitimidade e confiança; a função ou cargo ocupado pode causar constrangimentos dividindo os cooperados em conselheiros e “cooperados”; a divisão “etária” torna-se desigualdade quando os cooperados antigos recorrem à legitimidade de opiniões devido ao seu tempo de cooperativa.

Para Esteves (2003) em relação às desigualdades técnicas os trabalhadores são divididos em “trabalhadores de escritório” e “de chão de fábrica”. Estes sofrem pressões relativas à velocidade de produção, situação dos equipamentos, riscos e fadiga pelo trabalho e aqueles ficam mais próximos dos conselhos da administração, sofrendo pressões jurídicas, contábil, burocrática, entre outras. Nessa divisão – planejamento versus execução – os operários costumam menos que os profissionais.

Em relação à desigualdade econômica as diferenças na composição do capital dos cooperados podem trazer desconfiças, produzindo condições materiais – de vida e sobrevivida, distintas para os membros, causando desconforto e competição (ESTEVES, 2003).

Barreto (2003) debate as relações entre cooperação e competição, associando-as à natureza humana. Os seres humanos são cooperativos ou competitivos? De um lado os seres humanos egoístas e individualistas e de outro a cooperação como extensão natural da vida, com bondade e boa vontade em compartilhar entre os seus. A competição pode ser vista, pela biologia, como eliminação do inimigo e, pela sociologia, como uma disputa de habilidades.

O lado negativo da competição além da perda ou derrota está no estímulo a uma subjetivação egocêntrica em que o outro é visto como inimigo pondo em risco o bem-estar e se reflete em violência e desigualdade social (BARRETO, 2003).

É interessante resaltar que as diferentes formas de acesso à linguagem constituem diferentes formas de pensar e de enunciar o conteúdo do pensamento e da fala. Nas cooperativas isso pode ser evidenciado por meio de experiências de trabalho anteriores, de regiões geográficas distintas,

de pertencimento a grupos sociais, culturais, religiosos, políticos e outros constitui uma rica diversidade de opções culturais para o uso da linguagem, seja mediante o diálogo nos eventuais meios formais como assembleias e reuniões ou pelo permanente e cotidiano negociar das alternativas aos problemas enfrentados pelas cooperativas, tanto como fazer quanto sobre o que fazer – conhecimento e método (SATO, 1999).

A alusão a formas alternativas de conhecimento leva-nos a outro elemento central das alternativas ao desenvolvimento. Trata-se da reivindicação da diversidade cultural e da diversidade de produzir e de entender a produção (SANTOS, 2005). O desafio que se estabelece é a construção de uma cultura de cooperação solidária, por meios de vivências concretas. A Educação Ambiental Crítica e a Educação para Gestão Ambiental têm como base a prática a partir da realidade apresentada.

2.4 EM BUSCA DE UMA NOVA ALIANÇA: A EDUCAÇÃO PARA GESTÃO AMBIENTAL E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

A Educação para Gestão Ambiental se encontra no deslocamento do interesse individual para o coletivo o que proporciona a possibilidade de instaurar acordos mútuos, através da participação, do diálogo, do exercício da cidadania, da construção da democracia, criando assim, espaços políticos de negociação (LAYRARGUES, 1998).

Os grupos e pessoas cujas motivações e orientações práticas estão marcadas por uma necessidade de um novo paradigma apresentam um diferencial que se manifesta em suas demandas por conhecimento e por sua capacidade de mobilização coletiva em face da percepção da urgência impressa pelo caráter crítico das situações ambientais locais, aderindo à potencialidade cultural do interesse coletivo que o ambientalismo propicia (MOURÃO e MAKIUCHI, 2003).

A questão ambiental diz respeito à relação sociedade-natureza e também a construção do conhecimento sobre esta relação sob a ótica dos processos que ocorrem na sociedade. Isto

significa que a chave do entendimento da problemática ambiental está no mundo da cultura, ou seja, na esfera da totalidade da vida societária (IBAMA, 1995).

Um relacionamento mais harmônico entre sociedade e meio ambiente caracteriza a Gestão Ambiental. A prática da gestão ambiental não é neutra. O Estado, ao assumir determinada postura frente a um problema ambiental, está definindo quem ficará, na sociedade e no país, com os custos e quem ficará com os benefícios (IBAMA, 1995). A educação comunitária se complementa na medida em que é aquela, segundo Godotti (2001) associa o produtivo o organizativo e o educativo, objetivando uma melhor qualidade de vida e buscando o exercício da cidadania.

Conforme Makiuchi (2005) o gestor ambiental, no caso os sujeitos envolvidos, incluindo o pesquisador “de fora”, ao responder ao Outro na sua responsabilidade, mediando o diálogo de saberes, deve saber que fomenta um novo conhecimento e uma nova possibilidade de vinculação social entre os sujeitos do diálogo. Destaca-se a união de saberes, que nunca serão os mesmos e estarão sempre se renovando (Fig.1).

Princípio Sistêmico ou organizacional (MORIN, 2000)

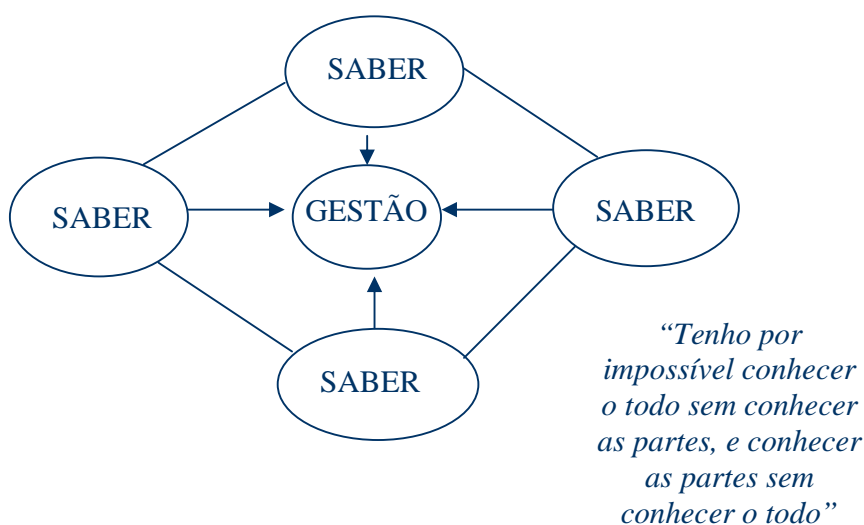


Figura 1- União dos saberes. Organizado por TEIXEIRA, Ana Carolina C.

Freire (2006) elucida que:

O saber se faz através de uma superação constante. O saber superado já é uma ignorância. Todo saber humano tem em si o testemunho do novo saber que já anuncia. Todo saber traz consigo sua própria superação. Portanto, não há saber nem ignorância absoluta: há somente uma relativização do saber ou da ignorância (FREIRE, 2006, p.29).

A concepção dialética de educação, sendo uma atividade social por meio da aprendizagem e do agir, estão atreladas aos processos de transformação societária, ruptura com a sociedade capitalista e formas alienadas e opressoras de vida. Vê o “ser humano” como um “ser inacabado”, ou seja, em constante mudança, sendo exatamente por meio desse movimento permanente que agimos para conhecer e transformar e, ao transformar, nos integramos e conhecemos a sociedade, ampliamos a consciência de ser no mundo (LOUREIRO, 2004).

O autor, no mesmo artigo aponta que:

A dialética é o exercício totalizador que nos permite apreender a síntese das determinações múltiplas que conformam a unidade. O modo de pensar dialógico, genericamente, consiste em que quaisquer pares podem estar em contradição e/ou serem complementares. Permite entender a unidade na diversidade, a superação do contraditório pela síntese que estabelece outras contradições, num contínuo movimento de transformação – esta foi a inovação de G.W. Hegel em relação à dialética antiga, posteriormente adotada criticamente por Karl Marx (LOUREIRO, 2004, p.70).

Loureiro (2004) ainda destaca mais a fundo a relação com a natureza no momento que descreve a Escola de Frankfurt:

Dentro da monumental tradição dialética marxista, a Escola de Frankfurt merece destaque. Formula e refina com competência o sentido de nosso pertencimento à natureza e a compreensão da sociedade como expressão de organização da nossa espécie. Denuncia, com absoluto ineditismo, em início e meados do século XX, que o processo de exploração das pessoas entre si, tendo por base sua condição econômica e os preconceitos culturais, é parte da mesma dinâmica de dominação da natureza, posto que esta se define na modernidade capitalista como uma externalidade e tudo e todos viram coisas, mercadorias a serviço da acumulação de capital (LOUREIRO 2004, p.68).

Além desses fatores Mourão (2005) enfatiza também que:

A ideologia individualista da cultura industrial capitalista moderna construiu uma representação da pessoa humana como um ser mecânico, desenraizado e desligado de seu contexto, que desconhece as relações que o tornam humano e ignora tudo que não esteja direta e imediatamente vinculado ao seu próprio interesse e bem-estar.

Esta visão particularista e fragmentada do ser humano tem sido amplamente apontada não somente como uma das causas, mas como o principal obstáculo para a superação da incapacidade política de reverter os riscos ambientais e a exclusão social (MOURÃO, 2005, p.1).

Segundo Layrargues (2004), a Educação para Gestão Ambiental sobressai atualmente como a portadora de determinados conceitos que podem com grande probabilidade responder aos desafios de se trabalhar uma educação ambiental voltada para o exercício da cidadania, no sentido do desenvolvimento da ação coletiva para o enfrentamento dos conflitos socioambientais, criando condições para a participação política dos diversos segmentos sociais, tanto na formulação de políticas públicas como na sua aplicação.

Layrargues (2004) ressalta que a Educação para a Gestão Ambiental foi formulada em âmbito governamental no Brasil por José da Silva Quintas e Maria José Gualda, educadores da Divisão de Educação Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Conforme Makiuchi (2005):

O ser humano é relação – com outros homens e mulheres, consigo mesmo e com o ambiente. E sempre que houver a possibilidade de através das relações estabelecidas, reduzir o outro (seja ser humano ou ambiente) a um construto mental, a um conjunto de valores sociais, culturais e simbólicos, a uma classificação ou estereótipo, estaremos realizando algum tipo de dominação. Assim, a única chance real de salvar o meio ambiente da degradação em curso é vê-lo como alteridade, articulando a distinção ao pertencimento na diversidade (MAKIUCHI, 2005, p.30).

Para Carvalho (2004, p.125) a Educação Ambiental Crítica é “aquela capaz de transitar entre os múltiplos saberes: científicos, populares e tradicionais, alargando nossa visão do ambiente e captando os múltiplos sentidos que os grupos sociais atribuem a ele”.

A Educação Ambiental Crítica, que segundo Guimarães (2004) objetiva promover ambientes educativos de mobilização desses processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais, para que possamos nestes ambientes superar as armadilhas paradigmáticas e propiciar um processo educativo, estimulando a auto-estima dos educandos/educadores e a confiança na potencialidade transformadora da ação pedagógica articulada a um movimento conjunto e buscando a partir dos mesmos referenciais constitutivos da crise, encontrar soluções.

De acordo com Carvalho (2004) para se ter o posicionamento crítico da educação ambiental torna-se necessário situar o ambiente conceitual e político onde a educação ambiental pode buscar sua fundamentação enquanto projeto educativo que pretende transformar a sociedade.

Para Loureiro (2005):

A Educação Ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente (LOUREIRO, 2005, p. 69).

Para se chegar a esse denominador comum alguns desafios são colocados para a educação ambiental e conseqüentemente para o educador ambiental envolvido nesse processo transformador da sociedade.

Portanto, Ibama (1995) aponta que:

O desafio que se coloca para a educação ambiental enquanto prática dialógica é o de criar condições para a participação dos diferentes segmentos sociais, tanto na formulação de políticas para o meio ambiente, quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do meio natural, social e cultural. Neste sentido, para que os diferentes segmentos sociais tenham condições efetivas de intervirem no processo de gestão ambiental, é essencial que a prática educativa se fundamente na premissa de que a sociedade não é o lugar da harmonia, mas sobretudo, o lugar dos conflitos e dos confrontos que ocorrem em suas diferentes esferas (da política, da economia, das relações sociais, dos valores etc) (IBAMA, 1995, p.11).

Essa “nova” visão da relação homem-meio ambiente foi construída há algumas décadas a partir do momento que foi identificado que existe sim um limite máximo para o uso dos recursos naturais a fim de atrelar a sua utilização com o bem estar dos seres humanos.

2.5 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NESSE CONTEXTO

No Brasil, o movimento ecológico surgiu na década de 1970 em um contexto de ditadura militar que atingiu diversos movimentos como o sindical e o estudantil. Quando nos referimos à diversidade social, percebe-se que o interesse por essas questões nem sempre está ligado ao movimento ecológico. Muitas vezes, se trata de uma luta por garantia de sobrevivência, associada à terra e à água, ou pelo direito de continuar vivendo de acordo com costumes tradicionais (GONÇALVES, 1998).

Não pretendo aqui aprofundar o debate acerca do surgimento do movimento ecológico e dos marcos teóricos que seguiram com os conceitos e divergências acerca do termo “desenvolvimento sustentável”. No entanto, se faz necessário e pertinente para a realização desta

pesquisa de mestrado a reflexão sobre as relações entre o sistema capitalista, os conflitos socioambientais e a educação ambiental.

A partir dos anos 70, com o surgimento e a expansão das ciências ecológicas e das organizações ambientais centralizadas estabeleceu-se a convicção de que deve ter prioridade levar a cabo pesquisas interdisciplinares de pretensão holística para, desta maneira, poder entender melhor e de forma abrangente a crise ecológica podendo intervir, por meio de uma administração tecnicamente competente, no sistema socioeconômico, a fim de evitar um colapso ecológico (FREY, 2001).

Carvalho (2001) aponta que a educação ambiental é considerada parte do movimento ecológico e que surgiu a partir da preocupação da sociedade com o futuro e qualidade da vida das presentes e futuras gerações.

Para Carvalho (2001):

Considerando a interação e as possibilidades de diálogo entre os universos popular e ambiental, emerge no campo político um conjunto de lutas pelo acesso e uso sustentável dos recursos naturais que têm sido agrupadas sob a categoria de conflitos socioambientais (CARVALHO, 2001, p.149).

O debate acerca do desenvolvimento sustentável ganhou destaque com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em 1992 na cidade do Rio de Janeiro. Apesar de, no geral, a comunidade internacional se portar de maneira a favor do desenvolvimento sustentável, não se reconhece um compromisso no cumprimento das metas para os presentes e as futuras gerações. Duarte e Wehrmann (2002) alertam que têm sido desenvolvidos trabalhos que apontam para uma imprecisão conceitual e operacional do desenvolvimento sustentável, ressaltando que ele pode atender a diferentes fins e interesses.

Segundo Frey (2001) existem três dimensões nas concepções de desenvolvimento sustentável: a do mercado como força reguladora do desenvolvimento; a o Estado e suas

instituições como instrumentos indispensáveis para o desenvolvimento e da atuação e mobilização política da população e organização da sociedade civil dentro de uma abordagem política de participação democrática.

Para Sachs (2002) o desenvolvimento sustentável é incompatível com o jogo sem restrições do mercado. A dinâmica do capital traz uma situação de agravamento da concentração de riqueza, uma vez que visa o acúmulo e reinvestimento em busca do maior lucro possível (MANCINI, 2002).

A produção material de bens necessários à subsistência humana – o ter – que constitui apenas um aspecto da biosfera assumiu uma dimensão que subestima os demais aspectos, como a própria vida – o ser. O desenvolvimento desse conflito tende a levar a uma oposição entre ter e ser. No entanto, não se trata de duas dimensões alternativas, mas sim complementares. Ou seja, o desafio não é a oposição entre economia e ecologia e sim o da solidariedade entre elas (BURSZTYN, 1995).

Morin (2000) destaca que:

Concebido unicamente de modo técnico-econômico, o desenvolvimento chega a um ponto insustentável, inclusive o chamado desenvolvimento sustentável. É necessária uma noção mais rica e complexa do desenvolvimento, que seja não somente material, mas também intelectual, afetiva, moral... E a educação, que é ao mesmo tempo transmissão do antigo e abertura da mente para receber o novo, encontra-se no cerne dessa nova missão (MORIN, 2000, p.69 e 72).

Bursztyn (1995) aponta que é possível a:

idéia de se satisfazer as necessidades humanas básicas através de práticas produtivas em escala humana, contrapondo-se ao gigantismo das grandes corporações industriais, que provocam impactos sociais e ambientais notáveis, inspira a vertente da busca de soluções simples para problemas elementares, como a fome, a saúde, o saneamento, a habitação etc. (BURSZTYN, 1995, p.106).

Gonçalves (1998) ainda destaca que a mudança de foco de produção de valores de uso para produção de valores de troca em comunidades camponesas acaba gerando uma perda de qualidade de vida, pois diminui a dedicação do tempo e espaço para os valores de uso que passam a ser buscados exclusivamente no mercado. Essa situação é questionada pelo movimento socioambientalista, que tende a querer valorizar as relações baseadas em valor de uso, relação essa de pouco interesse para o mercado capitalista.

Outro ponto importante é que hoje, no sistema em que vivemos, ao contrário do que Marx nos alertou quando denominou os valores vindos da natureza como valores de uso, hoje temos que os recursos naturais se enquadram nos valores de troca. Percebemos claramente essa situação quando compreendemos a natureza como capaz de gerar bens de duas ordens: produtos (recursos utilizados direta ou indiretamente na atividade econômica, como exemplo podemos citar as folhas e raízes) e serviços (como turismo, regulação do clima global, entre outros).

Como acrescenta Layargues (2004):

a partir dessa divisão podemos reconhecer que a natureza não é só “terra” ou um mero recurso natural como um substrato ou matéria-prima da produção humana – uma mercadoria – como a visão econômica tradicional a concebe, é também um tipo de mão-de-obra que desempenha uma força de trabalho específica (LAYARGUES, 2004).

Sobre o impacto e o peso do capitalismo na história e na vida contemporânea, Gonçalves (1998) propõe uma reflexão mais profunda sobre o desenvolvimento do capital, que vá além da percepção de dominação da natureza e do ser humano mesmo, que focalize as relações instituídas a partir da revolução industrial. Assim, precisamos reconhecer que para o processo de exploração do sistema capitalista ocorrer há todo um aparato extra-econômico que precisa ser instalado, e esse processo está vinculado às relações sociais.

Referencio que, mesmo sem esgotar as discussões em torno das categorias de análise presentes neste trabalho, o tratamento aqui desenvolvido cumpre adequadamente as funções de sustentação da discussão apresentada no capítulo 4 onde está apresentado o campo da pesquisa.

Na seção seguinte, tratamos da caracterização da região de estudo seguindo a lógica do método empregado no desenvolvimento deste trabalho.

3 QUATRO VISÕES DO CERRADO

3.1 O CENÁRIO

O Brasil é o país de maior biodiversidade do Planeta. Foi o primeiro signatário da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)³ e é considerado megadiverso, reunindo ao menos 70% das espécies vegetais e animais do Planeta (CI, 2007). Os Biomas Brasileiros (Fig. 2), compreendem a Amazônia, o Cerrado, a Caatinga, o Pantanal, a Mata Atlântica e os pampas, conforme a classificação do IBGE. Além dos Biomas, existem os Ecótonos⁴ da Caatinga-Amazônia, Cerrado-Amazônia e Cerrado-Caatinga (ARRUDA, 2001).

O Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, sendo superado apenas pela Amazônia (KLINK e MACHADO, 2005) e é classificado como um dos *hotspots*⁵ mundiais de biodiversidade (SILVA e BATES, 2002). Atualmente, o Cerrado ocupa 2.036.448 Km², o que corresponde a aproximadamente 23,92% do território brasileiro sendo que a sua distribuição começa na região Sudeste, nos estados de Minas Gerais e São Paulo e estende-se para o Centro-Oeste, Norte e pequena porção do Nordeste (EMBRAPA, 2008).

³ A Convenção sobre Diversidade Biológica é um dos principais resultados da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992. Ela define importantes marcos legais e políticos mundiais que orientam a gestão da biodiversidade em todo o mundo.

⁴ Conforme o glossário do livro a Economia da Natureza (RICKLEFS, 2003), Ecótono é o habitat criado pela justaposição de habitats diferentes, sendo uma zona de transição.

⁵ O conceito de *hotspots* é explicado por duas bases: endemismo e ameaça: as espécies endêmicas são mais restritas em distribuição, mais especializadas e mais suscetíveis à extinção em face às mudanças ambientais provocadas pelo homem, em comparação com espécies que têm distribuição geográfica ampla. O endemismo de plantas é o primeiro escolhido, pois elas trazem suporte a outras formas de vida. O grau de ameaça é definido pela extensão do ambiente natural perdido, isto é, quando a área perdeu pelo menos 70% de sua cobertura original.



Fig. 2 Distribuição do Bioma Cerrado

Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=169

Segundo Eiten (1990), o Cerrado é quase totalmente tropical. Somente sua borda sul, em altitudes moderadas em São Paulo e, em altitudes maiores no sul de Minas Gerais com geadas leves em algumas noites de inverno. A pluviosidade média varia de 900 a 2.000mm por ano, sendo que a maior parte se situa entre 1.000 e 1.400mm anuais que se fosse bem distribuída, seria adequada e suficiente para atender os requerimentos da maioria das culturas. A temperatura média anual é de 22°C no sul da região e 27°C no norte. O clima apresenta duas estações bem definidas: a estação seca se estende por um período médio de cinco a seis meses – normalmente de abril a setembro e a chuvosa que vai de outubro a março (EMBRAPA, 2008).

Os solos do Cerrado originam-se de quase todos os tipos de rocha. Mesmo com alta porção de argila (90%), o solo em estado natural é bem drenado, porque a argila neste solo ácido é agregada em grãos de tamanho dos de areia.

Em termos de drenagem, profundidade e disponibilidade de nutrientes são bastante variados, mas, de maneira geral, são antigos e, por isso, geralmente profundos, bem drenados, ácidos, com elevados teores de alumínio e ferro, e de baixa fertilidade (BIZERRIL, 2004).

A paisagem do cerrado é caracterizada por extensas formações savânicas, por matas ciliares ao longo dos rios, nos fundos de vale. Entretanto, outros tipos de vegetação podem aparecer na região dos cerrados, tais como os campos úmidos ou as veredas de buritis, onde o lençol freático é superficial e o solo é úmido; os campos rupestres podem ocorrer nas maiores altitudes e as florestas mesófilas situam-se sobre os solos mais férteis. Mesmo as formas savânicas exclusivas não são homogêneas, havendo uma grande variação no balanço entre a quantidade de árvores e de herbáceas, formando um gradiente estrutural que vai do cerrado completamente aberto - o campo limpo, vegetação dominada por gramíneas, sem a presença dos elementos lenhosos (árvores e arbustos) - ao cerrado fechado, fisionomicamente florestal - o cerradão, com grande quantidade de árvores e aspecto florestal. As formas intermediárias são o campo sujo, o campo cerrado e o cerrado *stricto sensu*, de acordo com uma densidade crescente de árvores (BRASIL, 2005).

Segundo o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado (2004):

A diversidade de ambientes, formando um complexo conjunto de mosaicos de habitats e de fisionomias vegetais, contribui ainda mais para a distribuição não uniforme das espécies, o que amplia a necessidade de conservação de grandes áreas heterogêneas para a sua efetiva proteção. Os estudos que desenvolvem a caracterização do Bioma em ecorregiões são unânimes em apontar a singularidade do Cerrado no aspecto da diversidade de ambientes, enriquecidos pelo constante contato biológico com os Biomas vizinhos (PROGRAMA..., 2004, p.8).

O Bioma tem a seu favor o fato de ser cortado por três das maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Tocantins, São Francisco e Prata), favorecendo a manutenção de uma

biodiversidade surpreendente. Além de sua importância na dispersão hídrica no continente, por sua posição central no território brasileiro, o Cerrado se encontra em contato e estabelece áreas de transição com quase todos os seus principais biomas, constituindo um ponto de equilíbrio entre eles.

Além disso, encontramos as comunidades tradicionais do Cerrado que:

...já identificaram mais de 300 plantas de uso medicinal, como a sucupira-branca, ou angico, usada para combater dores de garganta e infecções pulmonares. O Cerrado também tem espécies que são utilizadas como plantas ornamentais, como a canela-de-ema, o ipê-amarelo, a cagaita, a palmeira, o buriti e a caliandra. Além disso, mais de 40 espécies são usadas na criação de abelhas – grandes amigas da biodiversidade, pois ajudam no processo de polinização de plantas, além de produzirem um mel delicioso (REVISTA BIÔ – CI, 2007, p.15).

O Cerrado tem sido ocupado pelo homem por mais de 11 mil anos. Durante a colonização do Brasil no início do século XVI, os portugueses evitavam chegar ao interior do país devido a tratados com a Espanha e a predisposições culturais de se estabelecerem perto do mar. As primeiras incursões à procura de ouro e pedras preciosas aconteceram no século XVIII, abrindo caminho para fazendas de criação de gado, principal atividade econômica até meados dos anos 50, quando o governo começou a planejar a construção de uma nova capital em Goiás para estimular a colonização e o desenvolvimento da região. A melhoria do transporte e da infraestrutura, a indústria automobilística e a pesquisa na área da agricultura e do solo resultaram na transformação do Cerrado na mais importante região de agronegócio (soja, milho e arroz irrigado) do país (CI, 2007).

A partir de 1975, é implantado no país o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – Polocentro, que incluía em seu planejamento a região do Vale do Paraná. Este programa destinava-se ao estímulo à produção agrária, que contava com os subsídios do Banco Central para a aplicação de calcário, recursos para pesquisas agropecuárias no Cerrado, “investimentos em tecnologia agrária e insumos modernos e para despesas de custeio das propriedades privadas rurais” (BERTRAN, 1988, p.132).

A globalização e a modernização da agricultura trouxeram como correlatos do desenvolvimento econômico e tecnológico, a degradação e o esgotamento dos recursos naturais, bem como a concentração fundiária e de renda e, conseqüentemente, a exclusão e violência no setor rural (DUARTE, 1998).

A ocupação dos cerrados, ocorrida nas duas últimas décadas, transformou consideravelmente o perfil da região e a relação entre as populações ali adaptadas e o meio ambiente, além de acelerar a diminuição da biodiversidade. As recentes transformações na estrutura sócio-econômica e tecnológica no setor rural – mecanização, pecuária extensiva, cultura de exportação, entre outras – e no setor urbano, com o crescimento desordenado das cidades, acarretaram profundas mudanças no modo de vida das populações locais em termos de organização do espaço, construção de moradias, da organização familiar (DUARTE, 1998, p. 17).

Atualmente está em curso uma grande “revolução silenciosa” promovida pela inovação tecnológica, cujo principal agentes são os médios e grandes “empresários rurais”, que incorporam aos seus agronegócios as tecnologias de ponta nas áreas de produção e administração rural, ficando a margem dessa organização os pequenos produtores e aqueles que desejam iniciar um processo de produção em pequena escala.

Praticamente metade do Cerrado (1 milhão km²) foi transformado em pasto e agricultura extensiva nos últimos 35 anos, e a conversão agrícola para a soja e a criação de gado em larga escala ainda são sua maior ameaça (KLINK e MACHADO, 2005). Trata-se de monocultura voltada para a produção de commodities o que, além de desconsiderar as preocupações ambientais, viola os padrões históricos da agricultura da região.

Como aponta o documento do Ministério do Meio Ambiente:

O bioma Cerrado, que mais tem sofrido os impactos do avanço da fronteira agropecuária, estende-se por cerca de 2 milhões de Km². Até meados de 1985, a

própria política governamental estimulou, por exemplo, um avanço das fronteiras agropecuária e mineradora com pouca atenção para os aspectos ambientais (MMA, 1998, p.42).

Sano et. al. (2008) destacam que as duas classes mais representativas de uso da terra foram as pastagens cultivadas e as culturas agrícolas, ocupando 26,5 e 10,5% do Cerrado, respectivamente, e apresentaram distribuição espacial bastante heterogênea. As áreas mais extensas de uso da terra foram encontradas na porção sul, enquanto a maior parte da vegetação natural localizou se na porção norte, destacando três estados da região como Piauí, Maranhão e Tocantins, com os maiores índices de preservação: 92, 89 e 79%, respectivamente e ficando o Estado de Goiás, São Paulo e Minas Gerais com as áreas de maior reflorestamento.

O avanço da cultura da soja na região repete a história de destruição que acompanhou a modernização conservadora do campo dos anos 1970. Nos dias de hoje, a degradação do ambiente provocada pelo desmatamento desenfreado, manejos hostis e expulsão de tradicionais produtores familiares, quase sempre envolvidos com a preservação da biodiversidade, sinalizam um futuro desalentador para o Cerrado, com graves conseqüências para todo o país.

Hoje, quase um quarto de todo grão (soja, milho, sorgo, arroz, trigo, etc) produzido no Brasil vem do Cerrado, metade da produção de carnes e a maior parte da de algodão, parte da qual se destina ao mercado externo (EMBRAPA, 2008). Uma estimativa sobre a vegetação natural remanescente indica que o Cerrado sofreu um grande impacto. Aproximadamente 78,7% de sua área estão sob alguma forma de uso pelo homem, o que significa que apenas 21,3%, ou 432.814 km², ainda se conservam intactos (CI, 2007).

Nesse contexto, a expansão da agropecuária, à taxa de 3% ao ano, em termos de superfície, já determinou a conversão de 40% da área para manejo econômico, com perda total da vegetação originária (MMA, 1998, p.45).

Pelo exposto, o Cerrado é uma das 25 áreas mundialmente consideradas críticas quanto à necessidade de conservação, em virtude da elevada diversidade biológica e da intensa pressão antrópica a que esse bioma vem sendo submetido (NOVAES, 2003).

Os problemas na ocupação dos cerrados são produto de um modelo que privilegia a produção em larga escala, tecnológica e energeticamente intensiva – e portanto excludente – e que é descuido em conseqüências ambientais. Aos pequenos produtores, com grande dificuldade ou incapacidade de se inserirem no mercado, resta a sobrexploração dos recursos naturais, como forma de compensar a desigualdade técnica de seus processos produtivos (MMA, 1998, p.13).

3.2 A REGIÃO

Nas últimas décadas, o processo de expansão das atividades econômicas e sociais no Centro-Oeste e Amazônia foi estimulado também pela abertura e pavimentação de rodovias de acesso ao Centro e Norte, principalmente a partir da década de 70, com a implantação do programa Polonoroeste e a abertura da rodovia BR 364, que fez a ligação do Centro com o Estado de Rondônia (MMA, 1998, p.44).

Conforme Tibiriçá-Resende e Theodoro:

As safras recordes de grãos produzidos no país, com forte contribuição do Centro-Oeste, são responsáveis pelo equilíbrio na balança comercial brasileira, mas também são utilizadas como mantenedoras do sistema, sem garantir emprego ou renda às parcelas excluídas, causando uma crescente insatisfação da população, sem o menos controle sobre as reais condições ambientais impostas pelas monoculturas (TIBIRIÇÁ-RESENDE e THEODORO, 2005, p. 149).

Em relação a área e produção de soja, o Centro-Oeste está em primeira posição, seguido pela Região Sul. Mas, no que tange a produtividade a região Centro-Oeste está em terceiro lugar conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 - Área, produção e produtividade da soja, por Região Geográfica – safra 2004/2005

Regiões	Área (mil ha)	Produção (mil t)	Produtividade (kg/ha)
Região Sul	8.588,5	1 2.744,0	1.484
Região Sudeste	1.891,6	4.609,1	2.437
Região Centro Oeste	1 0.857,0	2 8.379,1	2.614
Norte	521,9	1.404,8	2.692
Nordeste	1.442,1	3.953,1	2.741
Brasil	2 3.301,1	5 1.090,1	2.193

Fonte: CONAB, 2005. Modificado por TEIXEIRA, Ana Carolina C.

O Estado de Goiás situa-se no bioma Cerrado, em uma posição central com relação ao território nacional, no denominado Planalto Central Brasileiro e é composto, desde 2001, por 246 municípios distribuídos em 18 microrregiões geográficas.

Especificamente no Estado de Goiás – única unidade da federação totalmente inserida nos domínios do cerrado e caracterizada por um sistema natural que abriga parte considerável das nascentes das bacias hidrográficas dos São Francisco, Araguaia/Tocantins e Paraná – aproximadamente 42,5% do território encontra-se recoberto por pastagens cultivadas (SANO et al., 2001).

Nos anos 1940, as políticas públicas direcionadas para a ocupação do estado de Goiás representaram o primeiro passo na “marcha para o oeste” no território brasileiro. Nos anos 60, o governo federal tinha grande interesse em desenvolver as regiões vizinhas e em ocupar os cerrados uma vez que Brasília estava em processo de consolidação como centro político e administrativo (BRAGA, 1998).

Como destaca Bizerril (2004), as reservas de ouro na beira dos córregos foram as primeiras a serem exploradas e se esgotarem. O uso abusivo do mercúrio e a destruição da vegetação nas

margens dos rios aceleraram o processo de assoreamento e poluição dos cursos d'água. Principalmente no estado de Goiás, houve um verdadeiro desastre ambiental.

No entanto, em relação à ocupação dos solos em Goiás, até 1970, ocorreu em sua maioria pelos migrantes que procuravam terras mais férteis, quando a derrubada de árvores ocorreu de forma manual fazendo-se culturas de milho e arroz para aproveitar a fertilidade natural. Após os anos 1970, iniciou-se uma fase de culturas mecanizadas, trazendo como consequência as primeiras áreas degradadas e processos erosivos. Na década de 80, a cultura de soja dá lugar à cultura do arroz, demandando uma tecnologia de cultivo mais refinada, aumentando o uso de corretivos e adubos nas terras de cerrado (GeoGoiás, 2003).

Segundo o Relatório GeoGoiás (2003) a economia goiana nos últimos 20 anos tem se diversificado nas áreas de agricultura, pecuária, indústria, comércio e prestação de serviços, de acordo com suas potencialidades e políticas de investimentos.

A base econômica do Estado de Goiás é essencialmente agrícola e como a atividade agropecuária em larga escala é reconhecida como geradora de fortes impactos ambientais, impõem-se a necessidade de se implantar atividades econômicas complementares e alternativas nas regiões ainda preservadas, criando áreas ou zonas tampões, que impeçam ou reduzam uma expansão agropecuária ainda mais acelerada em áreas de ecossistemas considerados frágeis, como o cerrado, evitando com isso a total degradação do sistema.

Em termos econômicos ignorar esse risco seria a decretação da falência econômica da região além de se ter que enfrentar os efeitos deletérios que a degradação ambiental elevada ao nível máximo provocariam no desenvolvimento da vida ali e no restante do país. Vê-se portanto que a busca de alternativas de preservação do cerrado reveste-se de um indiscutível caráter estratégico integrando os contornos mais diretos da questão do desenvolvimento brasileiro hoje em discussão.

O Produto Interno Bruto (PIB)⁶ de Goiás cresce a uma média de 4,4% ao ano, entre 1999 e 2004 (Gráfico 2), contra uma média de 2,6% do PIB nacional. O crescimento é liderado pela expansão da indústria, cuja participação no PIB do estado salta de 28,7% em 1998 para 35,5% em 2004 (IBGE).

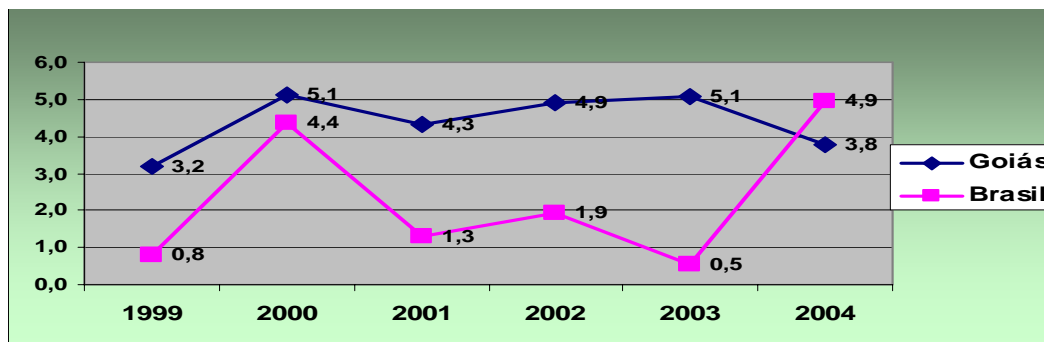


Gráfico 2 - Produto Interno Bruto de Goiás entre 1999 e 2004
Fonte: IBGE

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)⁷ de Goiás (Gráfico 3) cresceu 10,86%, passando de 0,700 em 1991 para 0,776 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 44,3%, seguida pela Longevidade, com 33,8% e pela Renda, com 21,9% (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – IDH-M, 1991-2000).

⁶ O produto interno bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer seja, países, estados, cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc). Vale dizer que no cálculo do PIB não são considerados os insumos de produção (matérias-primas, mão-de-obra, impostos e energia).

⁷ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é obtido pela média aritmética simples de três subíndices, referentes a Educação (IDH-Educação), Longevidade (IDH-Longevidade) e Renda (IDH-Renda). Para a avaliação da dimensão educação, o cálculo do IDH municipal considera dois indicadores, com pesos diferentes: taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade (com peso dois) e a taxa bruta de frequência à escola (com peso um). Para a avaliação da dimensão longevidade, o IDH municipal considera o mesmo indicador do IDH de países: a esperança de vida ao nascer. Para a avaliação da dimensão renda, o critério usado é a renda municipal per capita, ou seja, a renda média de cada residente no município. Para se chegar a esse valor soma-se a renda de todos os residentes e divide-se o resultado pelo número de pessoas que moram no município (inclusive crianças ou pessoas com renda igual a zero). O índice varia de 0 a 1, sendo que quanto melhor o desempenho municipal, mais próximo o seu índice estará de 1.

Neste período, conforme o Atlas, a distância entre o IDH do Estado e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 - IDH foi reduzido em 25,3%. Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o Estado levaria 7,1 anos para alcançar Distrito Federal, o Estado com o melhor IDH-M do Brasil (0,844). Em relação aos outros Estados do Brasil, Goiás apresenta uma situação boa: ocupa a 8ª posição, sendo que sete Estados (25,9%) estão em situação melhor e 19 Estados (74,1%) estão em situação pior ou igual.

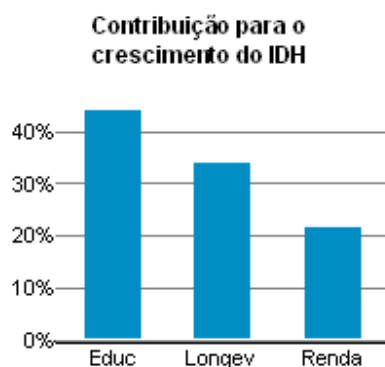


Gráfico 3 – Dimensões do IDH do estado de Goiás.
Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – IDH-M, 1991-2000.

Em relação a conservação, existem poucas áreas protegidas bem conhecidas em termos de biodiversidade, tais como o Parque Nacional de Emas – GO-MT-MS e o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – GO. Segundo Duarte (1998) o rápido progresso econômico da região de Alto Paraíso e São João d`Aliança além de não garantir a distribuição equitativa dos resultados do crescimento, mostrou-se incapaz de gerar empregos e de absorver a força de trabalho do campo, aumentando o êxodo rural para as cidades e impactando negativamente o meio ambiente (EMBRAPA, 2008).

Segundo a Secretaria de Estado de Planejamento e desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN, 2007) a microrregião da Chapada dos Veadeiros (região do Nordeste Goiano) abrange os municípios de Alto paraíso de Goiás, Cavalcante, Colinas do Sul, São João d`Aliança e Teresina de Goiás (Fig.3). Inclusive, esses municípios localizam-se dentro da Zona de

Amortecimento do Parque nacional da Chapada dos Veadeiros – PNCV, estabelecida pela resolução nº 013/1990 do Conselho do Meio Ambiente (CONAMA), com a inserção de São João d'Aliança, devido à sua localização, próxima ao Parque. O município de São João d'Aliança, além de ser um dos que compõem a Chapada dos Veadeiros, também faz parte daqueles municípios pertencentes ao Corredor Ecológico Paraná- Pireneus (Fig. 4).



Figura 3 - Municípios de Goiás que compõe a Chapada dos Veadeiros
Fonte: Agência Goiana de Desenvolvimento Regional – AGDR, 2006.
Planejamento estratégico de São João d'Aliança – GO.

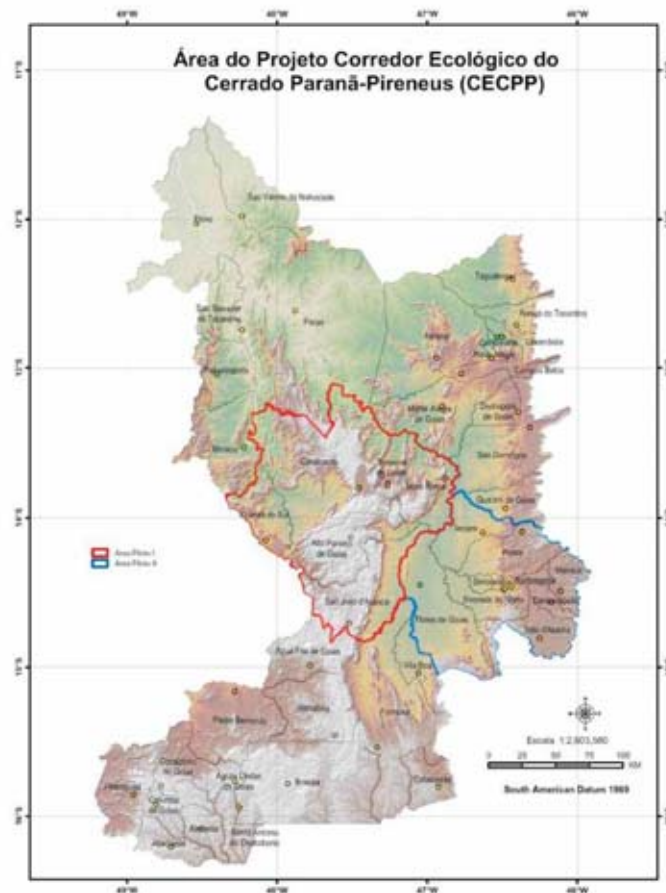


Figura 4  rea do Corredor Ecológico do Cerrado Paran -Pireneus.
 Fonte: Corredor Ecológico do Cerrado Paran -Pireneus Visto pelo Sistema de Informa o Geográfica.
 Ibama/Jica, 2005.

O “desenvolvimento” ameaça a sobrevivência das tradi es e do conhecimento sobre a natureza que os povos do cerrado acumularam ao longo do tempo (BIZERRIL, 2004).

Deste modo, temos um estado considerado forte e moderno por apoiar totalmente o agronegócio e não a forma tradicional de produ o, considerada sin nimo de atraso. Estas transforma es ambientais têm forçado a popula o a estabelecer outro modo de viver e, em geral, esta não tem sido assistida com meios que lhe garantam mais qualidade de vida.

3.3 O MUNICÍPIO

São João d'Aliança é um município brasileiro do estado de Goiás (Fig. 5). Sua população em 2007 era de 8.177 habitantes (IBGE, 2006). O município está a apenas 150 Km de Brasília, situado entre os paralelos 14 e 15, com morfologia bastante diversificada, uma vez que a sua altitude varia de 400m a 1.200 metros. Sua topografia é marcada pela presença da Serra Geral do Paranã que atravessa o município de Norte a Sul formando uma espetacular área de transição entre cerrados e florestas úmidas pré-amazônicas. Seus principais rios, ribeirões e córregos - Paranã, Tocantinzinho, Cachoeirinha e Brancas - afluentes do rio Tocantins - oferecem imponentes cachoeiras e corredeiras com condições privilegiadas para o ecoturismo e os esportes de aventuras.

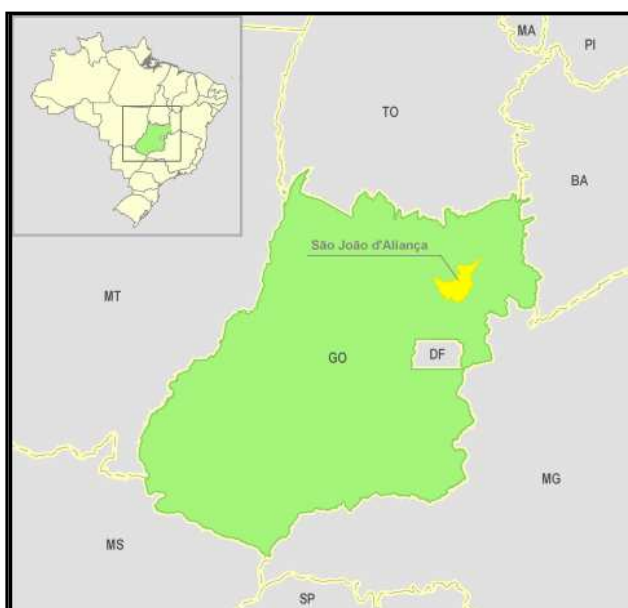


Figura 5 - Localização do município de São João d'Aliança no Estado de Goiás
Fonte: IBGE – Base Cartográfica Integrada Digital do Brasil ao Milionésimo, 2003.

A atual sede do município surgiu no início do século 20, como povoado de trabalhadores provenientes da Fazenda Olhos d' Água às margens do Ribeirão Capetinga. Em 1910 era um arraial conhecido como Capetinga e tinha uma capela dedicada a São João Batista. Em 1913

passou a categoria de vila com o nome de São João da Capetinga. Era parte do distrito do Forte (povoado que hoje é distrito de São João d'Aliança) no município de Formosa.

O Município de São João d'Aliança, em relação aos movimentos de ocupação e expansão do Planalto Central, desenvolveu-se a partir de uma economia pastoril resultante do fluxo e do pouso ao longo das “estradas abertas pelas boiadas” (MARTINS, 2006, p. 13).

O Município de São João d'Aliança é cortado pela rodovia GO-118, a qual interliga os municípios da microrregião da Chapada dos Veadeiros, localizados a oeste na Região Nordeste, sendo São João d'Aliança considerado o portal da Chapada dos Veadeiros. Todo o trajeto entre Brasília - DF e São João d' Aliança – GO (BR-020, em um primeiro momento, seguido pela GO-118) é pavimentado, com as estradas em boas condições de conservação com pequenos buracos em poucos trechos da estrada, principalmente no período de chuvas.

Nas regiões de Nova Roma, Iaciara, São João d'Aliança e Flores de Goiás já se torna comum a instalação de grandes e modernas fazendas de gado (ou frigoríficos), as quais aumentam a área de pastagem cultivada de forma extensiva (RIBEIRO et. al., 2007).

Conforme Duarte (1998), em São João d'Aliança a modernização da agricultura nos moldes do padrão “moderno” foi transplantada pelos migrantes sulistas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, provocando um êxodo rural dos pequenos produtores locais.

Braga (1998) destaca que a lógica preponderante no município é a produção, principalmente da soja (Gráfico 4), voltada para o mercado externo, sem preocupações com os danos ambientais. A modernização acentuada acarretou, principalmente entre os trabalhadores rurais, o desemprego com a expulsão em direção às cidades.

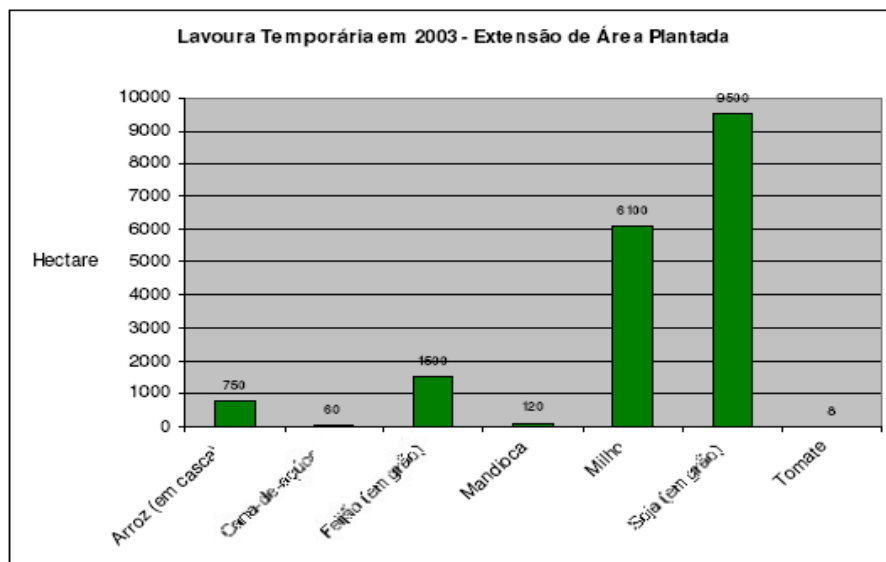


Gráfico 4 - Lavoura temporária em 2003 – Extensão de Área Plantada
 Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2003.

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de São João d'Aliança cresceu 14,15%, passando de 0,629 em 1991 para 0,718 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 40,1%, seguida pela Renda, com 36,3% e pela Longevidade, com 23,6% (Gráfico 5) (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – IDH-M, 1991-2000).

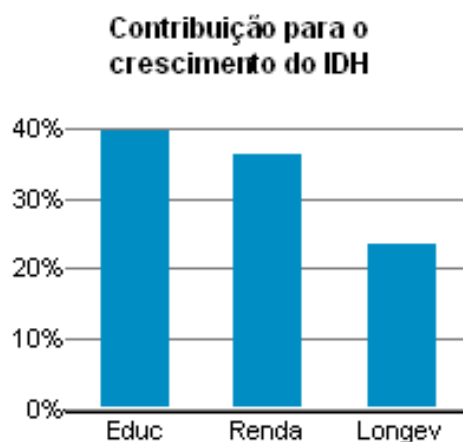


Gráfico 5 – Dimensões do IDH do município de São João d'Aliança – GO

Ainda segundo o Atlas, se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 16,2 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 9,8 anos para alcançar Chapadão do Céu (GO), o município com o melhor IDH-M do Estado (0,834). Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8)

Em relação aos outros municípios do Brasil, São João d'Aliança apresenta uma situação intermediária: ocupa a 2655ª posição, sendo que 2654 municípios (48,2%) estão em situação melhor e 2852 municípios (51,8%) estão em situação pior ou igual.

O PIB de São João d'Aliança representa 0,11% na participação do Estado, sendo ele era de R\$24.601,00 no ano de 2000 e o PIB per capita de R\$3.652,00 (AGDR, 2006).

Conforme Begnini (2003) o município é eminentemente rural, apesar do predomínio da população urbana. Embora o município tenha a característica agropecuária, no momento de análise das pessoas assalariadas (Gráfico 6) percebe-se que não tem gerado um número expressivo de trabalhadores, sendo destinado mais a área da Administração Pública.

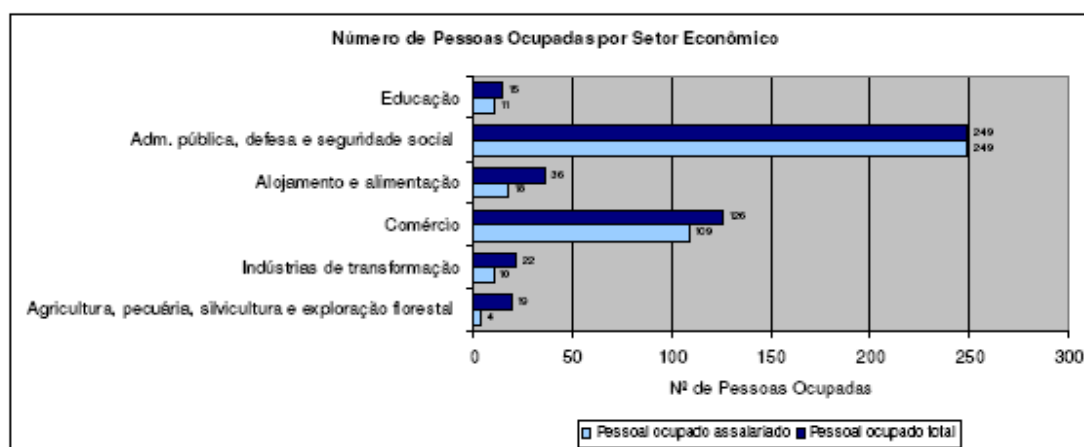


Gráfico 6 - Número de pessoas por Setor Econômico
Fonte: IBGE - Central de Empresas, 2003

De acordo com o Sistema Integrado de Desmatamento – SIAD (2006) o município de São João d'Aliança tem de área 3.339,50 Km². Dessa área 72,91% são remanescentes de Cerrado e as taxas de desmatamento foram de 256,49 Km² (ano de 2001/2002); 58,82 Km² (2002/2003); 196,20 Km² (2003/2004); 1,22 Km² (2004/2005) e 6,33 Km² (206/2006).

No Município de São João D'Aliança, existem atualmente cerca de 1450 trabalhadores rurais, incluídos empregados de grandes propriedades, trabalhadores em serviços temporários, carvoeiros, agricultores familiares e aposentados. Destes, apenas 650 encontram-se associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Dentre os associados, a grande maioria é de trabalhadores aposentados, fazendo com que 50% apenas contribuam regularmente (CAMARÁ, 2005).

A história da produção agrícola da região inclui alguns fracassos ainda muito marcantes para a população local, como a iniciativa de favorecer o desenvolvimento regional com a cessão de terras a cerca de 30 empresários oriundos do sul do país, na década de 80. Os resultados mais evidentes, hoje, são a degradação ambiental, considerável perda de solos com o plantio de grãos, principalmente da soja, e grande número de trabalhadores rurais, contratados pelas empresas gravemente intoxicados por agrotóxicos. Daqueles empresários, permaneceram na região apenas 10% do número inicial (CAMARÁ, 2005).

A constatação da realidade local e das condições de vida dos trabalhadores rurais chama atenção para a busca de alternativas por meio da Economia Solidária a fim de permitir uma melhor qualidade de vida para os trabalhadores envolvidos.

3.4 A ATIVIDADE PRODUTIVA

No Município de São João D'Aliança existem 23 comunidades rurais, além de quatro assentamentos de reforma agrária. Essas comunidades são basicamente constituídas por aglomerados de famílias, que quase sempre estão ligadas por um grau de parentesco. Por

possuírem geralmente pouco espaço de terra para cultivar e criar, a agricultura e pecuária praticada nessas comunidades se baseiam na agricultura de subsistência, praticada por agricultores familiares, modo este em que há a participação significativa e decisiva de todos os membros da família.

A comunidade tradicional, chamada por Jatobazinho é proprietária de uma terra no caminho para a cidade de Alto Paraíso de Goiás e que pertence a diferentes membros de uma mesma família. A terra foi herdada para os oito irmãos e eles optaram por dividi-la em terrenos menores, sendo que a maioria trabalha na roça com plantação para subsistência e uma parte com venda de leite na cidade, extração de óleos e raízes para fazer remédios e pequenos trabalhos isolados para ser um complemento a renda. Uma parte do terreno, pertencente a Maria Nila Crisóstomo foi escolhida pelo grupo para desenvolver um trabalho com apicultura, uma vez que o grupo viu na atividade uma oportunidade mais viável para uma alternativa de renda.

O município já desenvolve a atividade de apicultura de maneira informal e individual. Algumas pessoas criam as abelhas para subsistência e outros vendem quando conseguem boa colheita. A demanda por mel é intensa, sendo a atividade vista como possibilidade viável de renda. Para isso, é necessário discorrer acerca da atividade e desses animais sociais extremamente organizados, que são as abelhas.

3.4.1 A Apicultura

A palavra Apicultura origina-se do latim (apis = abelha; cultura = criação). É a arte de criar abelhas, exigindo não só conhecimento relacionado com a abelha do gênero Apis, mas também a outras ciências a elas relacionadas (AMARAL, 1979).

Segundo Couto e Couto (1996) desde a antiguidade as abelhas têm sido valorizadas e admiradas pelo seu comportamento, sendo que os egípcios foram os pioneiros na Apicultura. Para eles, o mel era o medicamento mais popular, fazendo parte de 500 das 900 remédios utilizados na época com registros decifrados.

Vieira, M. (1986) aponta que desde os tempos pré-históricos o homem já consumia o mel das abelhas que encontrava em ocos de árvores, cupins e cavernas. Mais tarde passou a criar abelhas de forma empírica em caixas, caixotes e em outros recipientes dentro dos quais as abelhas construía os seus favos. Somente em 1951, com a invenção da colméia mobilista, ou seja, com quadros móveis é que surgiu a apicultura.

A apicultura compreende uma área de produção em ampla expansão no país. Uma das características que tem favorecido seu crescimento diz respeito à condição favorável a criação das abelhas, encontrada em todas as regiões brasileiras. Além disso, a criação de abelhas não necessita de cuidados diários, permitindo aos apicultores consorciar esta atividade com outras, fazendo da apicultura uma fonte alternativa de renda.

Neto e Neto (2006) ainda destacam que:

A apicultura é uma das poucas atividades agropecuária que atende aos três requisitos da sustentabilidade: o econômico, o social e o ecológico. Sendo assim, fornece renda para o apicultor, ocupa mão-de-obra familiar ou contratada e contribui para a preservação da flora nativa, pois é dela que são extraídos o néctar e o pólen, componentes essenciais para a vida das colméias (...) a apicultura é uma atividade que demanda diversas habilidades tais como: concentração, poder de observação, delicadeza nos movimentos e força física para atividades gerais dentro do apiário (NETO e NETO, 2006, p.10 e 11)

Silva (2004) destaca que:

As vantagens da criação de abelhas fazem da apicultura uma atividade que estimula mudanças de atitudes no apicultor e para uma mentalidade mais preservacionista, auxilia-o a permanecer na terra e, ainda, os rendimentos da atividade tornam viável a pequena propriedade fundamentada em mão-de-obra familiar, ao mesmo tempo que estimula a preservar o conhecimento ecológico local e a cultura que o ator social possui (SILVA, 2004, p.7)

Os principais produtos obtidos e comercializados na apicultura são o mel, a cera, a própolis, a geléia real e o veneno (apitoxina). Um segmento da apicultura que vem crescendo nos últimos

anos é o de serviços de polinização, em que as colméias são alugadas para produtores de outra cultura agrícola com a finalidade de aumento da produção (FREITAS, 1998).

Lembrando que a apicultura é uma atividade agrícola, ressaltamos que, conforme (VEIGA, 1991), para que a agricultura alcance um nível de sustentabilidade ao longo do tempo, é necessário garantir a manutenção dos recursos naturais em longo prazo, assim como da produtividade agrícola; causar o mínimo de impactos adversos ao meio ambiente; promover retornos adequados aos produtores; promover uma otimização com um mínimo de insumos externos; garantir a satisfação das necessidades humanas de alimentos e renda e atender às necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais.

Com a entrada do mel brasileiro no mercado internacional, a apicultura viveu um grande momento de mobilização e crescimento. Esse desenvolvimento da atividade fica evidente quando se observa a evolução da produção de mel no Brasil (Gráfico 7) ocorrida no período de 2000 a 2005, principalmente nas regiões do nordeste e sul.

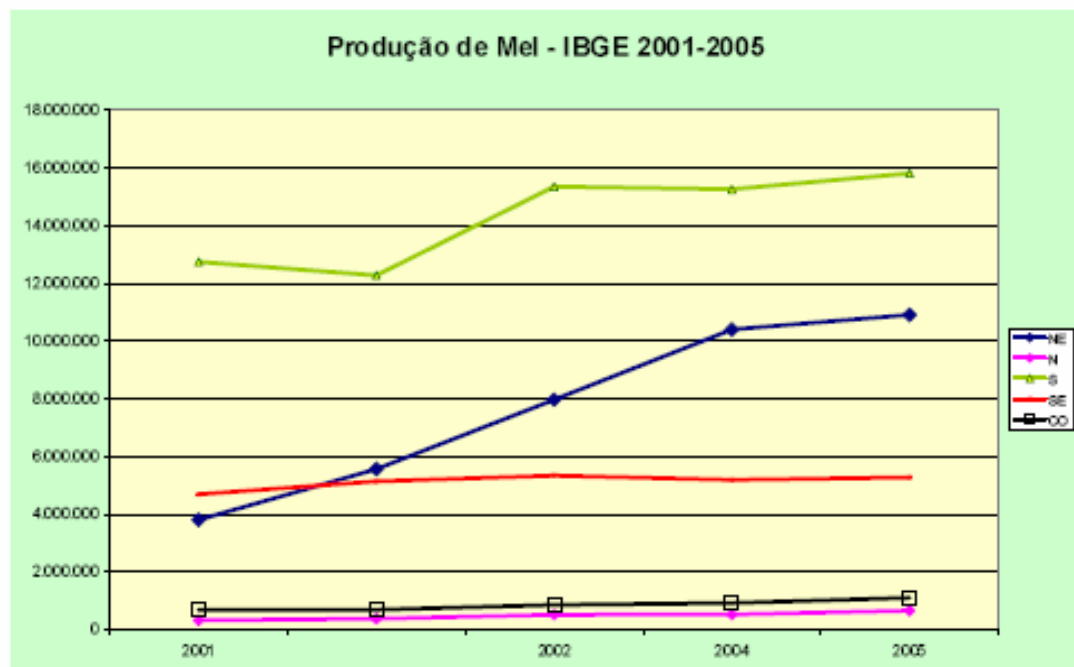


Gráfico 5 – Produção de mel de abelhas em quilogramas no Brasil e Regiões nos anos de 2001 e a 2005.

Fonte: <http://www.apis.sebrae.com.br/Arquivos/IBGE.pdf>

O estado de Goiás tem apresentado algumas áreas com intensa produção de mel com destaque para o município de São João d'Aliança circulado, com produção de 820kg no ano de 2007 (Fig. 6).

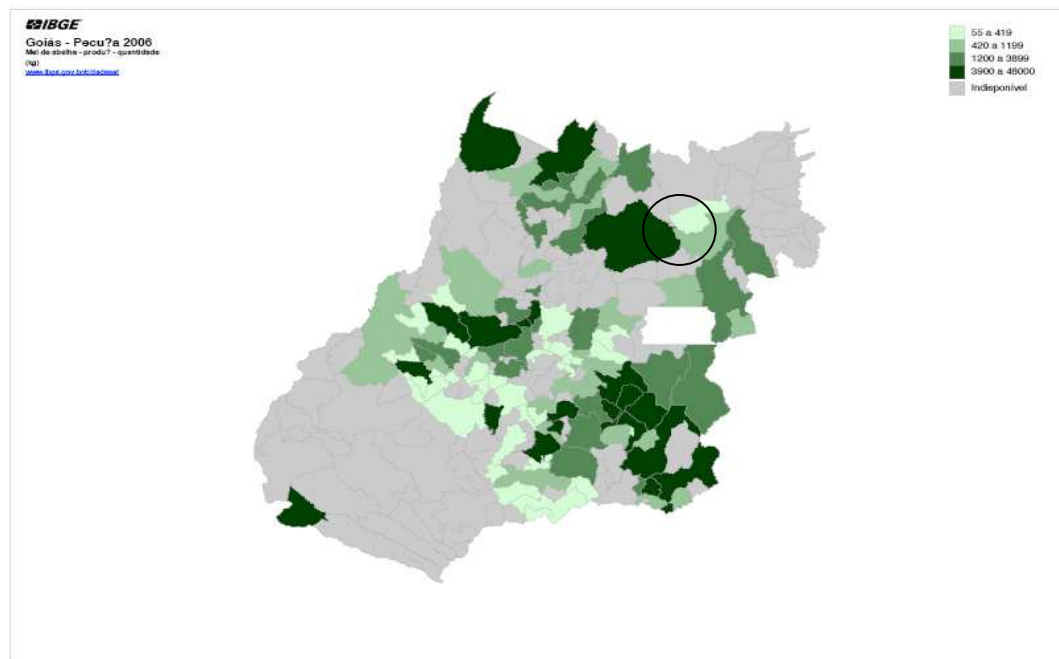


Figura 6 - Produção de mel no Estado de Goiás
Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

3.4.2 As Abelhas: Biologia e Ecologia

As abelhas pertencem ao Reino Animal, à Classe Insetos, ordem Hymenoptera e Superfamília Apoidea. Estima-se que existem mais de quatro mil gêneros e cerca de 25 a 30 mil espécies distribuídas no mundo (GRISWOLD, 1995).

Como Raça, entendemos um grupo de indivíduos pertencentes à mesma espécie e que transmitem aos seus descendentes as características de um tipo definido e específico. Dentre elas, se dividem em européias, orientais e africanas (WIESE, 1987). A *Apis mellifera* (Hymenoptera: Apidae)⁸ é um animal domesticado e a apicultura conta com modernas tecnologias, gerando produtos relevantes dentro das perspectivas agroalimentar e nutracêutica, e enquadrando-se nos modelos de produção agrícola atualmente almejados por ambientalistas e por consumidores.

As abelhas européias foram introduzidas em 1839 por D. Pedro II vindas da Europa. As européias têm como características baixa migração e enxameação. As abelhas africanas foram introduzidas no Brasil em 1956, com o intuito de se executar um programa de melhoramento genético que fosse capaz de aumentar a produção de mel do País, associada a uma baixa agressividade. Entretanto, devido a problemas na manipulação, ocorreu a enxameação de algumas famílias, o que levou ao início de um processo de cruzamento naturais com abelhas de origem européia que haviam sido trazidas pelos imigrantes entre 1840-1850, propiciando a formação de um híbrido, a abelha africanizada (SOARES, 2004).

Com a junção das raças européias e africana originaram as abelhas européias-africanizadas (ou somente, africanizadas) que hoje são as que estão em maior quantidade na natureza. Não há ainda um consenso, mas existem autores que apontam a introdução das espécies exóticas como responsáveis pela redução das abelhas nativas (RICKLEFS, 2003).

A abelha africanizada, embora muito produtiva, causou forte impacto no início de sua dispersão, devido ao elevado grau de agressividade que ela apresentava e às próprias deficiências dos apicultores e da população em geral que não sabiam como trabalhar e conviver com ela. Entretanto, com o passar do tempo, os apicultores se conscientizaram que essa abelha poderia ser controlada e explorada com êxito, se houvesse uma adequação e uma total reformulação de técnicas e conceitos válidos para as abelhas européias, mas que eram desastrosos para a abelha africanizada. Baseando-se em suas próprias experiências e nas informações geradas pelos centros

⁸ Para este trabalho toda *Apis mellifera* estará referindo-se a abelha africanizada ou européias-africanizadas; a denominação abelha corresponderá às abelhas *Apis mellifera*.

de pesquisas, os apicultores brasileiros conseguiram assimilar as novas técnicas e passaram novamente a creditar que seria possível uma apicultura eficiente com abelhas africanizadas (SOARES, 2004).

As características de um bom polinizador são preenchidas pelas abelhas *Apis mellifera*, uma vez que visitam um grande número de flores de plantas de uma mesma espécie, carregam em seus pêlos ramificados numerosos grãos de pólen (COUTO e COUTO, 1996). A interação entre as abelhas e plantas garantiu aos vegetais o sucesso na polinização cruzada, que constitui numa importante adaptação evolutiva das plantas, aumentando o sucesso reprodutivo das espécies, possibilitando novas combinações de fatores hereditários e aumentando a produção de frutos e sementes (COUTO e COUTO, 2002).

O papel ecológico das abelhas é fundamental na manutenção da diversidade de espécies vegetais. As 20 mil espécies de abelhas que se estima existirem no globo são essenciais para a reprodução sexual das plantas. Durante suas visitas às flores, as abelhas transferem o pólen de uma flor para outra, promovendo o que chamamos de polinização cruzada, ou seja, neste momento ocorre a troca de gametas entre as plantas (SÁ e PRATO, 2007).

As abelhas dependem das plantas para obterem os seus alimentos: pólen e néctar e, em geral, necessitam de um grande número de visitas para satisfazerem as suas necessidades individuais, das crias e/ou das colônias. Essa característica das abelhas proporciona um alto nível de polinização das plantas, contribuindo para o aumento na produção de frutos e sementes e conseqüentemente, ajudando na conservação de ecossistemas. Além desses fatores, são elementos que podem propiciar ao homem produtos de valores comerciais, como o mel, própolis, a cera e a geléia real.

Neste contexto não apenas os componentes desta interação são beneficiados, mas também o homem, que ao longo dos anos desenvolveu técnicas que lhe permitiram tirar proveito do trabalho de polinização das abelhas. Além do trabalho de polinização, as abelhas fornecem dentre

os seus produtos o mel, cujas propriedades permitem seu uso na dieta alimentar, na indústria de cosméticos e ainda em tratamentos terapêuticos.

Conforme Oliveira e Cunha (2005) as abelhas africanizadas ocorrem principalmente em áreas urbanas e formações vegetacionais abertas ou adulteradas. O autor indicou inexistência de competição por recursos com as abelhas nativas no interior da floresta Amazônica. No entanto, Minussi e Santos (2007) destacam que *Apis mellifera* está, no Brasil, em ambientes distintos, independente do grau de conservação.

Entretanto, Junqueira⁹ aponta que no Cerrado no entorno de Brasília, as flores acabam por receber intenso número de abelhas africanizadas, não deixando recursos naturais alimentares para as abelhas nativas. Ressalta também que algumas espécies vegetais que eram visitadas somente pelas abelhas nativas ficam sem polinizadores, como é o caso citado pelo autor do maracujá-roxo e acabam por extinguir do ambiente e, outras proliferam por serem as preferidas das africanizadas, como o angico e aroeira. É relevante retratar que existem outros fatores que podem levar a extinção de espécie, como já abordado no presente trabalho, como o crescimento desenfreado das cidades, o desmatamento, a presença extensa de monoculturas, entre outros fatores.

Um argumento, além da sua agressividade e alta competição é que como as colônias de *A. mellifera* são numerosas e enxameiam com facilidade, anualmente uma vasta quantidade de indivíduos desta espécie é liberada na natureza (MINUSSI e SANTOS, 2007).

Entretanto, Muxfeldt (1988) ressalta e instiga quando pergunta: agora surge a dúvida: a enxameação natural não é uma lei? A lei da multiplicação da espécie? Caçando e destruindo as realeiras, não haverá o perigo da extinção da espécie? Não!...a apicultura moderna evita a enxameação e transforma uma colméia forte em duas. Para isso, é preciso utilizar a técnica corretamente.

⁹ Site: www.institutohorus.org.br Acesso em: 20/08/2008.

Por outro lado Vieira (2004) aponta que a *Apis* tem sido usada para a produção do mel, mas também tem crescido nos últimos meses o número de produtores que usam as abelhas africanizadas com o intuito de garantir a polinização de suas culturas. Consideramos este fato de grande importância, visto que neste contexto começa a existir o respeito por esses preciosos insetos tão importantes na conservação da biodiversidade.

Além disso, surgem diversos trabalhos (ver SILVA e EGITO, 2005, SEBRAE, 2006 e VIEIRA, 2004) que pesquisam a ajuda de projetos envolvendo a apicultura como alternativa de renda de pequenos agricultores, formação de associações e cooperativas que contribuem para a organização coletiva e processo de capacitação dos envolvidos.

A área de estudo, como também em todo Brasil, as abelhas africanizadas ocuparam o espaço natural e urbano. Nesse contexto, atentou-se para a mobilização, organização e formação de um grupo de pessoas interessadas em desenvolver a apicultura como alternativa de renda no município de São João d'Aliança – GO, seguindo um manejo adequado, coerente com a conservação do meio ambiente.

A formação do grupo se deu pela reunião de pessoas de dois diferentes assentamentos (P.A. Mingau e Santo Antônio das Brancas), de comunidades tradicionais (Jatobazinho) e pequenos agricultores, moradores da cidade, mas que possuem terras onde plantam e trabalham. A seguir apresentaremos a vivência dessa organização coletiva, descrevendo a pesquisa de campo.

4 A PESQUISA

Ao se estabelecer o contrato da pesquisa com o grupo, minha atuação foi caracterizada em dois diferentes eixos, claramente definidos e acordados: o primeiro eixo foi a atuação em função da sua organização, para o alcance dos propósitos coletivos explicitados, elencados e acordados participativamente. O segundo eixo, voltado para a dissertação do mestrado em Desenvolvimento Sustentável e condizente com a condição de pesquisadora, foi orientado pelas seguintes hipóteses:

1 - A conservação do Cerrado pode ser estimulada por meio dos princípios da Economia Solidária aplicadas na produção de mel.

2 – A Economia Solidária empregada na produção de mel pode vir a ser um instrumento de organização coletiva que favoreça processos de emancipação e autonomia da comunidade envolvida.

3 – A Economia Solidária por meio da produção e a partir das condições ambientais existentes pode contribuir para a auto-gestão do grupo sendo uma possibilidade de complemento para a sua sustentabilidade econômica.

OBJETIVO GERAL

Discutir, consolidar e avaliar a implementação do processo produtivo de mel com base na Economia Solidária, com o objetivo de promover a Educação para Gestão Ambiental do grupo formado em São João d'Aliança (Goiás) com enfoque no “*empowerment*” da comunidade dos seus benefícios, valorização da sua cultura e da sua cidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discutir a formação do grupo solidário;
- Refletir sobre o sentido da formação do grupo: partilhar as decisões; dividir os lucros e prejuízos; oportunidade de trocar idéias e experiências junto aos envolvidos;
- Discutir vídeo observando os temas abordados em relação à Economia solidária;
- Debater a importância da apicultura para a conservação do Cerrado;
- Instigar o grupo a pensar em como se desenvolveria o processo de microcrédito;
- Apresentar técnicas básicas de apicultura;
- Planejar com o grupo o recebimento dos equipamentos para o trabalho;
- Avaliar com o grupo o seu processo de formação e a continuidade do trabalho;
- Construir coletivamente uma cartilha com os passos e ações para a formação do grupo solidário, os direitos e deveres do grupo e o processo envolvendo o microcrédito.

MÉTODO

Os princípios do método histórico-dialético constituiriam no eixo orientador dos procedimentos realizados no decorrer da construção dos capítulos.

Chauí (1984) aponta que:

...Marx afirma que o método histórico-dialético deve partir do que é mais abstrato ou mais simples ou mais imediato (o que se oferece à observação) percorrer o processo contraditório de sua constituição real e atingir o concreto como um sistema de mediações, de relações cada vez mais complexas e que nunca estão dadas à observação. Trata-se sempre de começar pelo aparecer social e chegar pelas mediações reais, ao ser social. Trata-se também, de mostrar como o ser do social determina o modo como este aparece aos homens (CHAUÍ, 1984, p. 48).

O método para a elaboração do estudo foi a Pesquisa-Ação que segundo Thiollent (1996) é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação

com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e, no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. Objetivou-se partir da própria realidade da comunidade e buscar a transformação da realidade.

Conforme Barbier (2002), a pesquisa-ação tem como princípios gerais: a formação do pesquisador coletivo, a contratualização e a escuta sensível. Primeiramente faz-se a identificação do problema e a contratualização, em um segundo momento o planejamento e a realização em espiral, a qual significa que todo avanço em pesquisa-ação implica o efeito recursivo em função de uma reflexão permanente sobre a ação e a terceira é a teorização, a avaliação e a publicação dos resultados.

O método apresenta pontos positivos, como a possibilidade de expressão do grupo de forma igualitária; a liberdade de refazer os passos da pesquisa à medida que o grupo sinta essa necessidade; a inclusão do(a) pesquisador(a) no grupo na formação do pesquisador-coletivo e o aprendizado em escutar o grupo. Porém, essa metodologia apresenta alguns entraves uma vez que, o(a) pesquisador(a) pode não ser reconhecido e aceito pelo grupo, assim como a dificuldade na definição do seu papel dentro do grupo, muitas vezes tendo a função de resolver sozinho os problemas encontrados como um técnico de campo.

Utilizou-se também o método de Grupo Focal, sendo a definição de Grupo Focal (GF) compreendida como um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade (GOMES e BARBOSA, 1999). Trata-se de um método de pesquisa qualitativo, dada a ausência de medidas numéricas e análises estatísticas.

Este método de pesquisa sofre críticas em relação ao tempo excessivo de análise das respostas. Entretanto, mostra-se muito útil quando os pesquisadores buscam soluções inovadoras, pois permite a coleta de informações que não seriam obtidas facilmente com o uso de outras técnicas, uma vez que a técnica é gravada e ouvida por mais de uma pessoa, sendo possível a

extração das falas precisas de cada um dos participantes e uma visão do grupo como um todo, incitando discussões, concordâncias e discordâncias entre os pares.

METODOLOGIA

Entre os meses de janeiro e setembro de 2008, foram realizados 20 encontros a cada 15 dias na cidade de São João d'Aliança -GO e entorno. Inicialmente, foram realizadas algumas visitas às casas das pessoas interessadas em desenvolver os processos produtivos com apicultura com a finalidade de reunir um grupo solidário que apresente interesse comum para iniciar o debate e desenvolver as etapas do microcrédito participativo. Essas visitas foram conduzidas por uma liderança da comunidade, Maria Nila Crisóstomo, cuja figura influi no processo de incentivo a produção local. O grupo solidário foi formado por dez pessoas, incluindo o “pesquisador externo”, assentados, produtores rurais tradicionais e agricultores.

Para a realização da coleta de dados da pesquisa qualitativa foram utilizados os seguintes instrumentos: observação, fotografias e diário de campo. A observação aconteceu a fim de verificar o interesse dos envolvidos em participar do processo; acompanhar o desenvolvimento das atividades acordadas pelo consenso e perceber as relações entre os pesquisadores-coletivos.

As observações foram transcritas para o diário de campo no mesmo dia do encontro, mas não de imediato a fim de não causar desconforto para os integrantes do grupo e tornar a participação da pesquisadora mais atenta e eficaz. A fotografia foi mais uma forma de registro desse processo.

O primeiro passo após a mobilização do grupo foi um curso de capacitação, por duas razões: aperfeiçoar o trabalho de apicultura já desempenhado por alguns participantes e principalmente devido ao fato de que parte dos integrantes não possuía experiência com apicultura. A participação no curso de capacitação em três dias de convivência foi um momento inicial de grande relevância.

Seguiu-se dos encontros quinzenais, nos quais foram debatidas as questões de definição de Economia Solidária e Microcrédito; planejamento e uso do recurso financeiro disponível, uma vez que o grupo recebeu um montante financeiro¹⁰ com o qual se pretende reinvestir neste coletivo, após a primeira colheita do mel e assim sucessivamente em cada nova safra. Ademais se construiu de uma cartilha coletiva do grupo e fez-se a avaliação conjunta do trabalho desenvolvido utilizando a técnica de grupo focal.

A cartilha (Apêndice A) foi elaborada em três encontros onde foram utilizadas amostras de outras cartilhas de bancos e organizações não governamentais que realizaram atividades com microcrédito para que o grupo observasse, despertasse a criatividade pensando na variedade de formatos que poderiam ser utilizados na cartilha construída por eles. A idéia dessa cartilha nasceu da necessidade de consolidar a formação do grupo, construir um “documento” onde esteja descrita a experiência vivenciada e para servir de exemplo para outros grupos que possam surgir entre as comunidades, assentamentos ou famílias que se interessarem pelo tema e sintam a necessidade de organizá-lo.

O grupo se reuniu para que cada participante trouxesse a sua contribuição do que gostaria que estivesse escrito na cartilha, como a história do grupo, seus direitos e deveres e com uma descrição dos acontecimentos que compuseram o trabalho. Além disso, as fotos produzidas foram selecionadas coletivamente. Após esse procedimento, ela foi diagramada, apresentada novamente para o grupo em São João d'Aliança para a sua aprovação e impressa em Brasília. Esta etapa também foi entendida como uma publicação conjunta dos resultados do trabalho coletivo.

Na Técnica de Grupos Focais, realizada no último encontro teve como a finalidade a avaliação do trabalho pelo grupo. Algumas questões norteadoras foram construídas levando em consideração as hipóteses do trabalho e debatemos durante duas horas as questões e os seus subitens (Apêndice B), sendo o “pesquisador externo” o mediador do processo e outro

¹⁰ O Programa Pesco – Pesquisas Ecosociais no Cerrado destinou a pesquisadora o valor de cinco mil reais para despesas com o estudo. Desse montante total, R\$2.500 foi destinada a compra de equipamentos e que no reinvestimento poderá ser realizado na compra de novos equipamentos e materiais, capacitação ou para outro fim que o grupo achar conveniente.

pesquisador de Brasília o observador e relator. A conversa foi gravada com dois gravadores, sendo realizada posteriormente a escuta e transcrição dos trechos mais relevantes para o trabalho e realização de um relatório geral, o qual contém a percepção do grupo em relação ao trabalho.

Algumas atividades foram cumpridas por intermédio do pesquisador-coletivo, perfazendo uma seqüência de encontros quinzenais, cuja participação de todos muitas vezes não foi possível por acasos pessoais e profissionais dos participantes. Os fatores limitantes mais vivenciados foram: a dificuldade de integração devido à distância entre os participantes e compromissos relacionados às atividades já desempenhadas por cada participante. Os encontros tiveram duração de, aproximadamente, seis horas.

A seguir apresentamos essas atividades com a sua descrição e vivência.

4.1 MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO GRUPO SOLIDÁRIO

Inicialmente visitamos algumas pessoas interessadas em realizar trabalho em grupo com a atividade de apicultura. Os dias de diálogos mostraram alguns fatores preocupantes como, por exemplo, as pessoas desejarem que o campo da apicultura fosse o mais perto da sua casa; ressaltando a dificuldade para a mobilidade por serem pessoas de comunidades e localidades diferentes. Também foi observada a falta de clareza para alguns em compreender que trata de um trabalho longo e não apenas de um curso/de uma palestra.

Nesse momento, tínhamos quatro locais potenciais para desenvolver o estudo: a Comunidade do Jatobazinho, o Assentamento P.A. Mingau, o Assentamento Santo Antônio das Brancas e a Chácara Rebendoleng.

A identificação do problema e a contratualização foi o momento inicial que se seguiu entre os meses de janeiro e fevereiro quando foi realizada a mobilização e formação do grupo solidário com o foco na geração de uma alternativa de renda para o grupo. Atentando para Barbier (2002)

o qual ressalta que toda pesquisa-ação é singular e define-se por uma situação precisa a um lugar, a pessoas, a um tempo, a práticas e valores sociais e à esperança de uma mudança possível. O contrato precisa as funções de cada um, o sistema de reciprocidades, as finalidades da ação, os encargos financeiros, a temporalidade, as fronteiras físicas e simbólicas, as zonas de transgressão e o código ético da pesquisa.

Inicialmente, a intenção era a união dos moradores da comunidade de Jatobazinho, integrando somente uma família. Isso foi pensado, com intuito minimizar a evasão do grupo e facilitar a frequência e permanência nos encontros. Entretanto, a comunidade não apresentou interesse em se envolver, permanecer na atividade e firmar um compromisso duradouro com o grupo. Após longa conversa com a única moradora interessada do Jatobazinho, Maria Nila Crisóstomo, fomos visitar pessoas que ela, como liderança local, identificava na região.

Logo, o grupo formado (Fig. 7) teve como representantes pessoas de vários locais da região e foi composto por assentados, produtores rurais tradicionais e agricultores, como do Assentamento Santo Antônio das Brancas: Lourivaldo Paes Landim e Simone de Souza Barbosa; Assentamento P.A. Mingau: Valdete Fernandes Rosado Ferreira e Donaldo de Sousa; Comunidade do Jatobazinho: Maria Nila Crisóstomo e Oscar Batista dos Santos; Antiga Comunidade do Lajeado (Lajeado): Luzia Ignês Dieter e da Carístia: Esther Regina de Souza Penna e José Ferreira Penna Filho, além da pesquisadora de Brasília, Ana Carolina Cançado Teixeira.



Figura 7 - Grupo de Apicultores

4.2 CAPACITAÇÃO: APRENDIZADO COLETIVO

Foi realizado um curso de capacitação, que teve duração de três dias, em fevereiro de 2008 em parceria com o SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e o Sindicato Rural de São João d`Aliança – GO.

A proposta do curso de apicultura era de se conhecer as vantagens da atividade, a sua estreita relação com a conservação da natureza, seus obstáculos e as diferentes situações que os apicultores podem vir a enfrentar de forma a possibilitar a diminuição do risco dos possíveis impactos negativos para o meio ambiente e para os seres humanos; aprender a ecologia e biologia das abelhas; conhecer sobre a polinização e os possíveis produtos adquiridos através da criação

de abelhas; o manejo adequado durante as revisões das caixas; as técnicas para captura de abelhas; um panorama geral sobre o planejamento inicial dos custos e materiais existentes; e trabalhar a questão de saúde, higiene e qualidade de vida durante a colheita e preparação do mel.

O curso foi realizado na Fazenda do Jatobazinho. A participação no curso foi um momento inicial de grande relevância, pois proporcionou momentos mais próximos de convivência entre as pessoas do grupo. O uso dos equipamentos também foi colocado em prática por todos os alunos, atrelando a teoria à prática.

A prática teve início com a observação e manuseio dos equipamentos (Fig. 8 e 9) e extraindo as dúvidas e questões que não foram exauridas na exposição teórica.



Figura 8 – Observação dos quadros



Figura 9 – Colagem da cera nos quadros

Caminhamos até o local onde estava a caixa de abelhas já existente na área do Jatobazinho (Fig. 10), colocamos dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) por todos os participantes (Fig. 11), a fim de evitar possíveis acidentes de trabalho. Preparamos o fumegador com a finalidade de acalmar as abelhas na hora de aproximação da caixa (Fig. 12 e 13). Após o manejo da caixa, com a retirada dos quadros e visualização foi extraído um favo para observação da realeira, larva, pupa e ovo (Fig. 14).



Figura 10 – Caminhada para chegar ao local da caixa



Figura 11 – Participantes com os EPIs



Figura 12 – Caixa com abelhas



Figura 13 - Uso do fumegador



Figura 14 – Favo extraído da caixa

Após o envolvimento de todos nas atividades de se aproximar dos materiais, equipamentos e das abelhas, os que ainda não tinham essa experiência tiveram a oportunidade de se familiarizar. E de resgatar, para os que já haviam experimentado a sensação de trabalhar com a apicultura. O grupo, nesse momento, refletia a possibilidade de fazer um novo curso, aprender sobre os outros produtos que a abelha pode dispor e como funcionaria essa dinâmica a partir desse curso. Foi possível observar a vontade de continuar e a curiosidade em aprender cada vez mais.

É interessante refletir que a capacitação é a engrenagem que permeia toda a estratégia de desenvolvimento local, envolvendo ampliação do conhecimento e das habilidades das pessoas, instauração da confiança, cooperação e organização social, aproveitando as potencialidades locais e de oportunidades do mercado, exercício da cidadania e do poder (PARENTE, 2002).

Com a finalização do curso, o grupo conversou sobre a possibilidade de continuarmos um trabalho com apicultura. Apenas uma pessoa decidiu que pensaria no seu ingresso e permanência, uma vez que já participava de muitas atividades durante o seu dia. Os demais aceitaram participar do projeto que formaria uma organização coletiva. Entretanto, demonstravam a vontade de realizar a atividade na sua na sua terra ou o mais próximo possível de suas casas. Nesse momento o pesquisador-coletivo era constituído por 12 pessoas.

4.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O MICROCRÉDITO

A exposição de um filme sobre a Economia Solidária veio com o objetivo de conhecer a economia solidária e perceber as suas diferentes áreas e maneiras de atuação. O filme – Outra Economia Acontece - realizado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e a Fundação do Banco do Brasil foi exibido e discutido coletivamente.

O filme procura destacar a importância do trabalho coletivo e como ele pode ser organizado de distintas maneiras e trabalhado produtos das mais diversas formas, desde pequenos grupos ou famílias, até pequenas empresas com um número maior de associados.

Após a apresentação e discussão a respeito do que seja Economia Solidária e Microcrédito foi possível perceber a reflexão do grupo em relação a questões de como fica mais fácil e tranquilo o trabalho quando ele é realizado em conjunto. Algumas falas foram relacionadas a ceder por um objetivo comum, com o intuito de dividir as responsabilidades, tarefas e aflições como lemos a seguir:

“cada um cede um pouquinho para chegar a um denominador comum”

Lourivaldo Paes Landim

“cada um tem que ceder um pouco porque todos tem um mesmo objetivo.
Todo mundo ta procurando um meio de vida”

Maria Nila Crisóstomo

“como vimos no filme, nos 3 primeiros anos é difícil passar aquela fase, de dominar a atividade, a técnica. Se dominar, fica mais fácil o resultado”

José Ferreira Penna Filho

O grupo apresentou falas um pouco diferente do pensamento que demonstraram durante o curso de capacitação, os quais focavam em realizar a atividade mais perto das suas casas.

Embora nesses momentos iniciais eles “esbarrassem” em falas como “por que não ter cada um as suas caixas na sua casa?”, mostrando certo receio e preocupação com as atividades em grupo, com o desenvolver do trabalho, o grupo optou por realizar as atividades em conjunto e isso não impediu que, alguns participantes, caminhassem desenvolvendo a construção ou compra

das caixas de abelhas e capturas, iniciando e desenvolvendo a criação de abelhas em suas propriedades.

Essa atitude não fez com que os membros se afastassem, mas sim, que o grupo funcionasse como ponto de apoio e de retorno nos momentos de dúvidas e troca de idéias que surgiam com os trabalhos. O inverso também ocorreu, fazendo com que experiências individuais também contribuíssem para o grupo.

Durante a atividade do filme discutimos como seria realizada junto ao nosso grupo a metodologia do microcrédito. Após decidirmos que faríamos uma experiência de destinarmos 60% do recurso financeiro em doação e 40% destinados a aprender lidando com a metodologia do microcrédito alguns integrantes ficaram assustados com a condição de devolução e foi esclarecido que o nome deles não iria para o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e que não entraria um envolvimento judicial, mas sim que o processo envolveria a possibilidade deles reinvestirem em suas produções, capacitações ou novas atividades se assim o grupo acordasse.

Percebemos novamente a relação entre ceder e agir para encontrar um denominador comum e assim alcançar caminhos para a devolução do montante adquirido foram palavras valorizadas desde o início pelo grupo constituído.

“cada um tem que dar tudo de si para conseguir, mas temo que trabalhar muito, temo que ir atrás dessas abelhas...tem o retorno desse montante”

Luzia Ignês Dieter

“se uma abelha for trabalhar sozinha pra fazer mel, será que ela consegue. Não, então elas junta todas”

Maria Nila Crisóstomo

O uso da ficha de formação do grupo (Apêndice C) funcionou como ferramenta para maior união e segurança na repartição das responsabilidades. O aval solidário apresenta assim, a vantagem de ser constituída uma ficha para o grupo e não formatos de fichas individuais, acarretando em maior confiança e divisão das responsabilidades, e desta forma, não sobrecarregar apenas algumas pessoas. Além disso, a inclusão do “pesquisador externo” também ocasionou em maior credibilidade e segurança.

Dentre as definições de microcrédito, a seguinte representou exatamente o significado da palavra e pudemos debater as questões relativas à denominação do microcrédito, esclarecendo que, receber um pequeno montante para o trabalho de Economia Solidária não significa estar condicionado a sempre receber e trabalhar com pequenos quantias.

“crédito pequeno...para começo de alguma atividade”

Lourivaldo Paes Landim

Nesse momento, o grupo foi reduzido para dez pessoas, pois um participante do curso de capacitação optou por não dar continuidade. No entanto, ele iniciou o desenvolvimento da apicultura em sua propriedade. O outro participante, que não chegou a concluir o curso de capacitação também não prosseguiu juntamente com o grupo.

4.4 PLANEJAMENTO INICIAL

As atividades sobre o debate acerca do planejamento aconteceram com a finalidade de escolher o local do pasto apícola; definir a quantidade de equipamentos a serem comprados e planejar coletivamente um cronograma com as datas de atividades futuras.

Com a não entrada no grupo do participante da Chácara Rebendoleng, restaram três locais, dos quais um seria escolhido pelo grupo para abrigar os equipamentos e materiais, local de

criação das abelhas e colheita do mel. Por consenso, decidimos que seria no Jatobazinho, pela distância que está localizado o Assentamento Rio das Brancas para a maioria e pela presença maior de vegetação no Jatobazinho, quando comparado aos dois assentamentos.

Inicialmente foi comunicado ao grupo a quantia de cinco mil reais vinda do Programa ALSO – Alternativas Econômicas à Soja no Cerrado. De maneira geral, o grupo está muito ansioso para a realização das primeiras capturas e optaram por iniciar o trabalho com alguns equipamentos emprestados e outros que pertencentes a algumas pessoas do grupo que já os possuíam. Assim, aguardariam a chegada do recurso financeiro disponível.

Mesmo com essa decisão, o grupo fez a listagem para compra dos equipamentos e materiais. Podemos observar os diferentes pontos de vista e expectativas das pessoas envolvidas. Alguns pensam em comprar muitas caixas a fim de obter um lucro maior e em um tempo mais curto. Outros apontam pela precaução como chave principal do trabalho onde começamos com poucas caixas, aprendendo as técnicas de maneira gradual e continua e depois, com o tempo, a aquisição de um maior número de caixas vai acontecer naturalmente. Uma participante ressalta que:

“a gente sabe que não é fácil, um nunca pensa como os outros (...) tem gente que não se adapta do trabalho em grupo”

Maria Nila Crisóstomo

Para alguns participantes o trabalho com a apicultura visa um maior rendimento financeiro com a finalidade de reduzir o trabalho na lavoura, na enxada o qual se torna cada vez mais cansativo e com baixo retorno na venda de alimentos. Esse fator foi explicado, não pelo ponto de vista de que a apicultura seria uma atividade superior e de menos trabalho, mas pela desvantagem que se situa o pequeno agricultor quando comparado aos fornecedores, que muitas vezes, não pertencem ao município.

Percebemos nas falas dos participantes o retrato da competição desigual dos supermercados, que não compram os produtos da região e sim os trazem de outros municípios, muitas vezes de outros Estados. Esses mercados maiores ocupam lugar das pequenas mercearias e vendas e o espaço de comercialização dos pequenos e médios produtores que, embora tenham produção suficiente para a venda, não encontram consumidores para os seus produtos. Acabam por vendê-los em feiras semanais a baixos preços e “fiado” para os conhecidos que nunca pagam.

Em relação aos materiais e equipamentos utilizados na apicultura, optamos pela compra e não pela confecção dos materiais na cidade, devido à convergência quanto à demora por parte das pessoas que produzem o material, além da ausência de muitos materiais para confecção na região e a dúvida pela qualidade dos materiais desenvolvidos, uma vez que, as caixas para captura devem apresentar tamanhos rigorosamente pré-estabelecidos e os equipamentos de proteção individual devem ser de alta segurança para proteção dos trabalhadores.

No entanto, todos têm a intenção de aprender a confeccionar e comprar de pessoas da cidade, caso existam os produtos, a fim de valorizar o trabalho local, comunidades e pessoas da região. Alguns participantes do grupo iniciaram a confecção de caixas, telas e macacões para aumentar a possibilidade de colheita e para início da atividade na sua propriedade.

Foi realizado com o grupo o reconhecimento e identificação do pasto apícola (Fig. 15), que se constituiu o local onde foram colocadas as cinco caixas com as abelhas já capturadas. As caixas foram colocadas, no mínimo, a uma distância de cinco metros umas das outras, e a aproximadamente a 500 metros da água.



Figura 15 - Pasto apícola

4.5 LIDANDO COM AS INCERTEZAS

Os dias se passaram e a vinda do recurso financeiro não chegava. Com essa ausência, o grupo acabou por se afastar um pouco e achamos por bem, realizar outras atividades de extrema importância que não dependiam do montante financeiro como, por exemplo, realizar a primeira captura das abelhas no cupim, reconhecerem algumas espécies vegetais atrativas para as abelhas no entorno do pasto apícola, discutir e avaliar a construção de uma casa de mel, por meio de doações e apoio da prefeitura e assim, fortalecer o trabalho do grupo.

O grupo procurou se unir e alguns doaram algumas caixas pessoais para assim dar seqüência nas atividades da apicultura. Alguns membros contribuíram com o deslocamento das caixas utilizando o seu veículo, contribuindo com o combustível ou com almoços comunitários. Também foi obtida ajuda do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João d'Aliança com o transporte para as capturas e deslocamento dos participantes. A maior problemática no momento são algumas ausências nos encontros que são decididas ações e atividades importantes.

Foi chegado o dia de realizar a primeira captura. Seguimos para o Jatobazinho, mas, devido ao número reduzido de equipamentos e materiais, foram apenas alguns do grupo. Após aproximadamente duas horas, a captura foi realizada com sucesso. Todos estavam animados e a alegria estava nos olhos, a sensação de dever cumprido e melhor ainda: a vontade de ir para próxima captura, ou seja, de trabalhar.

Essa vivência da primeira captura ter sido realizada com sucesso mostrou muito companheirismo entre os participantes, com o forte sol de 14h da tarde na cabeça de todos, com pouca condição de trabalho e almoço atrasado.

Algumas das abelhas capturadas fugiram devido a uma forte chuva durante a semana, a caixa havia virado e as abelhas saíram. Outras não se adaptaram ao novo ambiente e também abandonaram caixas-isca de captura. Entender os imprevistos da natureza também fez parte do trabalho. Aliás, etapas e objetivos importantes dentro do que foi pensado e construído, fizeram com que o grupo perceba-se que muitas vezes não depende somente do humano para os bons resultados. Por isso, além de observar os companheiros do grupo e as suas próprias atitudes, o apicultor tem que ser um bom observador da natureza.

As saídas a campo durante os encontros foi uma troca enriquecedora de conhecimentos - tradicional e acadêmico. Um dos vários exemplos disso foram as idas a campo com a finalidade de identificar as espécies vegetais atrativas para as abelhas, como o assa-peixe e amor-agarradinho (Fig. 16 e 17), boldo e murici (Fig. 18 e 19). Infelizmente, nesse momento o grupo teve um esvaziamento que pode ser explicado pela ausência do recurso financeiro.



Figura 16 Assa-peixe



Figura 17 Amor-agarradinho



Figura 18 - Boldo



Figura 19 - Murici

Discutimos a respeito da importância dos polinizadores na natureza e fizemos um resgate do curso de capacitação no que se refere à ecologia das abelhas, participando desse processo ecológico, chamado polinização.

Foram discutidas e avaliadas as possibilidades e alternativas para a construção de uma Casa do Mel. Essa casa consiste em um local adequado, de acordo com as normas da vigilância sanitária para o armazenamento, uso dos equipamentos e colheita do mel. Como o recurso para a finalidade do microcrédito já estava comprometido, achamos por bem buscar esse apoio da prefeitura local, o que estimula para o grupo a busca pelos seus direitos de cidadãos junto aos representantes do governo local.

O grupo dividiu tarefas para buscar parcerias e as regras sanitárias para a sua execução. Esse apoio foi procurado, mas não encontrado e deixamos que a casa do mel se consolidasse em outro momento após o início das atividades com apicultura considerando a possibilidade de novos apoios durante a caminhada.

A ausência de auxílio pelo governo local pode ser explicada pelo ano de 2008 ter sido um ano eleitoral. Nesse momento, as parcerias se restringem para aqueles que participam das campanhas e propagandas políticas. Entretanto, essas atividades apresentaram aspectos positivos no que tange a divisão de tarefas, busca de apoio de instituições locais para fortalecer o trabalho, autonomia e auto-estima na busca por alternativas.

4.6 SUPERAÇÃO E REORGANIZAÇÃO

Devido ao tempo de execução da dissertação e o tempo para a chegada do recurso, optamos pela alternativa que foi a de utilizar o recurso para o microcrédito por meio do Programa PESCO e da bolsa CAPES. Com essa decisão, o valor do recurso passou de cinco mil reais para R\$3.500, sendo que R\$2.500 vindos do Programa PESCO e mil reais da bolsa CAPES da pesquisadora. Essa atitude caracterizou-se como ferramenta para fortalecer o grupo neste momento difícil da

caminhada e como forma de continuidade do processo já iniciada a mobilização e formação do grupo.

Com essa nova possibilidade de chegada do recurso, a quantia para compra dos equipamentos e materiais diminuiria de cinco mil para R\$3.500 reais. O grupo fez novamente a previsão dos gastos e prioridades, com o replanejamento. Essa novidade teve impacto quando anunciada a redução, mas que foi prontamente encoberta pela proximidade em exercer a prática apícola tanto esperada.

No momento de novamente decidirmos a compra em número de equipamentos e materiais, tivemos alguns momentos tensos, pelos mesmos motivos que inflamaram o primeiro debate, referente ao número de caixas e suas expectativas. Foi ressaltado o lado ruim: redução no valor, mas também o lado bom: possibilidade de início imediato e também uma maior independência do grupo, já que os recursos eram destinados para o auxílio ao trabalho de campo da pesquisadora e não como fonte de financiamento.

Um novo rumo foi decidido, conversamos sobre uma nova pactuação, renovação do orçamento, com a redução do recurso financeiro, o incentivo no fortalecimento da comunicação e união do grupo, lembrando questões inicialmente acordadas como: participação, comunicação e união entre os membros do pesquisador-coletivo. A pesquisa-ação traz como base a construção em espiral, sendo essa etapa caracterizada como um momento de “parada” e reflexão para seguir adiante.

Retomamos a discussão sobre a realização de uma cartilha, uma vez que, parecia ser o momento adequado já que o grupo tinha passado por um momento de afastamento. O projeto de criar algo junto que contenha nossos direitos e deveres, que contasse a experiência em desenvolvimento e o acordo de parceria foi debatido. No entanto, alguns do grupo pensam não ser ainda o momento para o desenvolvimento da cartilha, antes de iniciarmos a prática com os equipamentos.

Em relação à ausência do recurso financeiro inicial e retomada a partir do segundo planejamento algumas falas foram relevantes no trabalho:

“A gente teve imprevisto, daquele primeiro planejamento de começar as capturas no mês de abril, com certeza a gente tinha tido uma colheita do mel agora. Mas como o Plano A não deu certo, não funcionou e a gente partiu para o Plano B aí até que a gente conseguiu lembrando que a florada aqui é no mês de maio então passou do tempo...”

Maria Nila Crisóstomo

“Foi um grupo forte que mesmo com ausência de material não teve desistente, acreditou. A gente que trabalha com grupo sabe o quanto é difícil manter o grupo, e, esse grupo, graças a Deus, com as dificuldades de um lado e de outro, mas mesmo de longe nenhum momento a gente pensou em desistir, né? Eu acredito que uma das coisas que tenha contribuído foi a persistência da Carol, a comunicação também, Às vezes a pessoa não tava, ela mandava mensagem lembrando aquele compromisso. Então, isso acaba alertando, recordando o encontro da gente. E que, de certa forma, isso faz com que a gente se sinta parte desse processo. Olha, ela mandou uma mensagem, ela tá lembrando que eu faço parte”.

Simone de Sousa Barbosa

Nos depoimentos apresentados foi possível perceber que o grupo enfrentou junto algumas fases difíceis, de ausência e incertezas, mas que foram superadas ao lembrarmos que trabalhamos coletivamente, que ter um grupo, fazer parte dele fortalecia e incentivava os participantes a seguirem em frente.

Com a chegada dos equipamentos e materiais (Fig. 20), foram realizadas as capturas que ainda faltavam e as caixas foram instaladas no pasto apícola. As revisões das caixas (manejo –

Fig. 21, 22, 23 e 24) começaram a ser realizados a cada 15 dias a fim de observar a adaptação das abelhas nas caixas (observando a posição da caixa, a sua proteção da chuva ou excesso de sol, a sua distância da água e a distância entre as caixas); a construção do favo (operculados ou não) (Fig. 25) e a presença de predadores. Em uma das caixas foram encontradas muitas formigas (Fig. 26).



Figura 20 – Centrífuga com a colocação dos quadros para teste



Figura 21 – Observação do Favo



Figura 23 – Abertura da caixa

Figura 22 – Manejo dos quadros



Figura 24 – Cobertura para proteção



Figura 25 – Parte de cima favo operculado e não operculado abaixo



Figura 26 - Invasão de formigas em uma das caixas

Após a descoberta das formigas no interior da caixa, ela e os seus quadros foram limpos (Fig. 27). Posteriormente, foi analisado pelo grupo qual seria a melhor iniciativa após essa invasão e quais foram os fatores que facilitaram esse acontecimento. Para sua proteção, tinha sido utilizado óleo a fim de que as formigas ou outros predadores não atacassem, mas como houve essa invasão trocamos o óleo pela graxa.



Fig. 27 - Limpeza dos quadros

O grupo avaliou que seria interessante passar novamente em todas as caixas a proteção com graxa. Essa vivência mostra sempre a importância de observar a natureza e as diferentes técnicas existentes. E na experimentação a maneira de aprender e optar pela melhor alternativa para cada

situação. Evidenciou-se também a importância da avaliação e do monitoramento das ações, atentando para o cuidado e dedicação com as atividades com as quais nos envolvemos.

4.7 CONSTRUÇÃO DA CARTILHA

Chegou o mês de setembro. O grupo já estava bem avançado na realização das capturas e manejo, embora os participantes tenham apresentado alternância em relação à presença nos encontros e dias de campo. A discussão sobre os motivos da ausência de uns e alternância de outros, permitiu observar que no grupo muitos que trabalham encontram dificuldades em faltar. Para outros, “perder” um dia na roça é complicado para o funcionamento e o desenrolar da plantação e para alguns o medo das abelhas e ainda a falta de intimidade no trabalho tem se mostrado um empecilho para os encontros. Outros apontaram a distância como fator complicador.

A partir dessas observações, pensamos e todos acordaram em construir a cartilha antes debatida pelo grupo. Isso seria relevante, uma vez que deixaria claro, os direitos e deveres dos participantes, ressaltando a história do grupo e a importância de cada um dentro do processo de construção do trabalho. A cartilha foi composta pela apresentação do trabalho, seguida pela apresentação dos participantes, a metodologia realizada, os direitos e deveres, a exposição do pasto apícola e a construção da Casa do Mel.

Para a escrita do texto, todos indicavam o que acharam mais relevante e que não poderia faltar, a pesquisadora “de fora” escrevia. No momento dos direitos e deveres, usamos a dinâmica em que cada um falava um verbo e, em seguida, cada um do grupo falava uma palavra que lembrava que se relacionava ao verbo e que gostaria de escrever. Como exemplo, temos o verbo: proteger – palavra: o meio ambiente. Essa dinâmica foi sugerida pela participante Simone e trouxe reflexões da realidade ao nosso redor. O que valorizamos e o que buscamos na convivência e organização coletiva.

Na parte da cartilha onde descrevemos “quem somos nós” o debate apresentou algumas discordâncias em se destacaria a divisão por categorias (assentados, produtores rurais tradicionais e agricultores) ou se seria mais proveitosos destacar os assentamentos, falando da história de todos. Decidiu-se colocar as categorias e logo abaixo, destacar o nome dos participantes e o seu assentamento ou local de produção, já que isso pode no futuro servir de alavanca na participação de outros projetos ou editais além de destacaria o local/comunidade a que pertencem.

Escrevemos sobre a metodologia utilizada, de quanto em quanto tempo o grupo se encontrou e como funcionaria o microcrédito. Um dos membros do grupo lembrou um ponto importante, mostrando haver algumas palavras que não conhecia, apontando a dificuldade para compreender a leitura. Lembramos que isso é muito importante: que todos leiam e entendam, afinal, essa cartilha está sendo feita pelo e para o grupo.



Figura 28 – Grupo reunido para a construção da cartilha

4.8 AVALIAÇÃO DO PROCESSO

No dia 11 de setembro de 2008 foi realizado com o grupo uma avaliação do trabalho, por meio da técnica de grupo focal (Anexo 3) com o intuito de levantar as percepções acerca da

conservação ambiental e da organização coletiva e fazer uma avaliação do trabalho realizado além de uma reflexão sobre a participação individual e a experiência adquirida.

Na primeira fase, o debate foi desenvolvido com a finalidade de retratar em que o trabalho ajudou na organização do grupo. Algumas falas e depoimentos mais relevantes foram repassados a seguir.

“Pra mim, tá sendo um exemplo de vida porque nós já tentamos com vários trabalhos em grupo e sempre o pessoal parece que não tem, acabam não querendo. Aliás, eu não sei, acaba seguindo um caminho, que às vezes a gente começa uma coisa, um trabalho que o corpo não tá acostumado muito com aquilo, não é aquilo que a pessoa queria. E o nosso grupo...já tinha aquele trabalho de apicultura como um objetivo ponto de vista para o desenvolvimento dele...Por enquanto, eu estou me sentindo assim, que o grupo já tá diferente, nem sempre está todo mundo nas reuniões, mas a gente quando encontra os outros a gente vê o interesse do grupo. Apesar das dificuldades, porque não tem nada que você faz que não tenha problemas, geralmente tem”.

Maria Nila Crisóstomo

“o grupo teve sorte... e a Carol também teve sorte em ter encontrado o nosso grupo... e que realmente foi um grupo que embora a dificuldade do material o grupo foi persistente...o grupo acreditou ... como é difícil manter o grupo... a gente tem que estar convencido em manter o grupo...e em nenhum momento acho que ninguém pensou em desistir... realmente foi um grupo que embora teve problemas com o material, mas se manteve, mas em nenhum momento pensamos em desistir,... eu acredito que uma das coisas que tenha contribuído foi a persistência da Carol, a comunicação... a mensagem enviada que lembrava aquele compromisso e isso acabava alertando, acordando as pessoas... E isso de certa forma faz com que a gente se sinta importante nesse processo... Chamando atenção,

olha eu sou importante nesse grupo, eu faço falta...eu faço parte desse grupo...isso foi muito importante...e com relação as dificuldades que a gente teve, com tudo eu acho que o nosso grupo, eu considero que a gente não teve nada que eu considere negativo, até o momento...eu acho que foi tudo produtivo... Acredito que o grupo tá fortalecido, pelo menos eu vejo assim... e acredito que se vier alguma dificuldade, como a falta de algum material, acredito que a gente vai conseguir superar e dar a volta por cima”

Simone de Souza Barbosa

“eu desde o início eu sempre vi o grupo todo unido, né? vocês não acharam também? o nosso grupo sempre unido e sempre recebendo o apoio da Carol, sempre procurando e sem desanimar, algo importante que ela tem feito...e na prática mesmo essa questão de capturar abelhas...pra mim foi maravilhoso, porque era uma coisa que eu queria muito aprender e tinha até medo, eu tinha medo.... aprendi muito com o grupo aprendi muito com vocês, foi muito importante”

Luzia Ignês Dieter

“tenho que agradecer primeiramente a Deus...acordar e ver o sol brilhar na terra, por essa oportunidade, pois o conhecimento é poder e eu gosto muito de aprender mesmo que eu não vá fazer, e nesse caso da apicultura eu tinha muita vontade...há muito tempo... eu sempre procurando uma oportunidade..mas como tudo tem sua hora certa...foi deus que preparou pra nós e pra você...e ai uniu esse grupo embora tenha as dificuldades... como a D.Luzia falou eu tinha medo e como a gente não é pior que os outros tendo uma técnica e uma maneira...aí nos fizemos duas capturas, lá e foi boa...fora que duas foram embora mas hoje estão lá...né graças a deus....eu achei bom... o grupo unido que nem Simone falou... e isso é bom! E foi bom o grupo não dispersou, continuou...e isso é bom!...e esse grupo tá aqui.... E nos temos algumas dificuldades, a distância pra

alguns... mas deus prepara e com boa vontade e chega.... e eu achei que valeu a pena ,...estamos ai lutando... deus abençoa,.. todo grupo as vezes tem uma contrariedade mas na compreensão tudo chega lá!”

Esther Regina de Souza Penna

“Eu pensei na Apicultura, pois eu acho que a Apicultura tem uma demanda aqui dentro de São João. Então, por um lado seria uma cruz trabalhar pois tudo é mais caro e tudo é difícil, mas por outro lado já seria uma vitória, é semelhante a Jesus. Enquanto Ele não passou pela cruz, Ele não ressuscitou”

Maria Nila Crisóstomo

“Nós estamos começando um grupo porque nós conseguimos ajuda de alguém. Alguém que doou para nós, além do tempo, além do trabalho que a gente tem dado e o recurso pra gente dar os primeiros passos. Eu acho que daqui uns tempos a gente poderia até pensar em fazer o mesmo com outros grupos”

Maria Nila Crisóstomo

A partir desses depoimentos percebemos a importância da organização coletiva para o grupo e a intenção de multiplicação do trabalho. Os presentes ressaltaram que as dificuldades existem e vão surgir, mas que podem ser superadas e que passar e trocar experiências, vivências e idéias para outras comunidades, grupos e associações que estiverem abertas a esse contato são contribuições que podemos fazer até como retribuição por terem sido fortalecidos com ajuda externa.

Na fala de uma das participantes evidencia-se a valorização da auto-estima, a percepção de fazer parte do grupo e ser reconhecido nele.

Alguns participantes começaram a desenvolver a atividade na sua comunidade, na sua propriedade, sua terra. Esse fato mostra a existência de um espaço de trocas de experiências entre o individual e o coletivo; mostra a independência que cada um está adquirindo, a autoconfiança e a experiência acumulada. Essa observação é confirmada pelo depoimento de um dos participantes:

“é bom porque tem dois espaços lá é o espaço do grupo, a experiência do grupo...é que serve pros dois lados...isso é bom também...com esse grupo nos faz pensar com fazer pros nossos grupos...então vai e volta...o principal...em todos sentido foi positivo, e o maior resultado foi a experiência pro grupo ,a experiência que o grupo está adquirindo... essa experiência que foi talvez um dos resultado... e mais experiências e os retornos também ...”

José Ferreira Penna Filho

E nos faz lembrar que o desenvolvimento comunitário, como aquele que também é desenvolvido individualmente ou no núcleo familiar, mas que tem vínculo permanente com a coletividade, no caso, o grupo. Uma vez que os participantes criam as abelhas e colhem o mel utilizando os aparelhos e equipamentos do grupo. Além disso, retornam para trocar experiências, boas ou ruins para assim, crescerem juntos.

A segunda problematização referiu-se à questão do recurso financeiro. Colocando em discussão para o grupo qual seria a importância da devolução de parte do dinheiro investido. Eles relataram:

“Eu tive uma experiência de um trabalho em grupo que inclusive eu considero que não deu certo exatamente por isso, porque na hora de fazer um fundo para manutenção do grupo, as pessoas queriam guardar nas suas casas. No primeiro ano que colheu com abundância se tivesse tirado

essa parte da reserva para manutenção do grupo nós tínhamos continuado. Então, isso é um exemplo que a gente já tem e a gente tem certeza que se a gente não fizer isso o grupo não continua”.

Maria Nila Crisóstomo

“Importante ter um fundo para manutenção do grupo. A gente tem que continuar, né?”.

Lourivaldo Paes Landim

No decorrer do trabalho e os depoimentos apresentados, foi possível perceber o sentimento de esperança da continuidade do grupo e da atividade, caso haja uma preocupação em reservar uma parte do recurso financeiro para atividades futuras e algumas emergências que o trabalho possa vir a atravessar.

Nesse momento foi realizada uma pausa para lanche (Fig. 29), uma vez que esses momentos são importantes para a descontração e motivação para a continuidade da conversa coletiva.



Figura 29 – Pausa para lanche

O terceiro tema norteador foi sobre a relação do trabalho com a conservação do Cerrado. Tendo o grupo que apontar e relatar qual relação entre o trabalho e as abelhas (o trabalho desenvolvido) e a conservação do Cerrado.

“conservação e apicultura... criar abelhas sem conservação ambiental não dá...são dois trabalhos que um tem haver com o outro, ... imagina você vai colocar uma caixa, você tem duas caixas..desse mesmo....quando é amanhã você destrói o cerradão..mas destrói tudo... não dá... as abelhas precisam como nós de um lugar pra tá fabricando... pra produção do mel pra elas e pra nós.... .exemplo de Alto Paraíso: lá o pessoal desmatava passou muito tempo plantando eucalipto e continuava com o mel...aí continuava dando mel, e plantaram..soja milho, feijão, esse tipo de coisa.... e aí por esses tempos...tem umas que tem umas caixas que tem abelha e não tem mel... tem um tanto de abelhas lá mais não tem mel... e tudo indica que.... isso rompe com o ciclo de produção das abelhas ... mais mel, mais néctar, mais pólen aí a gente tem que trabalhar essa parte.... ”

Maria Nila Crisóstomo

“acho que pra mim...eu passei a observar mais essa questão...eu passei a ter um pouco de amor pelo cerrado...de o pessoal dizer que tem que desmatar o cerrado... pra fazer.. já não tira mais... vamo tira do que tem”

Lourivaldo Paes Landim

“tinha pensamento de ter um pedacinho de terra...então no decorrer.. a gente vai perdendo muita coisa.... e a natureza também a cada dia que

passa... esses dias mesmo eu fui pra Brasília...fiquei lá... cada dia que passa se você tiverpela natureza... os passarinhos....as arvores... e o eucalipto..... e agradeço porqueentão no fundo ... e muita coisa que eu fazia...mexe com as abelhas...mas não tinha medo não....com o meio ambiente também porque nós também dependemos do meio ambiente também e das abelhas porque se não fossem as abelhas não teria mel...eu achei foi bom....eu não vou esquentar minha cabeça....então pra mim tudo tá bom só uma coisa que não tá bom é mel que falta tirar....”

Donaldo de Sousa

“...muita gente sabe que eu já trabalhei...e eu prefiro o melhoramento do pasto apícola que complementa meu objetivo que é de quanto mais puder reflorestar...é um trabalho que combina com as abelhas porque elas precisam de pasto e o pasto apícola das abelhas não é capim. O pasto das abelhas é a mata”

Maria Nila Crisóstomo

Os depoimentos e as observações acerca da conservação da natureza e as abelhas (apicultura) mostraram que alguns participantes têm uma proximidade maior com a terra, com a natureza e que já possuíam esse sentimento antes do trabalho. Entretanto, alguns demonstraram aprendizado e preocupação com assuntos não antes conversados e pensados no seu dia-a-dia. Percebemos no último depoimento certa aflição pela ainda não colheita do mel, por eles tão almejada.

O quarto tema foi a respeito da participação individual no trabalho e no grupo, enfatizando o que despertou menos e mais afinidade durante o trabalho.

“não tivemos a oportunidade de colher o mel ainda, de mexer com aquelas maquinas e de cuidar dessa parte ai do dinheiro... tem que ver quem vai

ficar com isso... mas a parte que eu mais gosto mesmo é de mexer com as abelhas, ir lá no mato....”

Luzia Ignês Dieter

“a parte que eu menos gosto é de mexer com o dinheiro e o que eu mais gosto é de ficar com as abelhas....”

Maria Nila Crisóstomo

“gostei de tudo, desde o manejo, reunião, captura, planejamento vai ser importante pra nós”

Esther Regina de Souza Penna

Para os participantes, José e Lourivaldo, a atividade que mais se identificaram foi a parte prática, as quais possuem maior desenvoltura e atitude nesse momento. Com relação à atuação na organização do próprio grupo se mantêm mais afastados. A construção de um pensamento por meio das discussões em torno da individualidade de cada um foi um processo de crescimento do grupo, construindo relações de parcerias e divisões de tarefas por habilidade e afinidade e não por obrigação.

Desse modo, tem-se no grupo a importância da visão do trabalho como um todo, compreendendo as etapas que fazem parte do seu desenvolvimento. Mas sem mecanicidade das atividades, sem o participante saber o porquê das suas atividades e tarefas.

O fato de todos os participantes do grupo (Fig. 29) estarem presentes na reunião demonstra que após esses meses de trabalho, considerando também que não houve desistências desde o primeiro planejamento, criou-se um vínculo com o projeto a ponto de os manterem unidos. A participação, por meio da vivência em grupo, permitiu construir experiências educativas que englobaram as dimensões ambientais, sociais e econômicas.

Vale lembrar que em algumas falas dos participantes ainda se percebe uma dependência do “pesquisador externo”, como forma de ajuda e estímulo. Esse fato foi destacado por Singer (2002) quando mencionado que as atividades de Economia Solidária muitas vezes são iniciadas com apoio de ONGs, incubadoras, entre outras formas de organizações, as quais funcionam como pontos de partida e, em alguns casos, como parceiros contínuos.



Figura 30 - Grupo reunido para avaliação do trabalho

4.9 CASA DO MEL

Existe em São João d`Aliança – GO o projeto denominado Projeto *Mulheres das Águas: Promovendo a Integração e Participação pelo Ecoturismo no Cerrado*, já comentado anteriormente na introdução deste trabalho.

Tomando conhecimento da proposta de um curso de capacitação em Ecotécnicas com a construção de uma casa por meio de superadobe (Fig. 31 e 32), apoiado e realizado pelo projeto

citado, o grupo optou por participar do curso, tendo como resultado final, o conhecimento da técnica e a casa de mel do grupo de apicultores de São João d`Aliança – GO.

A construção coletiva em forma de mutirão (Fig. 33) em busca de espaço de vivência e convivência vem para fortalecer ainda mais o grupo e tornar o ambiente de trabalho mais confortável, higiênico e seguro. A casa vai ser azulejada, conforme as normas da Vigilância Sanitária e possui dois banheiros externos, as janelas vão ser teladas e com grades para arejar o ambiente de trabalho.

Além da casa, foi construída a fossa ecológica. Alguns participantes vêem a possibilidade de, tanto a Casa do Mel e a fossa ecológica, quanto o pasto apícola serem utilizados como espaços pedagógicos para visitação de escolas e demais interessados da comunidade como forma de divulgação do trabalho e aprendizagem.



Figura 31 - Casa do Mel em constru o



Figura 32 – Técnica de Superadobe



Figura 33 - Mutirão para a construção

O nosso “último encontro” na participação da construção da Casa do Mel, foi um momento que trouxe expectativas, para alguns do grupo, relativas ao meu retorno e continuidade no trabalho. A pesquisa, como enfoca Barbier (2002) traz consigo o tempo marcado, que hoje é nosso comandante maior na “era da globalização”, mas o fim só é decidido pelo grupo, se é que podemos mensurar quando algo está de fato acabado, finalizado. Alguns continuarão, outros partirão para novas experiências. A certeza é de que todos do grupo cresceram e aprenderam com essa história que está só por começar.

CONCLUSÃO

A experiência do trabalho desenvolvido entre abelhas e gente mostrou que existe a preocupação das pessoas envolvidas no que se refere à conservação do Cerrado da sua região, uma vez que a participação da natureza é condição indispensável para a evolução e permanência da atividade escolhida por todos. Percebeu-se também a necessidade e importância da organização coletiva como ponto fundamental do trabalho já que o grupo trouxe motivação e espaços de trocas para a transformação da realidade.

A comunidade de São João d'Aliança envolvida no trabalho percebeu a atividade como uma oportunidade com obstáculos a serem enfrentados, mas com desenvolvimento da autonomia para tratá-los e resolvê-los. É necessário compreender que, embora não seja agradável pensar que os lucros serão divididos, é confortável pensar que os prejuízos e dificuldades o serão, e que o grupo irá estudar e decidir as suas causas e o planejamento posterior para superá-las.

Algumas “pedras” encontradas pelo caminho, como a demora para a chegada do recurso financeiro, insegurança de alguns participantes no manuseio com as abelhas e a distância de suas casas até o pasto apícola trouxeram encontros com número reduzido de participantes. No entanto, as falas e ações eram sempre de motivação e perseverança:

- Apoio por meio de doação de algumas caixas de madeiras pessoais para o grupo, mostrando grande capacidade de todos em buscar alternativas, na ausência ou com número de equipamentos reduzidos;

- Busca pelo revezamento das pessoas nos encontros e comunicação por outros meios, que não os presenciais;

- Pensamento em alternativas de ações que independam do recurso esperado, como a construção da casa do mel, com envolvimento da prefeitura e mão-de-obra do grupo e a busca por informações da vigilância sanitária pelas normas de higiene da Casa do Mel.

Os aspectos que mais se destacaram no processo foram a:

- a) participação organizada da comunidade local;
- b) capacitação para o planejamento e gestão compartilhada das atividades;
- c) oferta adequada de crédito para o grupo por meio de instrumentos do microcrédito.

O grupo tem vários desafios pela frente, como a busca por novos materiais para desenvolver as atividades que ainda estarão por vir, como a alimentação das abelhas durante o período de entressafra, aquisição de materiais e equipamentos que não foram comprados, a busca por novas capacitações, a organização e manutenção dos encontros, manejos e posterior colheita quando na ausência de instituições e pesquisadores externos.

Retomando as hipóteses anunciadas no início do trabalho temos que a conservação do Cerrado pode ser estimulada por meio de práticas da Economia Solidária com a produção coletiva do mel, uma vez que o trabalho foi inserido em uma área de cerrado que sofre alta pressão da agricultura de plantio de soja. Hoje, com as caixas em meio à pequena área no Jatobazinho com médio grau de conservação pode contribuir para a polinização de pelo menos dez espécies identificadas. Além disso, é uma contribuição e estímulo para a permanência dos pequenos agricultores nas terras.

A Economia Solidária empregada na produção de mel foi um instrumento de organização coletiva, mantendo o grupo unido durante trabalho, resolvendo coletivamente os conflitos e dúvidas que surgiram no caminhar, esperando que através do reinvestimento de parte do lucro possa trazer o crescimento individual e coletivo, seja por meio da compra de novos equipamentos, ou por novos cursos de capacitação a fim de que o grupo possa se aprimorar na técnica ou aprender novas atividades. Esses fatores favoreceram autonomia e auto-estima dos membros envolvidos.

A hipótese de que a produção artesanal a partir das condições ambientais existentes contribuiu para a auto-gestão e alternativa de renda do grupo não pode ser comprovada devido ao tempo da dissertação não ter sido suficiente para o acompanhamento das etapas de colheita e comercialização do mel. Os contratempos em relação à chegada dos recursos financeiros, ao

tempo de localização das abelhas para captura, ao tempo efetivo de captura e ainda, ao nosso tempo, tempo biológico dos envolvidos que sempre foi compreendido no exercício de aprendizagem de cada um. No entanto, não podemos afirmar que a hipótese foi negada.

As condições ambientais também foram fatores importantes na dinâmica do grupo, uma vez que elas movem os animais, sendo eles racionais ou não. A chuva tirou em alguns momentos as abelhas das caixas de captura e também afastou alguns participantes dos encontros. O cheiro forte e excesso de barulho deixam as abelhas irritadas. Aprendemos então a falar mais baixo e assim ficarmos mais atentos, sol em excesso elas não gostam, trabalhe mais cedo e seremos então, pontuais.

Os procedimentos metodológicos foram fundamentais para que o grupo se reconhecesse como parte do processo, mantendo a coerência com a proposta de ser um trabalho de organização coletiva e partilha entre os envolvidos. A pesquisa-ação permitiu experimentar novas técnicas, construir espaços de debates e possibilitar a renovação das ações e reflexões com a liberdade de “voltar a trás”, de repensar e transformar novamente, sempre buscando o melhor para o grupo.

Embora a pesquisa não tenha direcionado a investigação para o âmbito das espécies de abelhas exóticas e sua influência sobre as espécies nativas, é interessante atentar para essa discussão em trabalhos futuros, assim como verificar quais são as espécies que estão presentes na região.

Uma das questões que se colocou para reflexão é como a Economia Solidária pode transformar esse modo de produção em que vivemos. A importância de cada indivíduo no processo de construção de uma nova forma de olhar onde vivemos, alcançamos mais possibilidades do que aquelas que conseguimos enxergar no nosso dia-a-dia, quando não paramos para reconhecer o nosso verdadeiro potencial. Atrelada a essa percepção é preciso estar atento para que ela não se transforme apenas em eventos pontuais, e isolados. Associando as dimensões ideológicas, mas também política.

O papel da Educação para Gestão Ambiental, criando espaços políticos de discussão e percepção da realidade de forma crítica e em busca de mudanças foi um processo iniciado no trabalho, mas que busca na integração com o poder público e outras instituições algo ainda incipiente. Parece ainda útil ao grupo pensar e desenvolver estratégias de inclusão de novas parcerias para que se fortaleçam nesse momento de consolidação e crescimento.

A educação ambiental crítica foi uma ferramenta relevante no processo de pesquisa estabelecendo um diálogo entre os atores envolvidos, promovendo espaços de mobilização e de transformação da realidade, o que foi possível graças à base metodológica participativa.

Existe o desejo no grupo de replicar a experiência com a organização coletiva e microcrédito no município com a finalidade de gerar nas pessoas envolvidas, sentimentos de pertencimento ao seu trabalho e responsabilidades, aumentar a confiança em si e desenvolvimento do trabalho em grupo. Além de tentar estimular o reinvestimento no trabalho do grupo, para que o sonho não acabe quando acabar o primeiro investimento.

REFERÊNCIAS

AGDR. **Agência Goiana de Desenvolvimento Regional. Planejamento Estratégico do Município de São João d'Aliança.** Goiânia. Disponível em: http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arq_919_RelatorioAFinalAdoAPlanejamentoAEstrategicoAdeASaoAJoao.pdf. Acesso em: 25 jan. de 2008. 2006.

AMARAL, Erico. **Insetos úteis.** Erico Amaral e Sergio Batista (orgs.). Piracicaba, Livroceres, 1979.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado Democrático.** Emir Sader, Pablo Gentili (orgs.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário /** João Cláudio Tupinambá Arroyo, Flávio Camargo Schuch. Coleção Brasil Urgente. 1ª ed. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

ARRUDA, Moacir Bueno. **Ecosistemas Brasileiros.** Edições Ibama, 2001.

ATLAS da Economia Solidária no Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego Secretaria Nacional de Economia Solidária. **SENAES**, 2006.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação.** Editora: Liber Livro, 2002.

BARONE, F.M. et al. **Introdução ao Microcrédito.** Brasília, DF: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BARRETO, André Valente de. Cultura da Cooperação: subsídios para uma Economia Solidária. In: **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária** / André Ricardo de Souza, Gabriela Cavalcanti Cunha, Regina Yoneko Dakuzaku (orgs). São Paulo. Contexto, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas** / Zygmunt Bauman; tradução, Marcus Penchel – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BEGNINI, Elias. **Ecoturismo e a questão do Desenvolvimento Sustentável em São João d'Aliança - nordeste goiano**. Monografia de Pós-graduação. Brasília: Centro de Exclência em Turismo - UnB, 2003.

. **Introdução a historia econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: Codeplan, 1988.

BIZERRIL, Marcelo. **Vivendo no Cerrado – aprendendo com ele** / Marcelo Bizerril – São Paulo: Saraiva, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A rendição dos intelectuais. **Continente Multicultural**, ano II, n.14, 2002.

BRAGA, Maria Lúcia de Santana, DUARTE, Laura Maria Goulart e BEZERRA, Cleide Tristes cerrados: **Sociedade e biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

BRASIL. **Cerrado: Ecologia, Biodiversidade e Conservação**. Aldicir Scariot, José Carlos Sousa-Silva e Jeanine M. Felfili (orgs.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

BURSZTYN, Marcel. Armadilhas do progresso: contradições entre economia e ecologia. **Revista Sociedade e Estado**, volume X, Vol. 1. Jan./Jun. 1995.

CARNEIRO, Moaci Alves. **Temas de Educação Comunitária**. Editora Vozes. 1988.

CARNEIRO, Murilo. A Relevância da Pesquisa de Mercado na Elaboração de Projetos de Investimento: um Estudo de Caso com uma OSCIP de Microcrédito. **Revista de Economia e Administração do Ibmec São Paulo**/ Vol. 4/n.1. Janeiro de 2005.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A Invenção Ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil** / Isabel Cristina de Moura Carvalho – Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2001.

_____. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: **Identidade da Educação Ambiental Brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria da Educação Ambiental, Philippe Pomier Layrargues (coord.) – Brasília, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 15.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CI – Conservação Internacional do Brasil. **Hotspots revisitados: as regiões biologicamente mais ricas e ameaçadas do planeta**. Disponível em: <http://conservation.org.br/publicacoes/files/HotspotsRevisitados.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2008.

CAMARÁ - Centro de Apoio para Sociedades Sustentáveis. **Projeto Mulheres das Águas: Promovendo a Integração e Participação pelo Ecoturismo no Cerrado**. Apresentado e aprovado pelo PPP-ECOS. Brasília, 2005.

CONAB. **Previsão da Safra Agrícola 2004/2005** – Sexto Levantamento – Agosto/2005 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2005.

COSTANZI, Rogério Nagamine. Microcrédito no âmbito das políticas públicas de trabalho e renda. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**, n. 18 – fevereiro, 2002.

COUTO, Regina Helena Nogueira e COUTO. Polinização com abelhas *Apis mellifera* e abelhas sem ferrão. In: **XIV Congresso Brasileiro de Apicultura**. Campo Grande, MS, 2002.

_____. **Apicultura: manejo e produtos**. Jaboticabal: FUNEP, 1996.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. In: **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária** / André Ricardo de Souza, Gabriela Cavalcanti Cunha, Regina Yoneko Dakuzaku (orgs). São Paulo. Contexto, 2003.

DRUMMOND, Sanyo e CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de. Em busca de novas solidariedades: os empreendimentos da economia social em questão. In: **Sociedade e Estado** / Departamento de Sociologia da UnB. Dádiva e solidariedades urbanas. Volume XVI número 1-2. janeiro-Dezembro 2001.

DUARTE, L. M. G.; WEHMANN, M. E. S. de F. Desenvolvimento e Sustentabilidade: desafios para o século XXI. **Revista CAR**: Salvador, 2002.

DUARTE, Laura Maria Goulart, BRAGA, Maria Lúcia de Santana e BEZERRA, Cleide. **Tristes cerrados: Sociedade e biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

DUMÉNIL, Gerard e LÉVY, Dominique. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-19, abr. 2007.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social** / Émile Durkheim: tradução Eduardo Brandão - 2ªed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EITEN, 1990. **Caracterização, ocupação e perspectivas**. (org.) Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

EMBRAPA. **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais** / editores técnicos Fábio Gelape Faleiro, Austeclínio Lopes de Farias Neto – Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 6ª Edição. Editora Civilização Brasileira. 1980.

_____. **Do socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. Disponível em: <http://www.socialismo.cjb.net>. Acesso em: 10 out 2008. 1982.

ESTEVES, Egeu Gómez. Os desafios à igualdade nas cooperativas autogestionárias. In: **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária** / André Ricardo de Souza, Gabriela Cavalcanti Cunha, Regina Yoneko Dakuzaku (orgs). São Paulo. Contexto, 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Editora: Paz e Terra, 2006.

FREITAS, B. M. A importância relativa de *Apis mellifera* e outras espécies de abelhas na polinização de culturas agrícolas. In: **Encontro sobre abelhas**, 3, Ribeirão Preto (SP) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Anais. 1998.

FREY, Klaus. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente e Sociedade** - Ano IV - No 9 - 2o Semestre de 2001.

GADOTTI, Moacir. Educação Comunitária e Economia Popular. In: **Educação Comunitária e economia popular**. GADOTTI, Moacir e GUTIÉRREZ, Francisco (orgs.).– 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GAIGER, Luiz Inácio. A Economia Solidária e o Projeto de Outra Mundialização. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 47, n.4, pp. 799 a 834. 2004.

_____. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n.2, p.513-545, maio/ago, 2006.

GEOGOIÁS. Goiânia: **Agência Ambiental do Estado de Goiás**. 2003.

GOMES, E. S. e BARBOSA, E. F. A Técnica de Grupos Focais para Obtenção de Dados Qualitativos. **Instituto de Pesquisa e Inovações Educacionais** - Educativa. Acesso em: 25 jun de 2008. Disponível em: <http://www.educativa.org.br>. 1999.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente** / Carlos Walter Porto Gonçalves. 6ª edição – São Paulo: Contexto, 1998.

GOROSTIAGA, Xabier. Começou o século XXI: o norte contra o sul – o capital contra o trabalho. In: **Educação comunitária e economia popular** / Moacir Gadotti e Francisco Gutiérrez (Orgs.) – 3ª ed. – São Paulo: Cortez. Coleções Questões na Nossa Época; v. 25, 2001.

GOUGH, Ian. **What are human needs?** In: Franklin, Jane.(ed.) Social policy and social justice. Cambridge Polity Press. 1998.

GRISWOLD, T., PARKER, F.D. e HANSON, P.E. The bees (Apidae). In: HANSON, P.E.; GAULD, I.D. (Ed.). **The hymenoptera of Costa Rica**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

GUTIÉRREZ, Francisco. Educação Comunitária e Desenvolvimento Político. In: **Educação Comunitária e economia popular**, GADOTTI, Moacir e GUTIÉRREZ, Francisco (orgs.). 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções** – Europa 1789 – 1848. 3ª Edição. Editora Paz e Terra. 1981.

HUBERMAN, Leo. **A História da Riqueza do homem**. Tradução de Waltensir Dutra. 1984.

IBAMA. Seminário sobre a Formação do Educador para atuar no Processo de Gestão Ambiental, 4 a 7 de julho de 1995. – **Anais...** Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1995.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 10 nov. 2007.

KLINK, C.A. e MACHADO, R.B. A Conservação do Cerrado Brasileiro. **Megadiversidade**, v. 1 nº 1, 2005.

LAGES, Vinícius Nobre. A agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: questões para o debate. In: **XIV Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Presidente Prudente: UNESP, 67 p., 1998.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação para a Gestão Ambiental: a cidadania n enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: **Educação ambiental, desafio do século: um apelo ético**. Rio de Janeiro: Terceiro Milênio, 1998.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo, Educação Ambiental Transformadora. In: **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília – Ministério do Meio Ambiente. 2004.

_____. Educação Ambiental e Movimentos Sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Philippe Pomier Layargues e Ronaldo Souza de

Castro (orgs.). In: **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

MAKIUCHI, Maria de Fátima Rodrigues. Alteridade. In: **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Luiz Antônio Ferraro Júnior (org.). Ministério do Meio Ambiente Secretaria Executiva. Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

MANCE, André Euclides. **Redes de Colaboração Solidária – Aspectos econômicos-filosóficos: complexidade e libertação**. Editora Vozes, 2002.

MANDEL, Ernest. **Introdução ao marxismo**. Editora Movimento. 4ª Edição. 1982.

MARTINS, Leila C. **Projeto Mulheres das Águas: uma experiência de luta pela conservação da vida no cerrado**. Resumo encaminhado ao Prêmio Ambiental Von Martius em abril de 2006.

_____. “**Educação Ambiental e subjetividade: o papel de quem aprende no ato de aprender**”. Brasília: UnB/CDS, 2005.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã** – Crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas. Volume I, 3ª Edição. Editorial Presença e Livraria Martins Fontes. 1987.

_____. **A Ideologia Alemã**; [introdução de Jacob Gorender]; tradução Luis Cláudio de Castro e Costa – São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Manifesto Comunista**. Publicado pelo Instituto José Luis e Rosa Sundermann. 2003.

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política. Livro primeiro – O processo de produção do Capital. Vol. 1, 9ª edição. Difel – Difusão Editorial S.A. 1984.

MINUSSI, Luiz Carlos e ALVES-DOS-SANTOS Isabel. **Biosci. J.**, Uberlândia, v. 23, **Supplement** 1, p. 58-62, Nov. 2007.

MMA/BRASIL. **Primeiro relatório nacional para convenção sobre diversidade biológica** – Brasil. Brasília, 1998.

MORIN, Edgar, 1921- **Os sete saberes necessários à educação do futuro** / Edgar Morin ; tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya ; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2. ed. – São Paulo : Cortez ; Brasília, DF : UNESCO, 2000.

MOURÃO, Laís. Pertencimento. In: **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Luiz Antônio Ferraro Júnior (org.). Ministério do Meio Ambiente Secretaria Executiva. Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

MOURÃO, L. e MAKIUCHI, M.F. Cidade e natureza: tecendo redes no processo de gestão ambiental. IN: **Sociedade e Estado**, vol 18, n.1/2, jan/dez 2003.

MUXFELDT, Hugo. **Apicultura nas entrelinhas**. Editora Sagra, 1988.

NETO, Francisco Leandro de Paula e NETO, Raimundo Moreira de Almeida. **Apicultura Nordestina: principais mercados, riscos e oportunidades**. Fortaleza: banco do Nordeste do Brasil, 2006.

NICOLESCU, Basarab. "Um novo tipo de conhecimento - Transdisciplinaridade", In **Educação e Transdisciplinaridade**, Nicolescu, B. (org.), Brasília: UNESCO, (13-29) 2000.

NITSCH, Manfred e SANTOS, Carlos A. Da Repressão Financeira ao Microcrédito. **Revista de Economia Política**, vol. 21, nº 4 (84), outubro-dezembro/2001.

NOVAES, Pedro da Costa et al. Identificação de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade do estado de Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**, 23 (1): 41 - 58, jan./jun. 2003.

OLIVEIRA, Marcio Luiz de e CUNHA, Jorge Alcântara. Abelhas africanizadas *Apis mellifera scutellata* Lepeletier, 1836 (Hymenoptera: Apidae: Apinae) exploram recursos na floresta amazônica? **Acta Amazônica**. VOL. 35(3): 389 – 394, 2005.

PAIM, Zélia Maria de Abreu. Microcrédito não é crédito pequeno-vamos fortalecer a solidariedade? **Bahia Análise e dados**. Salvador, SEI v.12 n.1 p.149-152. 2002.

PARENTE, Silvana. Microfinanças: **Saiba o que é um banco do povo** / Silvana Parente – Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento - AED, 2002. 192 p.; 20cm – Coleção Prazer em Conhecer; v.1. 2002.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva Pires. **O cooperativismo agrícola em questão**. Massagana editora. 2004.

PROGRAMA Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado programa Cerrado Sustentável. Proposta elaborada pelo grupo de trabalho do Bioma Cerrado, instituído pela **Portaria MMA nº. 361** de 12 de setembro de 2003, publicado em 2004.

RANDOM, M. “O território do olhar”. In: **Educação e Transdisciplinaridade II**. BARROS V.M., MELLO, M.A. & SOMERMANN, A. (orgs.). São Paulo: TRIOM, UNESCO, 2006.

RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In: **Educação comunitária e economia popular** / Moacir Gadotti e Francisco Gutiérrez (Orgs.) – 3ª ed. – São Paulo: Cortez. Coleções Questões na Nossa Época; v. 25, 2001.

REVISTA BIÔ. **A vida dos corredores de biodiversidade em revista**. Disponível em: http://www.conservacao.org/arquivos/revista_Bio.pdf Acesso em 10 nov. 2008. Conservação Internacional (CI-Brasil) no Pantanal e no Cerrado, 2007.

RIBEIRO, Flávia C., VILELA, Cristiane da C., KOWATA, Fátima M. e FERREIRA Manuel E. Análise sócio-ambiental da região do corredor Parana-Pireneus – Estado de Goiás. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. **Boletim Goiano de Geografia**. V.27, n.3, 2007.

RICKLEFS, Robert E. **A Economia da Natureza**. Editora Guanabara Koogan S.A. Rio de Janeiro, 2003.

SÁ, Natália de Paula e PRATO, Mauro Conhecendo as abelhas: um projeto de ensino. **Biosci. J.** Uberlândia, v. 23, Supplement 1, p.107-110, Nov. 2007.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Coleções Idéias Sustentáveis. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SADER, Emir. A hegemonia neoliberal na América Latina. In: **Pós-neoliberalismo** – As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Emir Sader, Pablo Gentili (orgs.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SALAMA, Pierre. Para uma nova compreensão da crise. In: **Pós-neoliberalismo** – As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Emir Sader, Pablo Gentili (orgs.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANO, E. E.; BARCELLOS, A. O . e BEZERRA, H . S. Assessing the spatial distribution of cultivated pastures in the Brazilian savanna. **Pasturas Tropicales**, v. 22, n. 3, p. 2-15, 2001.

SANO, Edson Eyji, ROSA, Roberto, BRITO, Jorge Luís Silva e FERREIRA, Laerte Guimarães. Mapeamento semidetalhado do uso da terra do Bioma Cerrado. **Pesq. agropec. bras.**, Brasília, v.43, n.1, p.153-156, jan. 2008.

SANTOS, Boaventura de S. “Subjetividade, cidadania e emancipação” In: **Pela Mão de Alice**. São Paulo: Cortez, (235-280). 2001.

_____. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista** / Boaventura de Sousa Santos, organizador - 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal** / Milton Santos - 15ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2008.

SATO, M. e PASSOS, L. A. Biorregionalismo – identidade histórica e caminhos para a cidadania. In: **Sociedade e Meio Ambiente: A Construção da Cidadania na Educação Ambiental**. LOUREIRO. F. LAYRARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs.) São Paulo: Cortez, p. 221-252, 1999.

SAYAGO, D.V. **A invenção burocrática da participação: discursos e práticas no Ceará**. Brasília. Tese de Doutorado. 2000.

SEBRAE. **Histórias de sucesso: agronegócios e apicultura**. Renata Barbosa de Araújo Duarte (org.). Brasília: SEBRAE, 2006.

SEPLAN – **Secretaria de Estado de Planejamento e desenvolvimento do Estado de Goiás**. Disponível em <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/>. Acesso em 23 de março de 2008.

SIAD. **Sistema Integrado de Alerta de Desmatamento**. Acesso em 28 ago 2008. Disponível em: www.ufg.br/siad/. 2006.

SILVA, J.M.C. e BATES, J.M. Biogeographic patterns and conservation in the South American Cerrado: a tropical savanna hotspot. **BioScience** 52: 225-233, 2002.

SILVA, Natasha Rovena da. **Aspectos do perfil e do conhecimento de apicultores sobre manejo e sanidade da abelha africanizada em regiões de apicultura de Santa Catarina**. Dissertação Mestrado em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina. 2004.

SILVA, Alessandra Karla da e EGITO, Marcelo do. Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado: um novo protagonismo social **Agriculturas** - v. 2 – n. 2 - junho de 2005.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. **Em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores**. Texto para discussão. Ministério do Emprego e Trabalho. Maio de 2004.

_____. **Introdução a Economia Solidária**. Perseu Abramo. Economia Nacional, 2002.

_____. A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil. In: **Economia Solidária. Vol. 2**. Acesso em 23 jun. 2008. Disponível em: <http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv2.pdf#page=4>. 2008.

_____. **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária / André Ricardo de Souza, Gabriela Cavalcanti Cunha, Regina Yoneko Dakuzaku (orgs)**. São Paulo. Contexto, 2003.

SOARES, A.E.E. Captura de enxames com caixas iscas e sua importância no melhoramento de abelhas africanizadas. In: Congresso Brasileiro de Apicultura, 16. **Anais...** Natal: CBA, CD-Rom. 2004.

SOUZA, André Ricardo de. In: **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária** / André Ricardo de Souza, Gabriela Cavalcanti Cunha, Regina Yoneko Dakuzaku (orgs). São Paulo. Contexto, 2003.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 7 ed. – São Paulo: Cortez, 1996.

TIBIRIÇÁ-RESENDE, Luciana Gonçalves e THEODORO, Suzi Huff. Demanda Agrícola x Disponibilidade de Água em Cristalina – GO: Um caso de conflito potencial. In: **Mediação de conflitos socioambientais** / Suzi Huff Theodoro (org.) – Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

TOSCANO, Idalvo. **Microcrédito: da iniciativa local ao centralismo estatal** Acesso em: 14 nov. 2008. Disponível em: .

VARGAS, H. A arte da negociação. In: **Novos instrumentos de gestão ambiental urbana**. VARGAS, H. e RIBEIRO, H. (Orgs). São Paulo: EdUSP, 1999.

VEIGA, J.E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica** – Ed. da USP/HUCITEC (Estudos Rurais). São Paulo, 1991.

VIEIRA, Gustavo H. da Costa, SILVA, Rangel Fernandes Rodrigues da e GRANDE João Paulo. Uso da Apicultura como Fonte Alternativa de Renda para Pequenos e Médios Produtores da Região do Bolsão, MS. **Anais** do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004.

VIEIRA, Márcio Infante. **Apicultura Atual: abelhas africanizadas: melhor adaptação ecológica, maior produtividade, maiores lucros** / Márcio Infante Vieira. Edição e Distribuição – Infotec. São Paulo: M.I. Vieira, 1986.

WIESE, Helmuth. **Nova apicultura**. Helmuth Wiese, Agenor Neves marques, Carlos Roberto Meyer e Eloy Puttkammer (orgs.), 8ª ed. Porto Alegre, Agropecuária, 1987.

YUNUS, Muhammad. **Conheça o Grameen Bank**, entrevista concedida à comitiva brasileira em Bangladesh, junho de 2001, disponível em www.portaldomicrocredito.org.br (acessado em 08 de abril de 2007).

_____. **O Banqueiro dos Pobres**. 1ª Edição, Editora Ática 344 p. 2006.

APÊNDICE A

APÊNDICE B

Grupo Focal – Grupo de Apicultura
Local: Centro Catequético, São João d`Aliança - GO
Data: 11 de setembro de 2008 às 9h

Questão-chave

1) Em que o trabalho ajudou na organização do grupo?

Condições de trabalho, distância, organização coletiva

Relação com a realização futura da atividade na sua propriedade, terra ou comunidade?

Como percebem o futuro da atividade

Questão-Chave

2) Para o grupo qual a relação entre as abelhas (o trabalho desenvolvido) e a conservação/ajuda a proteger do Cerrado?

Acredita que o trabalho tem relação com a conservação ou não? Por quê? Como? Em que?

Questão-Chave

3) Para o grupo qual será a importância da devolução de parte do dinheiro investido?

Melhorar as condições de vida? Por quê?

Como ele acha que pode ajudar na vida dele?

Questão-chave

4) O que as pessoas acharam da sua própria participação no grupo?

Relação com a atividade desenvolvida: se identificou ou não?

De que mais gostou da sua participação e do que menos gostou?

APÊNDICE C

Formulário de inscrição do grupo

Data:

Endereço:

1 –

CPF:

End:

Tel:

RG:

2 –

CPF:

End:

Tel:

RG:

3 –

CPF:

End:

Tel:

RG:

4 –

CPF:

End:

Tel:

RG:

5 –

CPF:

End:

Tel:

RG:

6 –

CPF:

End:

Tel:

RG:

7 –

CPF:

End:

Tel:

RG:

8 –

CPF:

End:

RG:

Tel:

9 –

CPF:

RG:

End:

Tel:

10 –

CPF:

RG:

End:

Tel:

Nós, recebemos por empréstimo o valor de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais) em materiais e equipamentos de apicultura para o grupo e devolveremos para o grupo 40% do valor o que equivale a R\$1.400,00 (mil e quatrocentos reais) em parcelas a definir de acordo com as colheitas realizadas.

Por ser verdade firmamos abaixo:

- 1- Assinatura:.....
- 2- Assinatura:.....
- 3- Assinatura:.....
- 4- Assinatura:.....
- 5- Assinatura:.....
- 6- Assinatura:.....
- 7- Assinatura:.....
- 8- Assinatura:.....
- 9- Assinatura:.....
- 10- Assinatura:.....